

**UNIVERSIDADE DO CONTESTADO – UnC
PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

JANETE PAITER DE SOUZA

**UM OLHAR SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA ENSINO MÉDIO
INOVADOR (PROEMI) EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS DA 26ª GERÊNCIA DE
EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE**

**CANOINHAS
2015**

JANETE PAITER DE SOUZA

**UM OLHAR SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA ENSINO MÉDIO
INOVADOR (PROEMI) EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS DA 26ª GERÊNCIA DE
EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE**

Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional na Universidade do Contestado – UnC, Campus Canoinhas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional, sob orientação do Professor Dr. Argos Gumbowsky.

**CANOINHAS
2015**

**UM OLHAR SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA ENSINO MÉDIO
INOVADOR (PROEMI) EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS DA 26ª GERÊNCIA DE
EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE**

JANETE PAITER DE SOUZA

Esta Dissertação foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora como requisito parcial para obtenção do Título de: Mestre em Desenvolvimento Regional. E aprovado, na sua versão final, em 28/08/2014, atendendo às normas da legislação vigente da Universidade do Contestado – UnC e Coordenação do Curso do Programa de Desenvolvimento Regional.

Coordenador do Curso
Prof. Dr. Sandro Luiz Bazzanella

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Argos Gumbowsky
Orientador (UnC- Canoinhas)

Prof. Dr. Walter Marcos Knaesel Birkner
Membro (UnC- Canoinhas)

Profa. Dra. Raquel Terezinha Todeschini
Membro (SED – Florianópolis)

Prof. Dr. Jairo Marchesan
Membro (UnC- Canoinhas) - Suplente

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, que iluminou meu caminho durante esta caminhada.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Argos Gumbowsky, por acreditar em mim como pessoa e profissional, sempre incentivando minhas constantes investidas na educação.

Aos meus Pais: que compartilharam o meu ideal e os alimentaram, incentivando a prosseguir na jornada, mostrando que o nosso caminho deveria ser seguido sem medo, fossem quais fossem os obstáculos. Minha eterna gratidão vai além de meus sentimentos, pois a vocês foi cumprido o dom divino.

À minha filha e a meu marido, pela sua infinita paciência e compreensão pelas minhas ausências forçadas, mesmo quando estava presente.

À Secretaria Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina pela concessão da Bolsa do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES).

À Gerência de Educação de Canoinhas, pelo apoio e autorização do estudo nas escolas de sua jurisdição.

À Universidade do Contestado, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela da qual hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

Aos professores, diretores, assessores, alunos, equipe pedagógica e administrativa da Escola de Educação Básica Almirante Barroso e Escola de Educação Básica Santa Cruz, pelo fundamental apoio em todas as atividades desenvolvidas no processo da pesquisa.

A todos os amigos e familiares, que compartilharam da minha caminhada e àqueles que, mesmo distantes, torceram por mim, e especialmente à minha filha, que esteve sempre ao meu lado, servindo de luz e inspiração em todos os dias da minha vida.

A todos os demais professores do Programa de Mestrado da Universidade do Contestado de Canoinhas.

E a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

“De tudo ficaram três coisas...
A certeza de que estamos começando,
A certeza de que é preciso continuar,
A certeza de que podemos ser
interrompidos antes de terminar.
Façamos da interrupção um caminho novo.
Da queda, um passo de dança.
Do medo, uma escada.
Do sonho, uma ponte.
Da procura, um encontro!”

(Fernando Sabino)

RESUMO

Um olhar histórico sobre a última etapa da Educação Básica revela uma trajetória de conceitos e metodologias, dos quais é possível depreender as reflexões às quais a educação vem se submetendo, são práticas que contribuem para a inovação curricular e metodológica. A concepção de Ensino Médio constitui-se como direito e dever do sujeito no princípio formativo e educativo. A questão que se pode aventar, diante de tal necessidade, é o condicionamento do processo como tal, baseado em interesses e necessidades das políticas públicas, buscando não só a elevação de índices nacionais, mas, prioritariamente, na qualidade da educação. O problema desta pesquisa envolve as propostas do tempo ampliado, contempladas pelas controvérsias do universo das ações que vêm sendo desenvolvidas no programa. Constatou-se que, independentemente da organização escolar, aspectos como espaços físicos, metodologias, materiais didáticos e financiamentos exigem novas reestruturações imediatas. Diante desses questionamentos, objetiva-se com este estudo, identificar as contribuições e contradições do Programa Ensino Médio Inovador, nas escolas públicas de Educação Básica da 26ª Secretaria, da 26ª Gerência de Educação de Canoinhas. Trata-se de um estudo bibliográfico, exploratório, quali e quantitativo. O estudo bibliográfico e documental trata dos conceitos, historicidade e reestruturação do ensino médio no Brasil, e pesquisa bibliográfica, a qual oportunizou a definição e a resolução da problemática apresentada, assim como explorou novas áreas, permitindo o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações. A busca de dados deu-se no período de maio a julho de 2014, pela técnica de aplicação de questionário a 26 Professores que atuam há pelo menos um ano no Inovador, 02 Coordenadores do Ensino Médio Inovador, 04 Professores de Laboratórios, 02 gestores, 02 Orientadores de Convivência, e 317 alunos de 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio Inovador da E.E.B. Almirante Barroso e da E.E.B. Santa Cruz de Canoinhas-SC. Dentre os diversos dados obtidos, destacam-se as concepções que profissionais e educandos partícipes do Programa Ensino Médio Inovador apresentam diante das ações até então desenvolvidas.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais, Ensino Médio, Ensino Médio Inovador, Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

A historical look at the last stage of basic education reveals a history of concepts and methodologies of which is possible to conclude the discussions to which education is undergoing, are practices that contribute to the curricular and methodological innovation. High School The design is constituted as a right and duty of the subject in the training and educational principle. The question we might suggest, before this need, is the conditioning process as such, based on the interests and needs of public policies, seeking not only the rise of national indices, but primarily on quality of education. The problem of this research involves the proposals of the extended time contemplated by the controversies of the universe of actions that have been developed in the program. It was found that, regardless of school organization, aspects such as physical spaces, methodologies, teaching materials and financing require immediate further restructuring. Given these questions, the objective of this study is to identify the contributions and contradictions of Secondary Education Programme Innovative, in the public schools of Basic Education Secretariat of the 26th, the 26th Canoinhas Education Management. This is a bibliographic study, exploratory, qualitative and quantitative. The bibliographical and documentary study deals with the concepts, historical and restructuring of secondary education in Brazil, and literature, which provided an opportunity to define and the resolution of the problem presented, as well as exploring new areas, allowing the parallel strengthening the analysis of their research or handling of your information. The search data occurred in the period from May to July 2014, the questionnaire technique to 26 teachers who work for at least one year in Innovative, 02 coordinators of high school Innovative, 04 laboratories of Professors, 02 managers, 02 Guiding Coexistence, and 317 students of 1st, 2nd and 3rd grades of high school Innovative BSE Almirante Barroso and E.E.B. Santa Cruz de Canoinhas-SC. Among the various data obtained, there are the concepts that participants professionals and students of High School Program Innovative present on the actions previously developed.

Keywords: Public Policy Education, Secondary Education, Secondary Education Innovator, Regional Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Número das SDRs de Santa Catarina.....	38
Figura 02 - Município de abrangência da 26ª Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Canoinhas.....	38
Figura 03 - Organograma da 26ª Secretaria de Desenvolvimento Regional.....	39
Figura 04 - Distribuição das escolas de ensino médio inovador/2013.....	47
Figura 05 - Áreas de conhecimento do Ensino Médio Inovador.....	52
Figura 06 - Fórmula de amostragem.....	64
Figura 07 - 26ª Gerência de Educação de Canoinhas.....	67
Figura 08 – Fachada da E.E.B. Almirante Barroso.....	71
Figura 09 – Fachada da E.E.B. Santa Cruz de Canoinhas.....	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Evolução do IDEB– Brasil e Santa Catarina.....	32
Gráfico 02 - Evolução da Matrícula no Ensino Médio (Propedêutico).....	33
Gráfico 03 – Índices de evasão, reprovação e abandono em Santa Catarina.....	34
Gráfico 04 - Evolução do desempenho na Prova Brasil/SAEB.....	35

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Repasse dos Recursos pelo PRC conforme número de alunos.....	57
Quadro 02 - Total de alunos escola/série e amostragem.....	65
Quadro 03 – Formação dos profissionais das escolas da 26ª Gerência de Educação – Ensino Fundamental e Médio.....	68
Quadro 04 - Relação das escolas da 26ª Gerência de Educação – demonstrativo da educação básica.....	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACTs	- Admitidos em Caráter Temporário
CEDUP	- Centro de Educação Profissional
CEPUnC	- Comitê de Ética e Pesquisa da UnC
CIEP	- Centros Integrados de Educação Pública
CNE	- Conselho Nacional de Educação
CNS	- Conselho Nacional de Saúde
CONSED	- Conselho Nacional de Secretários de Educação
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
EMI	- Ensino Médio Inovador
EMIEP	- Ensino Médio Integrado a Educação Profissional
FIC	- Formação Inicial Continuada
FNDE	- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GERED	- Gerência de Educação
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IFSC	- Instituto Federal de Santa Catarina
INEP	- Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	- Ministério da Educação e Cultura
PEEA	- Política Estadual de Educação Ambiental
PDDE	- Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	- Plano de Desenvolvimento da Educação
PNAD	- Planos Nacionais por Amostragem de Domicílios
PNE	- Produto Interno Bruto
PNE	- Plano Nacional de Educação
NUD	- Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRC	- Projetos de Reestruturação Curricular
ProEMI	- Programa Ensino Médio Inovador

- PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
- SED - Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina
- Senac - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- Senar - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
- SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
- UE - Unidade Escolar
- UEX - Unidades Executoras

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Materiais e recursos disponibilizados para a prática do ProEMI - Profissionais.....	78
Tabela 02 - Materiais e recursos disponibilizados para a prática do ProEMI - Alunos.....	79
Tabela 03 - Frequência com que os professores utilizam os recursos didáticos - Profissionais.....	84
Tabela 04 - Frequência com que os professores utilizam os recursos didáticos - Alunos.....	84
Tabela 05 - Contribuições do Programa Ensino Médio Inovador na aprendizagem do aluno - Profissionais.....	86
Tabela 06 - Contribuições do Programa Ensino Médio Inovador na aprendizagem do aluno – Alunos.....	87
Tabela 07 - Questões relevantes no trabalho com alunos do Programa Ensino Médio Inovador - Profissionais.....	89
Tabela 08 - Importância do tempo semanal destinado ao planejamento individual e coletivo - Profissionais.....	92
Tabela 09 - Carga horária do Programa Ensino Médio Inovador destinada a aprendizagem do aluno – Profissionais.....	94
Tabela 10 - Carga horária do Programa Ensino Médio Inovador destinada a aprendizagem do aluno – Alunos.....	95
Tabela 11 - Contribuições do Programa Ensino Médio Inovador para desenvolvimento da região - Profissionais.....	97
Tabela 12 – Contribuições do Programa Ensino Médio Inovador para desenvolvimento da região – Alunos.....	97
Tabela 13 - Opção pelo Programa Ensino Médio Inovador - Alunos.....	101
Tabela 14 - Socialização do aluno no horário de convivência - Alunos.....	104
Tabela 15 - Considerações sobre o trabalho dos professores em sala de aula – Alunos.....	107
Tabela 16 - Melhorias necessárias no Programa Ensino Médio Inovador – Alunos.....	109
Tabela 17 – Expectativas em relação aos estudos (ou trabalho) após concluir o Programa Ensino Médio Inovador - Alunos.....	111

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1 O ENSINO MÉDIO NO BRASIL.....	17
2.1.1 Ensino Médio no Brasil: Período Colonial.....	17
2.1.2 Ensino Médio no Brasil: Período Republicano.....	21
2.1.3 Ensino Médio no Período de Transição para a Democracia.....	27
2.2 O ENSINO MÉDIO NO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	30
2.2.1 Dados Quantitativos da Educação de Santa Catarina.....	32
2.2.2 O Estado de Santa Catarina: Aspectos Contextuais.....	36
2.2.3 O Processo de Descentralização Administrativa no Estado de Santa Catarina.....	37
2.2.4 O Ensino Médio em Santa Catarina: uma breve caracterização.....	40
2.3 PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR.....	43
2.3.1 Marcos Legais do Programa de Ensino Médio Inovador.....	45
2.3.2 Tempo Escolar Ampliado.....	48
2.3.3 Componentes Curriculares.....	49
2.3.4 Órgãos Financiadores do ProEMI.....	54
2.3.5 Concepções Contraditórias do ProEMI.....	58
3 MATERIAIS E MÉTODOS.....	61
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	67
4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA 26ª GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO	67
4.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	71
4.2.1 Caracterização dos Profissionais Pesquisados.....	74
4.2.2 Caracterização dos Alunos Pesquisados.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	118
APÊNDICE A - APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – Alunos.....	126
APÊNDICE B - APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – Professores.....	127
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO ENSINO MÉDIO INOVADOR – Alunos.....	128
APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO ENSINO MÉDIO INOVADOR – Professores... 	134

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como temática um olhar sobre a implantação do Programa Ensino Médio Inovador em duas escolas públicas de Educação Básica da 26ª Gerência de Educação: uma análise. Tem por objetivo analisar como vem se desenvolvendo a operacionalização do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) nas escolas públicas da 26ª Gerência de Educação de Canoinhas.

O referido programa é conduzido pelo Governo Federal, instituído pela Portaria Ministerial nº 971, de 9 de outubro de 2009. É uma proposta de apoio e fortalecimento de ações inovadoras no Ensino Médio, ampliando o tempo escolar dos alunos e dos professores.

Através da análise do trabalho pedagógico que os profissionais vêm desenvolvendo nas escolas que oferecem o ensino inovador, pode-se verificar os mecanismos de relacionamento entre aspectos pedagógicos, financeiros, físicos e administrativos.

O estudo discute as políticas públicas do Ensino Médio, visto que a implantação do programa educacional está diretamente articulada aos mecanismos acima citados. Foi possível observar que as propostas de inovações e melhorias do Ensino Médio estão associadas aos interesses das políticas econômicas e sociais.

A interação bidirecional entre implantar e investir no sistema educacional, (des) caracteriza o progresso escolar, respingando nos índices de avaliação do Ensino Médio, que manifestam, em números, a apreensão de conteúdos e a formação integral dos estudantes, cujas exposições descrevem a qualidade da prática de profissionais que também se encontram insatisfeitos.

Objetivando testar a hipótese foram desenvolvidos procedimentos metodológicos através do levantamento de dados, objetivando averiguar a operacionalização do ensino inovador, cujas respostas evidenciam algumas reflexões metodológicas, financeiras e físicas do programa. Torna-se relevante produzir conhecimentos que permitam responder às perguntas da pesquisa: como é possível investigar os avanços e as dificuldades metodológicas na prática docente no Programa de Ensino Médio Inovador? É possível avaliar a receptividade do Programa de Ensino Médio Inovador, quanto à ampliação da jornada escolar dos alunos e professores? Quais os caminhos que levam a

conhecer o Ensino Médio Inovador e sua operacionalização nas escolas públicas de educação básica da 26ª GERED? Por que é preciso analisar como o tempo escolar ampliado pode contribuir para melhorar a aprendizagem e desenvolvimento do aluno?

Apesar da democratização no acesso ao sistema escolar, a adequação idade/série educacional em Santa Catarina ainda é um desafio, principalmente na faixa de 15 a 17 anos de idade. Dados apresentados pela Síntese dos Indicadores Sociais 2010 (SIS 2010) revelaram que 50,9% dos estudantes estão na série/ano adequado (ensino médio). Os índices de evasão e reprovação no cenário educacional refletem em problemas de exclusão e, conseqüentemente, em problemas sociais.

Em relação às taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar, os índices apresentados pelo Censo Escolar 2011 estão longe do desejável, pois a taxa total de aprovação na 1ª série do Ensino Médio foi de 70%, enquanto 18% reprovaram e 11% abandonaram a escola.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com base no Censo Escolar de 2011, Santa Catarina é o terceiro estado com o menor índice de reprovação no Ensino Médio (7,5%). Antecedendo o estado catarinense com menores taxas de reprovação estão os estados do Amazonas (6%) e Ceará (6,7%). No Censo de 2010, o estado ocupava a 10ª posição com o índice de 10,4%, tendo um avanço de sete posições. Apesar desta significativa melhoria, o Censo Escolar (2011) aponta que, em Santa Catarina, o Ensino Médio apresentou os piores indicadores de aprendizado e conclusão da educação brasileira: apenas metade dos matriculados concluíram os estudos.

A crise educacional tem raízes históricas efetivadas no que se refere à evasão e reprovação escolar que, em sua essência metodológica e conteudista, confronta-se com o novo olhar da educação no século XXI.

O reconhecimento da dimensão na formação integral do indivíduo leva à criação de uma proposta de Ensino Médio Inovador, que propõe o tempo escolar ampliado do aluno e professor, enfatizando o conhecimento e a interdisciplinaridade.

Partindo deste entendimento, o aluno passa dois ou três períodos a mais na escola, com aulas de informática (teórica e prática), inglês (conversação e teoria), aulas e cultura (dança, música, teatro, poesia entre outras), esporte

(xadrez, tênis de mesa, handebol, atletismo, futsal, voleibol, capoeira entre outros). Com base nessas abordagens, o ensino médio, em tempo integral, propõe metodologias diferenciadas ao modelo tradicional e fragmentado através do tempo escolar ampliado de 200 horas a mais durante o ano letivo, onde professores disponibilizam de horários destinados ao atendimento de alunos com dificuldades de aprendizagem, assim como atendimento aos pais, dedicação integral à escola.

Para descrever as temáticas do ProEMI, o estudo é composto em quatro capítulos distintos inter-relacionados ao referencial teórico, apoiados na concepção de autores como: Azevedo (1997), Chomsky (2002), Guará (2006), Kuenzer (2000), Mool (2012), Nagle (1974 e 2001), (1992), Romanelli (1986 e 2002), (2003 e 2004), Teixeira (1962, 1994 e 1997) entre outros.

O primeiro capítulo aborda o ensino médio no Brasil, sintetizando as características específicas em conformidade ao período histórico. No segundo capítulo, são apresentados os aspectos contextuais do Estado de Santa Catarina, discorrendo sobre a descentralização administrativa no estado, destacando a trajetória do ensino médio no contexto histórico catarinense: evolução, políticas, financiamentos e programas.

No terceiro, referenciam-se aos marcos legais do programa, o conceito de tempo escolar ampliado, componentes curriculares que constituem a grade, órgãos financiadores como Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Projeto de Reestruturação Curricular (PRC) que, elaborado coletivamente, disponibiliza recursos para capital e custeio, e ao final deste capítulo, são apresentadas algumas controvérsias na concretização do programa.

O quarto capítulo, refere-se à descrição da 26ª Gerência de Educação (GERED), com demonstrativo da realidade educacional das escolas de educação básica.

No quinto capítulo são apresentadas as tabulações dos dados, onde as tabelas foram apresentadas e analisadas como forma de contribuição para o estudo.

A apresentação deste estudo está em conformidade com a Resolução UnC – CONSUN 020/2012, que dispõe sobre as normas para elaboração de projetos, trabalho de conclusão de curso, monografias dissertações teses, baseada nas normas vigentes de documentação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

2.1.1 Ensino Médio no Brasil: Período Colonial

O primeiro Capítulo deste estudo trata do ensino médio brasileiro, cuja divisão foi baseada nos períodos que podem ser considerados como os mais marcantes e concretos na educação.

Partindo do pressuposto histórico de que o homem é um ser social, a educação é adotada como processo de ação e transformação do indivíduo em sua herança cultural. Esta ação transforma e é transformada com o tempo, à medida que enfrenta reestruturações sociais, culturais e econômicas, onde o aperfeiçoamento desses elementos ocorre, de forma similar, de geração em geração.

As instituições educativas nascidas da necessidade de as gerações mais velhas transmitirem às mais novas, os resultados de sua experiência e, também, com o objetivo de preservar e recriar esses produtos sofrem, todavia, na cultura transplantada, uma minimização de suas funções (ROMANELLI, 2002, p. 23).

A herança educacional sempre esteve transplantada à colonização brasileira. Romanelli (2002) ressalta que a escola mantém a função classificatória nas desigualdades sociais, fundada na visão elitista europeia.

Embora as modificações da estrutura administrativa e pedagógica da educação brasileira sejam voltadas ao aluno e ao professor, é preciso compreender melhor os fatores que influenciaram essa difusão no contexto histórico, no que se refere aos fundamentos de organização da escola.

Os direcionamentos educacionais são apresentados em múltiplos aspectos históricos, exigindo avaliar o tempo e espaço em que se constituíam.

A educação escolar tem suas raízes significativas com a chegada dos jesuítas no Brasil, em 1549. Vale ressaltar que a colonização do Brasil, além da conquista do território, portava também o interesse lucrativo para Portugal, o que estabeleceu um direcionamento preestabelecido à educação dos índios, que era voltada à fé e à religião.

Percebe-se que a escola excludente tem seus princípios ainda no Brasil Colônia. Enquanto o homem branco recebia instruções, os índios eram convertidos à catequização e ao trabalho manual.

A prática pedagógica jesuítica era efetivada num Plano de Estudos, adaptado da *Ratio Studiorum*¹, criado por Manoel da Nóbrega, em 1549, que era pautado na teologia cristã católica e na escolástica, sendo adotado pelos jesuítas como conjunto de normas. Buscava formar o homem de forma integral, enfatizando a moral, a disciplina e a fé, pautando seus conhecimentos na propagação cristã. O código (estatuto) de ensino descrevia as orientações pedagógicas e organização escolar, configurando a educação tradicional, que era instrumento de formação da elite colonial. A situação apresentava características específicas em desigualdades, enquanto a educação de qualidade era destinada apenas às elites. Os índices de matrículas difundiam o grande número de indivíduos em idade escolar que estavam fora da escola ou a idade não correspondia à série frequentada.

A primeira escola era representada por uma clientela composta por portugueses, caboclos, mamelucos e índios. Apesar das complexidades com a língua Tupi, os Jesuítas conseguem assimilar o estímulo para o funcionamento do processo de escolarização na Colônia, assegurando também a educação dos filhos de colonos portugueses.

Ribeiro (1998) classifica a Educação dos Jesuítas da seguinte forma:

- Educação Profissional: voltada ao aprendizado de técnicas rudimentares e ao trabalho manual.
- Educação Feminina: voltada à clientela feminina portuguesa, onde os conhecimentos se reportavam às boas maneiras e prendas domésticas.
- Educação para a Elite: educação voltada para o trabalho intelectual dentro do modelo católico.

Ressalta-se que os cursos secundários, no período jesuítico, eram sistematizados no tempo de cinco anos, onde, na maioria das vezes, se alongavam para seis anos, deliberando-se a formação eminentemente literária e humanista, já que o ensino ministrado era fundamentalmente literário e clássico.

¹ Plano de estudos escolar (ou regulamento dos colégios dos jesuítas). Caracteriza-se como um manual prático que preconiza métodos de ensino e orienta o professor na organização de sua aula.

Os métodos educacionais jesuíticos perduraram durante 210 anos, quando Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal) expulsou os jesuítas. Na concepção de Pombal, os métodos utilizados não correspondiam aos objetivos do estado, dentre eles o acúmulo do capital. A educação jesuítica era pautada na pregação religiosa e transmissão do conhecimento; percebe-se a necessidade de um novo sistema educacional.

Pombal foi fortemente influenciado pelos ideais iluministas, e as principais medidas implantadas pelo Marquês de Pombal, por intermédio do Alvará de 28 de junho de 1759, foram:

- total destruição da organização da educação jesuítica e sua metodologia de ensino, tanto no Brasil quanto em Portugal;
- instituição de aulas de gramática latina, de grego e de retórica;
- criação do cargo de 'diretor de estudos' – pretendia-se que fosse um órgão administrativo de orientação e fiscalização do ensino; introdução das aulas régias – aulas isoladas que substituíram o curso secundário de humanidades criado pelos jesuítas; realização de concurso para escolha de professores para ministrarem as aulas régias;
- aprovação e instituição das aulas de comércio (QUEIROZ, 2002, p. 7).

Com a inserção desse alvará, pretendia-se promover a ruptura dos métodos pedagógicos tradicionais, incutindo uma nova prática metodológica, condizente aos ideais iluministas.

Alguns intelectuais tentaram apresentar alternativas para os novos rumos da educação, algumas através de projetos, outras criando escolas, mas todas com taxaço de desarmonia, insatisfatórias e fragmentadas, processo este resultante de uma sociedade rural-agrícola para urbano-comercial. Novamente a educação está em estado de decadência.

É, pois, toda a estrutura do ensino que em derrocada; a reforma pombalina, que decorre de necessidades ligadas à expulsão dos jesuítas, não cria estrutura nova, limitando-se a prescrições gerais. Dela, no que afetou a colônia, a consequência ostensiva esteve na fragmentação, na dispersão, que passa a constituir, no ensino, a característica maior, e é o antípoda da unidade que tanto marcara aquele a que os jesuítas haviam emprestado o seu nome (SODRÉ, 1994, p. 28).

Embora a concepção de educação incorporadora de Pombal fosse de pensamento moderno, não havia professores qualificados para atuar, visto que os interesses políticos estavam aliados à monarquia, e ele desejava criar fundos financeiros para os estudos. Introduziu as aulas régias, que eram autônomas e

isoladas das demais disciplinas, constituindo-se como uma unidade de ensino, com único professor, para determinada disciplina. Estas substituíram o curso secundário de humanidades criado pelos jesuítas.

Daí por diante, o ensino secundário, que ao tempo dos jesuítas era organizado em forma de curso – Humanidades, passa a sê-lo em aulas avulsas (aulas régias) de latim, grego, filosofia, retórica. Pedagogicamente esta nova organização é um retrocesso. Representou um avanço ao exigir novos métodos e novos livros (RIBEIRO, 1998, p. 34).

As reformas do ensino secundário favoreciam sua existência nas escolas particulares, e o ensino se apresentava em caráter classista e acadêmico, e perdura-se o ensino secundário formativo eclesiástico, dando ênfase à medicina, formação civil e militar de advogados, e à engenharia.

Segundo Ribeiro (1998), a chegada da Família Real, em 1808, resultou em uma nova ruptura com a situação anterior. A chegada da família real ao Brasil abarcava a submissão externa em relação à metrópole, trazendo, em seu âmago, modificações significativas para o ensino da economia, da política e da agricultura. A saúde e a educação estavam acomodadas ao descaso e não foram formadas bibliotecas, pois representavam a ideia ímpar no período joanino. O enfoque maior era dado ao ensino superior.

O desembarque da família real no Brasil significou novas possibilidades educacionais. As características designadas à educação, no período imperial, eram muito semelhantes à formação jesuítica. A construção do ensino secundário, neste período, somado ao seu conteúdo humanístico, foi refratário a todo tipo de ensino profissionalizante, assim como o abandono do ensino primário para as Províncias, foram os princípios transformadores da política educacional imperial.

O ensino elementar e médio não sofreram mudanças, mas, apesar das instituições criadas terem sido fundadas principalmente para dar emprego aos nobres e intelectuais, que tinham vindo com D. João de Portugal, a fundação de instituições de nível superior e de cunho científico resultariam no quadro de homens capacitados a exercerem a profissão docente.

Para Ribeiro (1998), o ensino primário e secundário ficaram sob os cuidados das províncias imperiais que possuíam poucos recursos e, para piorar a situação, eram instaladas nas capitais provinciais o que dificultava o acesso da

maioria da população. Os professores eram mal remunerados e não tinham formação adequada, bem como não existiam espaços adequados, nem material pedagógico. Ocorreram investimentos no ensino técnico e superior, enquanto que o ensino primário e secundário ficaram omissos aos interesses da Corte.

Os indivíduos, que tivessem idade e fossem considerados aptos (aprovados nos exames parcelados²), não teriam que concluir o ensino secundário para ingressar no nível superior. Esta condição não se reportava aos que concluíssem o ensino secundário nos Liceus, que só ingressavam no ensino superior prestando exames, com devida aprovação. “Por aí se pode avaliar quão propedêutico era o ensino secundário e, ao mesmo tempo, quão seletivo acabou por ser” (ROMANELLI, 2002, p. 40).

Segundo Romanelli (2002), o Colégio D. Pedro II deveria servir de modelo padrão para as outras escolas, tanto que somente este tinha idoneidade para prover o título de bacharel em nível superior. Frequentado pela nobreza, oferecia o melhor modelo pedagógico para o ensino secundário, destacando também o ensino da cultura à sua clientela elitista.

A partir de 1870, os estudos secundários ainda eram realizados de forma desordenada, por isso eram quase exclusivamente de iniciativa particular.

2.1.2 Ensino Médio no Brasil: Período Republicano

Com a queda da monarquia e a Proclamação da República em 1889, instituiu-se imediatamente o governo provisório, viabilizando a organização escolar com ideias pedagógicas desenvolvidas pelos intelectuais das classes dominantes. Segundo Ghiraldelli (2000, p. 15): “O otimismo pedagógico insistiu na otimização do ensino, ou seja, na melhoria das condições didáticas e pedagógicas da rede escolar”.

Na concepção de Ghiraldelli (2000), o otimismo surge como alternativa de melhorias qualitativas ao sistema educacional, sendo uma sequência do

² Sistema no qual cada faculdade selecionava as bases a serem estudadas pelos candidatos dentro do conjunto das disciplinas. Os exames deveriam ser cumpridos um a um, e desta forma, cada um certificado. De posse do conjunto de certificados, que legitimavam o conhecimento naquela matéria, o candidato ganhava o direito de se matricular no ensino superior.

entusiasmo pedagógico, que surgiu no período de transição entre Império (1887-1896) e República (seu apogeu deu-se anos de 1930). A Reforma de Benjamin Constant introduziu a liberdade e laicidade ao ensino, assim como a gratuidade da educação primária, através da reforma educacional no ensino primário e secundário. Esses pressupostos davam um novo direcionamento à educação no contexto da Constituição Brasileira. A proposta do ensino secundário, na Reforma Rivadávia³ Correa de 1911, visava formar o sujeito para ensino superior, e não apenas em prepará-lo para o ingresso nas universidades, enfatizando a aprendizagem científica, instituindo a matemática, a física, a química, a biologia, a sociologia e a moral em substituição aos ensinamentos literários.

As reformas aplicadas ao ensino secundário, no período da Primeira República (1889 - 1929), voltavam-se ao duplo problema: a anarquia e o descrédito da educação. As propostas da Reforma de Benjamin Constant⁴, enfatizava melhoria geral do ensino secundário, propondo a extinção dos exames preparatórios e a introdução do exame de maturidade, tendo como objetivo averiguar o nível intelectual dos alunos interessados ou não em ingressar no nível superior, mas indispensáveis para a obtenção de conclusão do ensino secundário. Para Nagle (1974, p. 143), “este exame de maturidade seria propriamente o instrumento com que o governo federal esperava obter a melhoria de todo o ensino secundário”.

Em 1901, a Reforma Epiácio Pessoa, através do Decreto nº 3.914, de 26 de janeiro de 1901, inseriu a lógica entre as matérias e excluiu as disciplinas de biologia, sociologia e a moral, acentuando, assim, a parte literária em detrimento da científica.

A nova realidade brasileira estabelecia a necessidade de mão de obra especializada, o que implicou em maior atenção tanto nas esferas governamentais quanto nas sociais, e para isso tornou-se imprescindível novos investimentos nas áreas educacionais.

³ Reforma que prega a liberdade de ensino, entendendo-se como a possibilidade de oferta de ensino que não seja por escolas oficiais, e de frequência. Pregava ainda a abolição do diploma em troca de um certificado de assistência e aproveitamento e transfere os exames de admissão ao ensino superior para as faculdades.

⁴ Reforma que apresentava como princípios orientadores a liberdade e laicidade do ensino, enfatizando a gratuidade da escola primária. Uma das intenções desta Reforma era transformar o ensino em formador de alunos para os cursos superiores e não apenas preparador.

A partir da década de 1920, a educação brasileira passa a ser repensada nos âmbitos culturais e artísticos (destaca-se a Semana de Arte Moderna, de 1922). De acordo com Cunha (1977), este fato repercutiu significativamente no campo educacional, pois muitos educadores fizeram severas críticas a um modelo de ensino passivo, engessado, em que o aluno era apenas um receptor das ideias e dos conhecimentos transmitidos pelos mestres.

A década de 1930 foi marcada pelas transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas no Brasil e no mundo.

A finalidade exclusiva do ensino secundário não há de ser a matrícula nos cursos superiores; o seu fim, pelo contrário, deve ser a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional, construindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamentos que o habilitem a viver por si mesmo e a tomar em qualquer situação as decisões mais convenientes e mais seguras (ROMANELLI, 1986, p. 135).

A nova proposta educacional propunha a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos às aulas, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal. Azevedo (1963, p. 753) destaca que:

Com esse acontecimento inaugurou-se, de fato, uma nova era do ensino secundário, cujos quadros docentes constituídos até então de egressos de outras profissões, autoditadas ou práticos experimentos no magistério, começam a renovar e a enriquecer-se, ainda que lentamente, com especialistas formados nas faculdades de filosofia que, além do encargo da preparação cultural e científica, receberam por acréscimo o da formação pedagógica dos candidatos ao professorado do ensino secundário.

Apesar das melhorias obtidas no Ensino Secundário, a Reforma de Francisco Campos foi merecedora de críticas, deixando imensas lacunas no Ensino Fundamental, e a formação de professores não se concretizou, assim como na formação profissional, que enfatizava apenas a atividade de contador e o curso comercial teve maior destaque, descaracterizando o curso industrial, o qual era perceptível às necessidades econômicas ao qual a economia se apresentava.

Surge a necessidade de mão de obra para atender a demanda do mercado de trabalho voltado ao capitalismo; o ensino colegial (Ensino Médio - 16 a 18 anos) deixa de ser exclusivo para preparar para o ensino superior, e passa a

integrar a formação geral, tendo o período 3 anos, podendo ser na modalidade clássica ou científica.

No ano de 1942, Gustavo Capanema⁵ deu início à reforma seletiva e organizacional da educação primária e secundária, instituindo as Leis Orgânicas do Ensino Secundário (Decreto-Lei n.º 4.244/42) e do Ensino Industrial (Decreto-Lei n.º 4.073/42), que estruturaram o ensino propedêutico em: Ensino Técnico Profissional Agrícola (Decreto-Lei n.º 9.613/46), Industrial, (Decreto-Lei n.º 4.073/42), Comercial (Decreto-Lei n.º 6.141/43), e Normal (Decreto-Lei n.º 8.530/46) com duração de 4 anos.

O aluno que não apresentasse bons resultados nos exames de madureza, não estaria apto a frequentar os estudos que se seguiam. De acordo com Nagle (2001, p. 188), “este exame de madureza seria propriamente o instrumento com que o governo federal esperava obter a melhoria de todo o ensino secundário”.

Entre os anos de 1946 e 1963, constituíram-se as escolas urbanas e as escolas rurais, mas as deficiências educacionais persistiam (pouco tempo do alunado nas escolas, professores desqualificados, falta de recursos didáticos, e o desenlace entre currículo e realidade), e com base nessas deficiências, Juscelino Kubitschek (1956-1961) promoveu grandes reformas educacionais no início de seu governo.

De acordo com Abreu (1999), no plano de metas do governo de Juscelino, a educação foi contemplada com apenas 3,4% dos investimentos inicialmente previstos e abrangia uma única meta. Acreditava que, com uma elite bem preparada, o país se beneficiaria e poderia estender progressivamente a educação ao conjunto da população.

Em 1950, enquanto Secretário da Educação da Bahia e preocupado com a educação popular, educador baiano de renome internacional, Anísio Spínola Teixeira (1900-1971), implanta a Escola Parque (ou Centro Educacional Carneiro Ribeiro), em Salvador, Bahia.

A escola já não poderia ser a escola parcial de simples instrução dos filhos das famílias de classe média que ali iriam buscar a complementação a educação recebida em casa, em estreita afinidade com o programa escolar, nas instituições destinadas a educar, no sentido mais lato da palavra (...), já não poderia ser a escola

⁵ Gustavo Capanema esteve à frente do Ministério da Educação durante o governo Getúlio Vargas, entre 1934 e 1945.

dominantemente de instrução de antigamente, mas fazer às vezes da casa, da família, da classe social e por fim da escola propriamente dita (TEIXEIRA, 1962, p. 24).

Esta experiência pedagógica se remete até os dias atuais, e quando implantada, repercutiu em nível nacional servindo de exemplo para a educação integral. A percepção de educação integral constitui caminhos fundamentais e alternativos para a educação, servindo de instrumento para adentrar em tempo escolar ampliado, cujo tema será mais bem explicitado nos capítulos seguintes deste estudo.

Anísio Spínola Teixeira entendia que a educação não era apenas um processo escolar, mas também social. Para ele, além da escola alfabetizar, deveria também preparar para uma vida melhor em sociedade.

A Lei Federal nº 4024, de 1961, percebia o plano como um instrumento de introdução ao racionalismo científico, mas no período seguinte, que se estende até 1985, a ideia se concebia na tecnocracia e no tecnicismo.

O sistema se organizava, segundo a legislação anterior, da seguinte forma:

Ensino pré-primário, constituído de escolas maternas e jardins de infância; ensino primário, de 4 anos com chance de ter 2 anos acrescidos com programa de artes aplicadas; ensino médio, subdividido em dois ciclos – o ginásial de 4 anos, (com as subdivisões de secundário, comercial, industrial, agrícola e normal), e o colegial de 3 anos (subdividido em comercial, industrial, agrícola e normal), ambos compreendendo o ensino secundário e o ensino técnico; e ensino superior, com a mesma estrutura já consolidada anteriormente (BRASIL, 1961).

Devido às profundas transformações ocorridas no sistema de produção nacional, novamente sentiu-se a necessidade de mão de obra qualificada, o que fomentou novas investidas nas políticas educacionais.

A origem da temática relativa às diretrizes e bases da educação nacional remonta à Constituição Federal de 1934, a primeira das nossas cartas magnas que fixou como competência privada da União 'traçar diretrizes da educação nacional' (Artigo 5º, Inciso XIV) (SAVIANI, 1998, p. 9).

Esse processo resultou numa dualidade ímpar entre a população, que sentia a necessidade da expansão advinda do desenvolvimento, e de outro, as elites, que buscavam manter o poder.

A força dessas características foi ancorada na pedagogia tecnicista nos anos de 1960 e 1970, expressas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4024/62, que atribuiu a equivalência entre os cursos propedêutico e profissionalizante.

Um dos maiores frutos das intenções da ditadura militar (1964-1985), instaurada no Brasil, caracterizou o alinhamento educacional com a política econômica vigente, que transformou o plano das relações educacionais em instrumento de atendimento das competências e atributos voltados ao mercado de trabalho.

Nessa concepção, Schultz (1973) destaca que o princípio da educação configura-se na convexidade da Teoria do Capital Humano, que postula o papel social da educação em formar o trabalhador para o desenvolvimento econômico. Schultz (1971, p.33) enfatiza que “ao investirem em si mesmas, as pessoas podem ampliar o raio de escolha posto à disposição. Esta é uma das maneiras por que os homens livres podem aumentar o seu bem-estar”.

As especificidades do modelo empresarial resultaram na busca de mudanças comportamentais do indivíduo, seguidos pela teoria americana behaviorista⁶ de ensino, sustentada na utilização de estímulos para atingir os objetivos desejados, avigoradas por reforços negativos e positivos para obter a resposta desejada.

O Ensino Médio deveria atender à população em sua maioria, enquanto o ensino universitário ainda era privilégio das elites. Até a promulgação da Lei Federal nº 5.692/71, o ensino de 2º grau apresentava uma dualidade em seus objetivos: o curso técnico, destinado às classes menos favorecidas (buscando atender a mão de obra necessária ao desenvolvimento industrial), era destinado aos que buscavam trabalho após sua conclusão, e o colegial, para o ensino universitário.

O governo militar (1964-1985), com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692/71, distinguiu o 1º grau (com obrigatoriedade de oito anos), e o 2º grau (com nova nomenclatura) o qual passou a ser obrigatoriamente profissionalizante.

⁶ Teoria de ensino onde eram utilizados estímulos, reforços negativos e positivos para obter a resposta desejada, moldando o comportamento do sujeito, de forma a controlar a conduta individual. Era ensinado apenas o necessário para que os indivíduos pudessem atuar de maneira prática em seus trabalhos.

2.1.3 Ensino Médio no período de transição para a democracia

Após a ditadura militar, a luta pela emancipação humana toma corpo, e a LDB nº 5692/71 sofre severas críticas ao atender interesses do mercado de trabalho, proposto no período ditatorial. Essa manifestação resultou na I Conferência Nacional de Educação, ocorrida de 31 de março a 3 de abril de 1980. Neste evento, discutiram-se, além de outros fatores, as alternativas para a formação profissional em nível de 2º grau, que até então era obrigatória.

Nos anos de 1980, os teóricos começam a perceber a educação como componente fundamental para formação de adultos e crianças, tendo em vista a preocupação com a evasão e a repetência.

Desde os anos de 1980 e mais precisamente nos anos de 1990, a educação vem desencadeando profícuas e inquietantes mudanças em relação ao papel do Estado, buscando as melhorias qualitativas na área educacional (o que não aconteceu).

Com a promulgação da Constituição de 1988, a educação passa por dimensões reflexivas em projetos discutidos e apresentados por educadores e segmentos sociais. O resultado do pluralismo dessas ideias resultou na nova LDB – 9394/96. A educação básica se divide em três categorias: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, sendo que este último exclui sua terminologia de 2º Grau. Em diferentes artigos incluídos, a referida normatização enfatiza o aluno como sujeito do processo, e a educação profissional é constituída de direcionamentos diferenciados do Ensino Médio Regular.

Em relação ao Ensino Médio, o Artigo 35, da LDB, nº 9.394/96, propõe que:

A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos, e a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores.

O Ensino Médio passa a ser visto como etapa final da Educação Básica, tendo por finalidade o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos, com currículo composto por dois blocos fundamentais. O primeiro se reporta às bases comuns da linguagem e código (língua portuguesa, informática etc.); ciências da

natureza e matemática e, finalmente, ciências humanas. A outra, que corresponde a 25% da carga horária, incluindo pelo menos uma língua estrangeira.

Na segunda metade dos anos de 1990, retomaram-se as discussões da real função do Ensino Médio, enfatizando o caráter dos cursos profissionalizantes. A educação altera seu modelo de ensino, visando atender o mercado capitalista, tornando-se um agente formador de mão de obra necessária para o mercado de trabalho.

Em 9 de janeiro de 2001, através da Lei Federal nº 10.172, é aprovado o novo Plano Nacional de Educação, o qual definiu 295 metas, e entre elas estava a expansão e a garantia de acesso ao Ensino Médio. Diante dos diagnósticos realizados, percebeu-se que o número de matrículas desta etapa da Educação Básica apresentava-se reduzido e com o índice de idade/série bastante elevado.

Segundo índices do MEC/INEP (2011), o Plano conseguiu amenizar parcialmente o índice de evasão nacional que em 2001, era de 17%, e em 2010, baixou para 11,7%.

Os aspectos sociais considerados como determinantes da evasão escolar, dentre eles, a desestruturação familiar, as políticas de governo, o desemprego, a desnutrição, a escola e a própria criança, sem que, com isto, eximam a responsabilidade da escola no processo de exclusão das crianças do sistema educacional (QUEIROZ, 2002, p.1).

Apesar das investidas do âmbito das políticas públicas no certame da evasão e reprovação no ensino médio, a situação se mostrou adversa em relação à repetência. Em 2001, 8,5% de alunos eram reprovados, e em 2010, esse número aumentou significativamente para 13,5% de reprovados, lembrando que a qualidade da educação também constituiu uma dinâmica desfavorável.

O governo Lula (2003-2010) apresentou a proposta de integração entre ensino médio e profissionalizante, contemplando sua estrutura na forma integrada (somente para alunos oriundos do ensino fundamental), concomitante (alunos oriundos do ensino fundamental, estariam cursando o ensino médio juntamente com um curso profissionalizante), e o subsequente (oferecido aos alunos que já concluíram o ensino médio).

Apesar das iniciativas propostas, o Censo da Educação de 2008 mostra que o número de matrículas nesta etapa de ensino cresceu modestamente no país.

A revolução capitalista engendra um caráter desmistificador de conhecimento e habilidades em relação ao mundo do trabalho. O diálogo estabelecido entre sociedade e educação expressa, lenta e desfiguradamente, a objetividade desta relação. Programas e projetos inseridos ao Ensino Médio brasileiro, como propostas inovadoras ao combate de reprovação e evasão, indagam sobre qual o papel da prática da educação básica dominante na cultura.

Com o intuito de chamar atenção para os gargalos educacionais, os países do Mercosul também constituem o quadro de evadidos de alunos na faixa etária entre 15 e 17 anos de idade. Conforme pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), no ano de 2011, a Argentina apresentou 7% de alunos evadidos no Ensino Médio, o Uruguai 6,8%, Chile 2,9%, Paraguai 2,3%, a Venezuela apenas 1%, e o Brasil 9,6%. Esses índices deixam uma lacuna nas propostas de melhorias de permanência dos alunos no ensino médio.

Segundo o MEC/INES (2011), as pesquisas comprovaram que, em 1997, a taxa de aprovação no ensino médio no Brasil era de 76,7%, o abandono chegava a 14,7%, e a reprovação fechava em 7,8%. Neste horizonte, as pesquisas do ano de 1999 revelam uma pequena elevação no número de aprovados (76,4%), reduzindo a reprovação para 7,6%, mas o número de alunos que abandonaram o ensino médio ficou em 18,7%.

Essas percepções resultaram num paradigma atrasado na organização do ensino médio, destacado no Plano Nacional de Educação (PNE) que, após 3 anos de discussão, é aprovado em 3 de junho de 2014. O documento estabelece 20 metas a serem cumpridas até o ano de 2020. O ensino médio é focado nas metas III e VI.

Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento) (BRASIL, 2014).

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), aprovadas pelo Parecer CNE/CEB, 05/2011 e Resolução CNB/CEB, 02/2012, apresentam

como base do desenvolvimento curricular: trabalho, ciência, tecnologia e cultura, e estabelecem diálogos entre o sujeito e suas necessidades em termos de formação em nível médio.

Enquanto o reconhecimento dessa formação humana não tiver um avanço significativo nas ações pedagógicas, a evasão, a reprovação e o índice baixo de matrículas sempre se farão presentes.

Com a aprovação do Plano Nacional de Educação em 2014, estratégias para a concretização da melhoria do ensino médio propõem a relação da teoria e prática, com currículo voltado à formação integral do sujeito, pautado nos eixos: cultura, ciência, trabalho e tecnologia. A meta VI propõe a oferta de educação em tempo integral em 50% das escolas públicas.

A Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, estabelece a obrigatoriedade do ensino dos 04 aos 17 anos, que já está garantida, indo ao encontro da Meta III do novo Plano Nacional da Educação em tramitação, que propõe a universalização do Ensino Médio até 2020 (15 a 17 anos), com taxa líquida de 85% de atendimento para essa faixa etária.

2.2 O ENSINO MÉDIO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Em Santa Catarina, assim como no Brasil, o cenário educacional assinala inúmeras iniciativas para implantação e manutenção do Ensino Médio.

Na segunda metade dos anos de 1980, culminaram significativos movimentos nos campos políticos e educacionais. Com a promulgação da sétima Constituição Federal do Brasil, em 1988, o país embarcou para um novo período de redemocratização, com centralidade no alargamento dos movimentos sociais e na participação das decisões educacionais, com propostas curriculares voltadas aos interesses e realidades apresentados nas escolas. Questões referentes às escolas públicas estavam na égide das discussões dos trabalhos de elaboração da Constituição Federal de 1988.

Saviani (2004, p. 45) reforça esse propósito, quando ressalta que:

A situação educacional configurada a partir das reformas instituídas pela ditadura militar logo se tornou alvo da crítica dos educadores, que crescentemente se organizavam em associações de diferentes tipos,

processo esse que se iniciou em meados da década de 1970 e se intensificou ao longo dos anos de 1980.

As consequências das discussões voltadas ao ensino médio resultaram no documento norteador, denominado Proposta Curricular de Santa Catarina. A primeira publicação deu-se no ano 1991, intitulada “Proposta Curricular de Santa Catarina: uma contribuição para a escola pública do Pré-Escolar, 1º Grau, 2º Grau e Educação de Adultos”.

O documento que hora se apresenta é uma síntese organizada da produção da Secretaria de Estado da Educação, junto com significativa parcela do professorado catarinense, em torno de delineamento de uma linha norteadora para o currículo de pré-escolar ao 2º grau, neste estado. Fazemo-lo com o entendimento de a educação ser uma atividade do Estado, e não de governo, necessitando-se, portanto, levar avante a discussão científica, independente de quem esteja gerindo esta atividade (SANTA CATARINA, 1991, p. 6).

A segunda publicação do documento, em 1998, constituiu-se de três cadernos:

- Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – disciplinas curriculares.
- Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – formação docente para Educação Infantil e Séries Iniciais.
- Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – temas multidisciplinares.

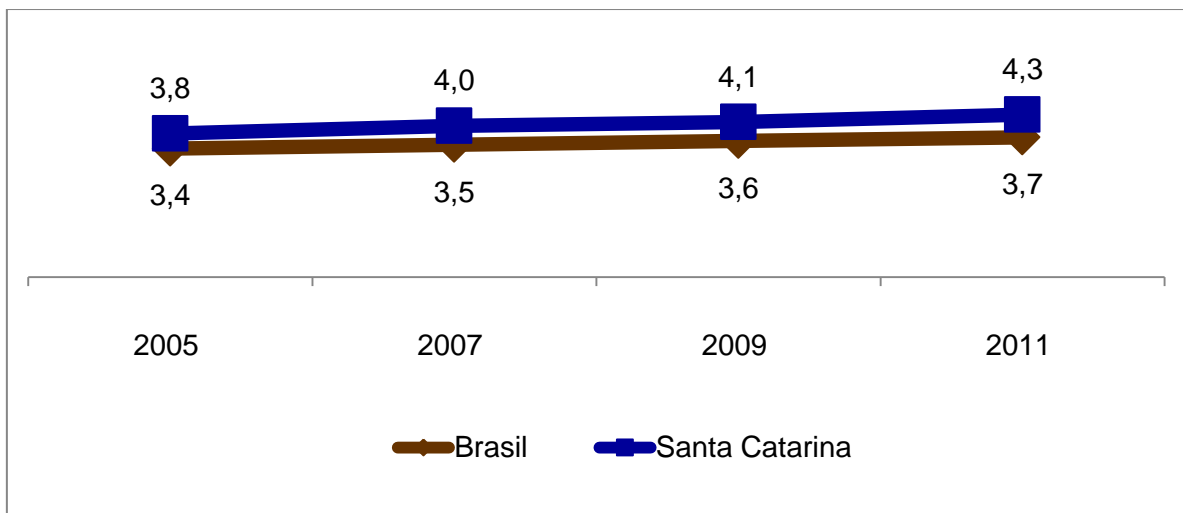
Inserido no Pacto por Santa Catarina, em 2014, está acontecendo a reestruturação da Proposta Curricular, que envolve toda a sociedade com participação *one line*. Essa proposta visa orientar professores da Educação Básica em suas práticas educativas e metodológicas, enfatizando a aprendizagem e o desenvolvimento integral do educando. Em 2005, foi lançado o caderno - Estudos Temáticos – que aborda temas emergentes como: educação e infância, alfabetização com letramento, educação e trabalho, educação de trabalhadores, ensino noturno e educação de jovens.

De acordo com o MEC/INEP/Dados, trabalhados na SED-SC/ASEST (2014), a estrutura educacional da educação básica do estado de Santa Catarina conta com 726 escolas públicas estaduais que oferecem ensino médio. No ano

de 2013, dos 227.651 alunos matriculados, 75,32% frequentam o curso no período matutino e 31,27% no período noturno.

No que tange às avaliações externas, realizadas pelo governo federal, os indicadores vêm apresentando melhorias. Conforme dados apresentados pelo MEC/INEP/Dados, trabalhados na SED-SC/ASEST (2014), o ensino médio de Santa Catarina apresenta-se em primeiro lugar no país em resultados. No ano de 2005, o IDEB era de 3,8, e em 2011, subiu para 4,3, ficando acima da meta proposta de 4,0.

Gráfico 01 - Evolução do IDEB– Brasil e Santa Catarina



Fonte: MEC/INEP/Dados elaborados pela SED/ASEST (2012).

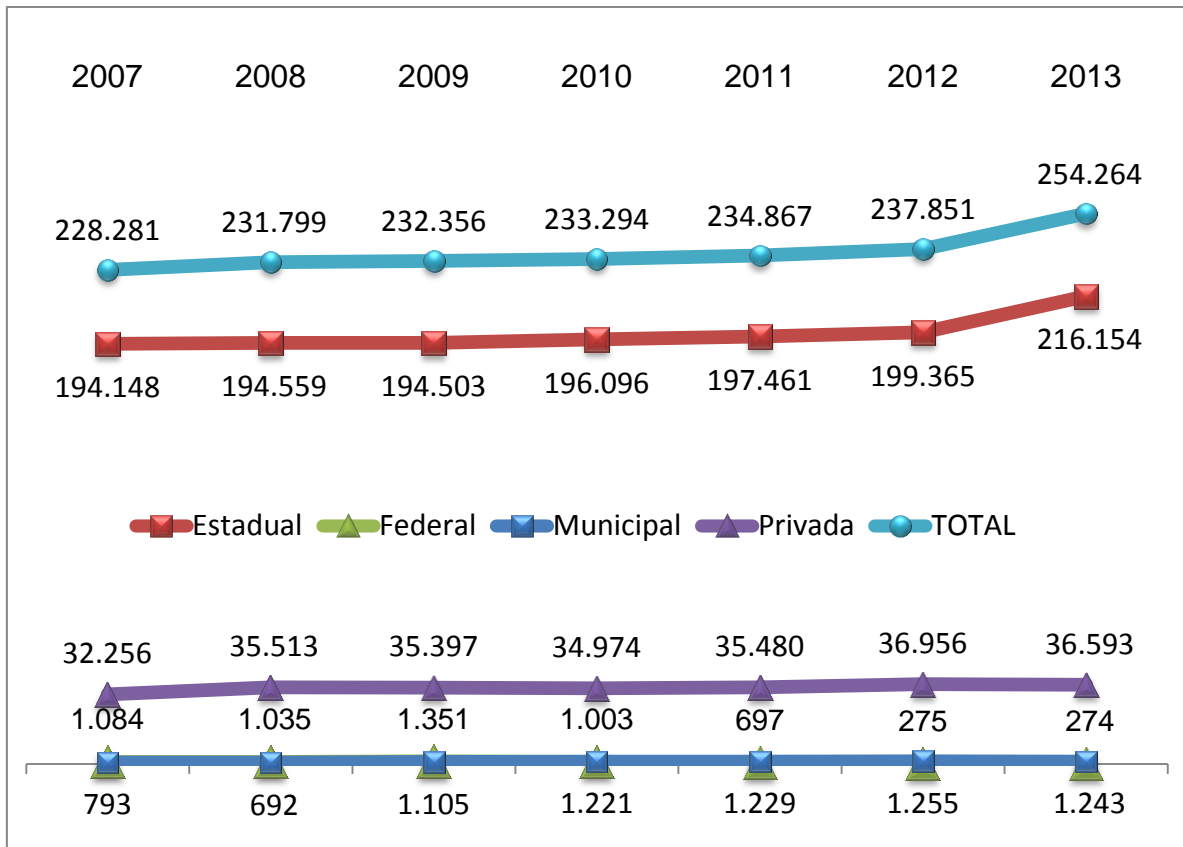
Em relação ao Brasil, o ensino médio no ano 2005 era de 3,4, subindo para 3,7, no ano de 2011. Esse aumento, apesar de ser gradativo, contempla a interface de numerosos esforços que possibilitam a inclusão, permanência e aprendizagem do indivíduo no ensino médio.

2.2.1 Dados Quantitativos da Educação de Santa Catarina

Em relação aos dados catarinenses, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2011, que aponta a taxa líquida de matrícula de alunos na faixa etária entre 15 e 17 anos de idade, o Ensino Médio, em 1995, apresentava um percentual de 29,62% dessa população e, em 2011, chegou a 53,10%.

De acordo com dados do MEC/INEP (2014), a evolução de matrículas no Ensino Médio nas escolas públicas catarinenses, entre os anos de 2007 e 2013, apresentou um avanço de 34.071 alunos matriculados no ensino médio.

Gráfico 02 - Evolução da Matrícula no Ensino Médio (Propedêutico)



Fonte: MEC/INEP/Dados trabalhados na SED-SC/ASEST (2014).

As peculiaridades do ensino médio propedêutico, da mesma esfera educacional, obteve um aumento 172.534 de matrículas. Com base nesses dados, a análise de procura do ensino médio remete à crise desta etapa da educação básica. Apesar do aumento da oferta de matrículas e as exigências do mercado de trabalho.

O aumento de matrículas no ensino médio pode ser observado como resultado de questões estudadas e organizadas pelas entidades governamentais, que acenam para a universalização desta etapa da educação básica.

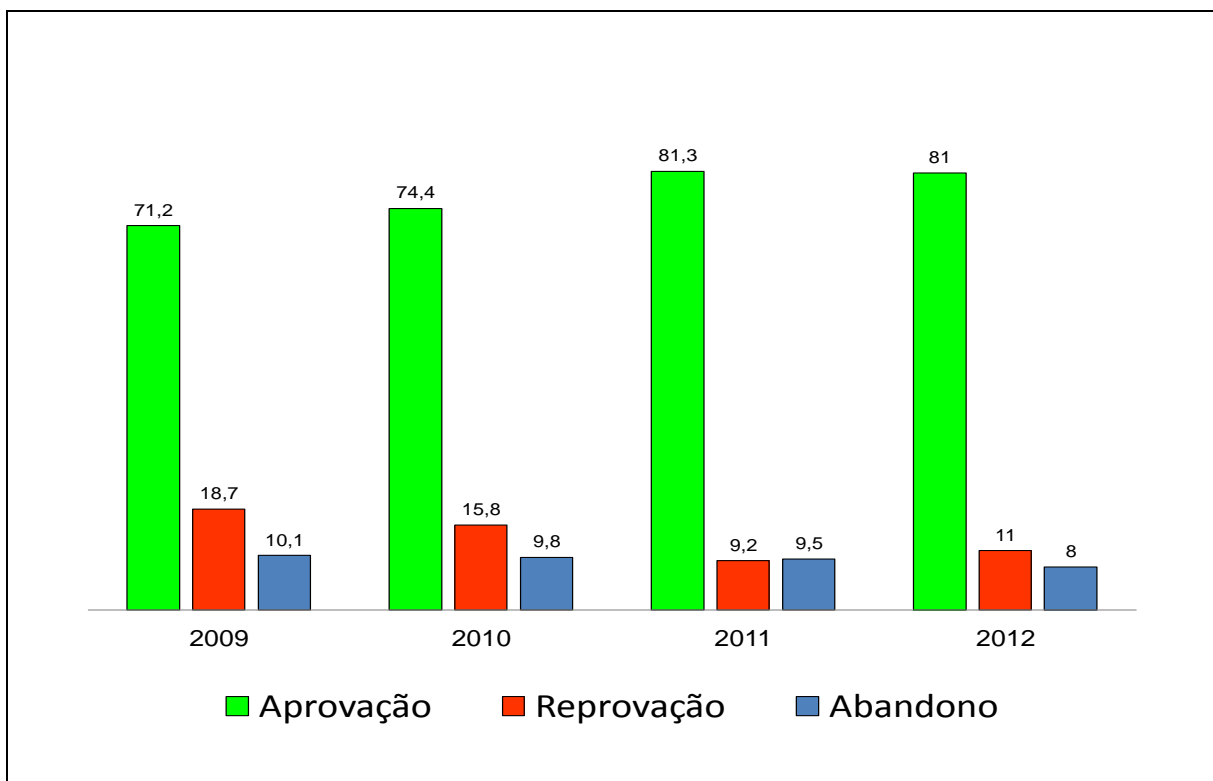
De acordo com Dalben (1998, p. 60), a reprovação:

[...] prejudica duplamente os alunos que fracassam: primeiro porque são obrigados a repetir no ano seguinte, conteúdos e atividades desenvolvidos no ano anterior, mesmo aqueles conhecimentos que

dominaram; e em segundo porque se desligam de seu grupo de iguais, provocando interrupção nos processos de socialização.

No diz respeito às taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar no estado de Santa Catarina, os índices apresentados no Censo Escolar 2011 estão longe do desejável. A taxa total de aprovação, na 1ª Série do Ensino Médio, foi de 70%, enquanto 18% reprovaram e 11% abandonaram a escola nesse mesmo ano.

Gráfico 03 – Índices de evasão, reprovação e abandono em Santa Catarina.



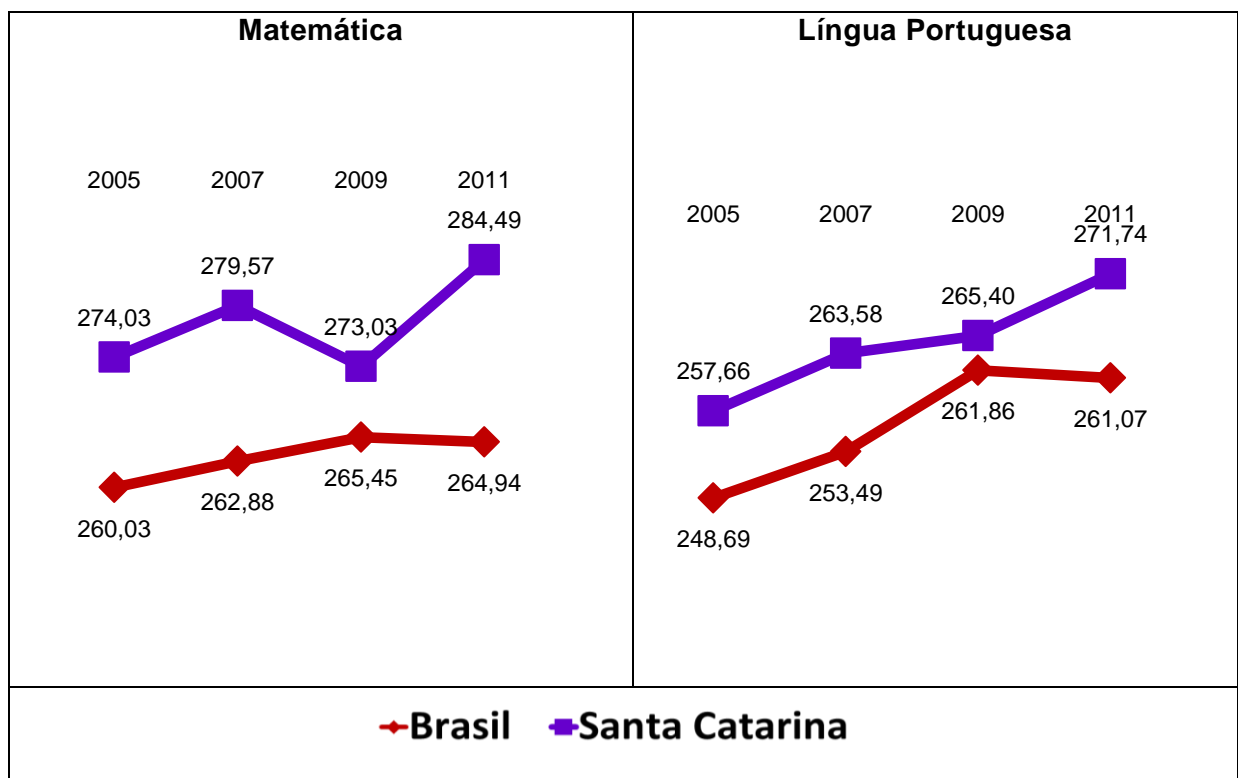
Fonte: Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina (2013).

Em relação às taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar, os índices apresentados no Censo Escolar 2011 ostentam insatisfação nos números. A educação brasileira apresentou taxa total de aprovação, na 1ª série do Ensino Médio, de 70%, 18% reprovados e 11% que abandonaram a escola nesse mesmo período.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), com base no Censo Escolar de 2011, Santa Catarina é o terceiro Estado com o menor índice (7,5%) de reprovação no Ensino Médio. No Censo de 2010, o Estado ocupava a 10ª posição com o índice de 10,4%, tendo um avanço de sete posições.

Diante da legislação vigente (Constituição Federal de 1988 e LDB 9394/96), o ensino médio é obrigação do Estado, sendo público, gratuito e laico, com qualidade, sustentação esta considerada como desafio a ser concretizado. A obrigatoriedade de o aluno frequentar a escola até os 17 anos de idade estabelece, de certa forma, a garantia de ingresso e permanência dos jovens e resulta em melhorias quantitativas dos índices estaduais e federais, mas não desmistifica a infrequência de alunos no ensino médio, aduzindo inquietações da qualidade que vem à tona. Diante da centralidade desta questão, a relação entre jovens, na idade de 15 a 17 anos, e a escola tornaram-se uma incógnita. Um grande campo de disputa entre interesses políticos, econômicos e sociais deixa um legado de desafios para os jovens que frequentam a última etapa da educação básica.

Gráfico 04 - Evolução do desempenho na Prova Brasil/SAEB



Fonte: MEC/INEP/Dados elaborados pela SED/ASEST

Mas apesar desta significativa melhoria, o Ensino Médio apresenta os piores indicadores de aprendizado e conclusão da educação brasileira, pois apenas metade dos matriculados conclui os estudos, e somente 10% aprende o que seria o mínimo adequado segundo as expectativas vigentes.

Em estudo realizado pelo Ministério da Educação (MEC) – 2011, constatou-se que dos alunos que concluem 3ª série do Ensino Médio, apenas 28,9% aprenderam o que era adequado em Língua Portuguesa e 11% de Matemática.

Segundo o Censo Escolar (2011), em Santa Catarina, a taxa de atendimento de jovens entre 15 a 17 anos na Educação Básica é de 326.188 alunos, o que corresponde a 5,30% desta população. Desse total, 201.054 (61,64%) estão no Ensino Médio, 71.571 (21,93%) desses jovens entre 15 a 17 anos estão no Ensino Fundamental, e 53.563 (16,43%) dessa clientela não é atendida.

A realidade educacional denotada pelo imediatismo exige que as forças majoritárias assinalem, entre outros fatores, melhorias financeiras. Apesar da proposta de democratização no acesso ao sistema escolar, a adequação idade/série educacional em Santa Catarina ainda é um desafio, principalmente na faixa de 15 a 17 anos de idade, em que só 50,9% dos estudantes estão na série/ano adequado (Ensino Médio).

Configurando a preocupação com estudantes do Ensino Médio, preferencialmente do 3º ano, da rede pública, o Governo Federal, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, por meio das GEREDs (Escolas Públicas Estaduais e Municipais), lançou através da Lei Federal nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), com o objetivo principal de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira.

2.2.2 O Estado de Santa Catarina: Aspectos Contextuais

Santa Catarina é um dos três estados da região sul com um uma área territorial de 1,12% da área total do Brasil. Segundo o IBGE (1990), o estado

possui 6 mesorregiões: Grande Florianópolis, Norte Catarinense, Oeste Catarinense, Serrana, Sul Catarinense e Vale do Itajaí, subdividido em 20 microrregiões, abrangendo um total de 295 municípios.

Sua história compõe-se desde os anos de 1500, quando os navegantes exploraram a costa sul, especialmente a Ilha de Santa Catarina. Desta forma, as regiões foram sendo povoadas com uma diversidade étnica de grandes levas de alemães, italianos, portugueses entre outros, compondo um conjunto cultural transferido entre gerações, que perduram até os dias atuais.

A economia catarinense está baseada na indústria, no extrativismo e na pecuária, sendo o maior exportador de frango do Brasil.

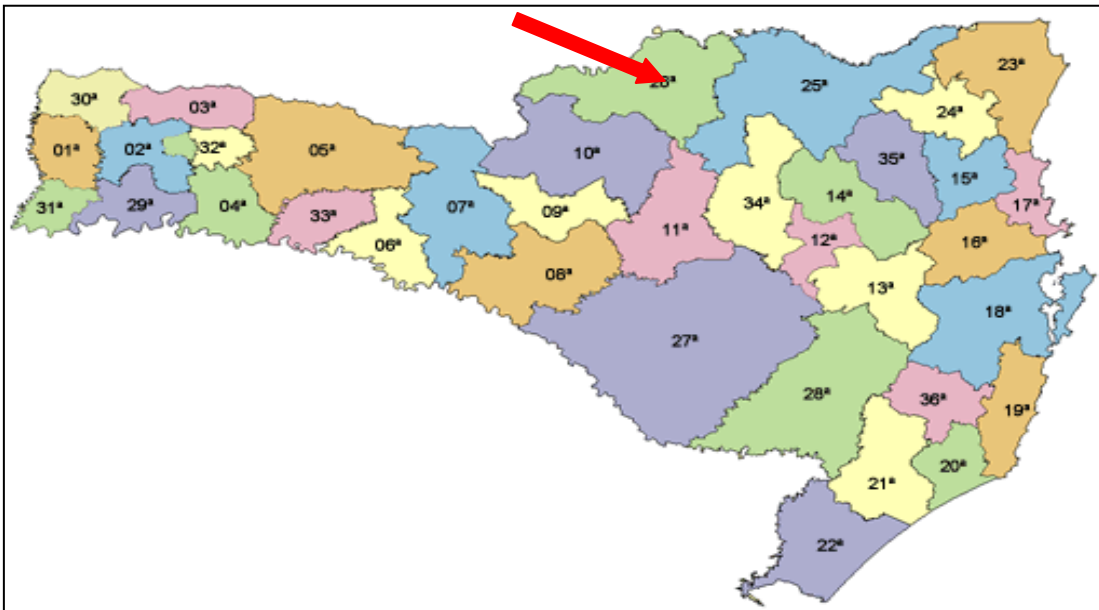
Santa Catarina tem também grandes atrativos turísticos, por isso recebe turistas de várias procedências.

Segundo resultados apresentados pelo Programa Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – 2013, o estado possui um dos melhores índices de IDH (0,774), ocupando, em 2010, a terceira posição em nível nacional. Em relação à educação, a população de 11 a 13 anos, que frequenta os anos finais do Ensino Fundamental ou que já concluiu o Ensino Fundamental, Santa Catarina ficou em primeiro lugar (91,51%) entre os estados brasileiros, e ocupa o 2º lugar em percentagem de população de 15 a 17 anos com Ensino Fundamental completo. Neste último IDH, o estado de Santa Catarina está entre os primeiros com maior renda per capita média.

2.2.3 O Processo de Descentralização Administrativa no Estado de Santa Catarina

O processo de descentralização destaca-se como marco histórico no estado de Santa Catarina. Com a promulgação da Lei Estadual Complementar nº 243 de 30 de janeiro de 2003, o estado passa a reorganizar sua estrutura administrativa. O governo estadual transfere ações até então centralizadas na capital, para as instâncias próximas população, criando inicialmente 26 SDRs, com o objetivo de proporcionar melhorias no desenvolvimento regional.

Figura 01 - Número das SDRs de Santa Catarina



Fonte: <http://www.cni.sdr.sc.gov.br>

Figura 02 – Municípios de abrangência da 26ª Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Canoinhas



Fonte: <http://www.cni.sdr.sc.gov.br>

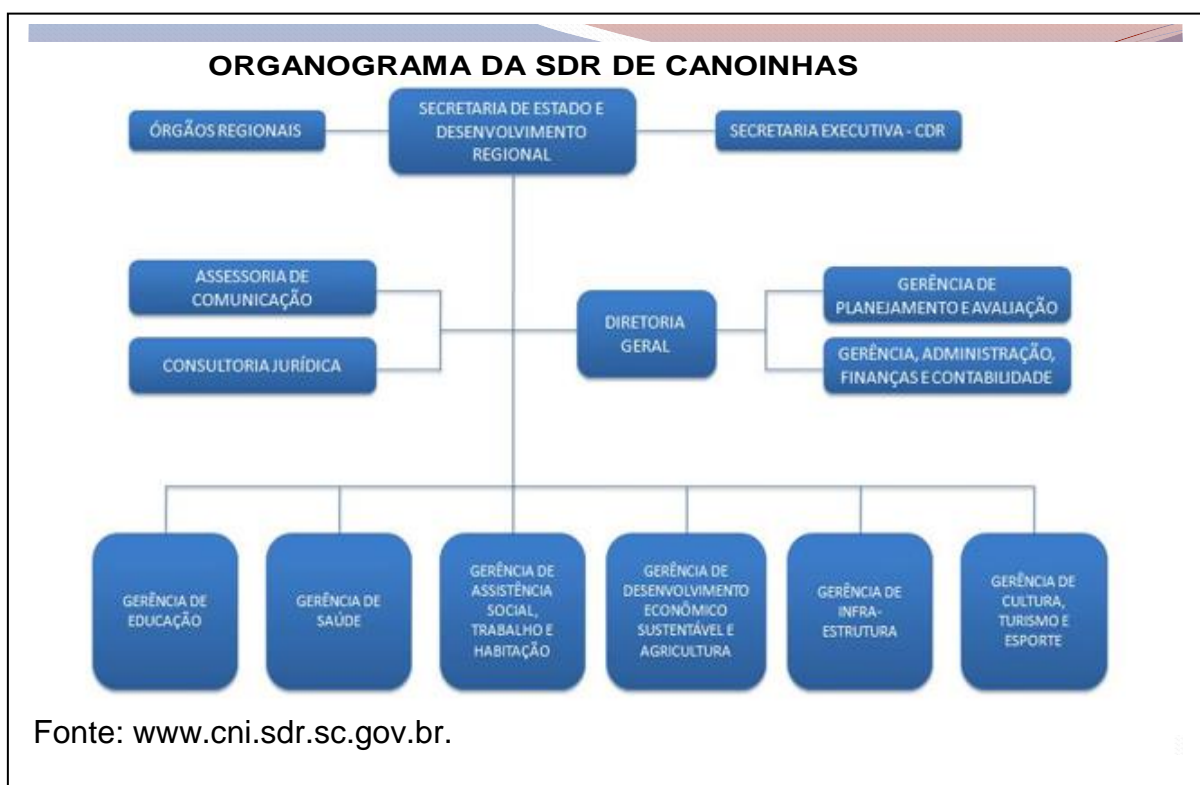
Com a promulgação da Lei Estadual Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007, também conhecida como Lei da Reforma Administrativa, foram criadas mais seis SDRs além das 30 da gestão anterior.

Para Birkner (2005, p. 185), a criação das SDRs vão além da descentralização administrativa “[...] não apenas na perspectiva da descentralização, mas também na criação de um estabelecimento de sinergias entre governos e sociedade organizada [...]”.

Juntamente com as SDRs, foram implantados os Conselhos de Desenvolvimento Regional (CDR), que proporcionam o diálogo direto entre governo e comunidade. Nesse sentido, a percepção das necessidades locais e regionais tomam corpo, amenizando as desigualdades de investimentos. As ações aprovadas pelos CDRs são encaminhadas ao Governo Estadual, o qual executa (ou não) as ações pretendidas.

A autonomia financeira ainda é uma incógnita no processo da descentralização. Investimentos de pequeno porte conferem às SDRs a autonomia de realização, mas investimentos que envolvam maiores proporções financeiras, cabe ao governo estadual decidir, neste caso, cabe ao Secretário de Desenvolvimento Regional interferir. A estrutura administrativa da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Canoinhas é apresentada na Figura 03.

Figura 03 – Organograma da 26ª Secretaria de Desenvolvimento Regional



A transparência desses investimentos e os diálogos estabelecidos se apresentam como pontos relevantes da descentralização.

A 26ª Secretaria de Desenvolvimento Regional integra o conjunto de 36 secretarias instituídas pelo governo Luiz Henrique da Silveira (2003-2006).

A estrutura administrativa atende seis municípios da região: Três Barras, Canoinhas, Bela Vista do Toldo, Irineópolis, Porto União e Major Vieira. Os investimentos chegaram a 106,4 milhões de reais até o ano de 2013, que incluiu a construção de unidades habitacionais, aquisições de veículos para saúde, reforma de escolas, aquisição de equipamentos agrícolas, compra de equipamentos hospitalares e odontológicos, pavimentações de ruas, entre outros.

2.2.4 O Ensino Médio em Santa Catarina: uma breve caracterização

Assim como no cenário da educação brasileira, o Ensino Médio em Santa Catarina tem sua decorrência baseada nas políticas educacionais, que possibilitam o acesso e permanência do aluno na última etapa da educação básica, mas esse processo é lento e gradual. Sua clientela é composta por alunos oriundos do Ensino Fundamental e por aqueles que buscam, na certificação conclusiva do Ensino Médio, a possibilidade de inserção no mercado profissional.

Santa Catarina vem repensando e investindo no ensino médio profissionalizante, com a implantação de programas que geram oportunidades aos alunos do ensino médio na formação inicial continuada (Fic). Além de atender alunos matriculados no ensino médio, esta formação é oferecida à população do CEJA e trabalhadores que já concluíram o ensino fundamental ou médio, interessados nos cursos oferecidos, sendo assistidos pela assistência social dos municípios.

Em 2007, foi criado o Brasil Profissionalizado, que visa fortalecer o Ensino Médio, denominados Ensino Médio Integrado a Educação Profissional (EMIEP), com repasse financeiro do MEC direto às escolas, destinado à infraestrutura, desenvolvimento e melhoria de gestão, práticas pedagógicas e formação de professores. Por fazer parte do Programa Brasil Profissionalizado, já recebeu diversas melhorias, tanto na área física como em equipamentos, laboratórios e

material didático, além de capacitação para os profissionais. Considerando que o salto de investimentos na etapa final da Educação Básica, tenha ocorrido num discurso de democratização, a atual conjuntura do Ensino Médio ainda é pouco animadora.

Os avanços levam a novos direcionamentos, onde as escolas contempladas com Ensino Médio Integral disponibilizaram os EMIEPs também com tempo integral. Desta forma, no ano de 2011, o MEC determina a integralidade da carga horária dos EMIEPs, onde os cursos técnicos são realizados com o mínimo de 800 horas, no decorrer de 3 anos, com carga horária total de 3.200 horas. Por fim, o EMIEP acaba concebendo o tempo escolar ampliado, em conjunto com elementos integrados ao Ensino Médio e Educação Profissional.

Santa Catarina aderiu ao Programa Ensino Médio Inovador - ProEMI, a partir do ano 2010, iniciando com 18 escolas selecionadas pela Secretaria de Educação – SED; dentre os requisitos, era indispensável que dispusessem de espaços físicos e que, preferencialmente, atendessem apenas o Ensino Médio.

Outro programa implantado em Santa Catarina foi o Programa de Recuperação de Estudos para o Ensino Médio – PREEM. A contraproposta deste programa está no combate à evasão e reprovação no Ensino Médio, visto que os alunos que participam do PREEM são oriundos do Programa de Correção de Fluxo, onde se encontravam na 6ª série do Ensino Fundamental, e por apresentarem defasagem na idade/série, frequentaram o referido programa que reduzia a 7ª e 8ª série em apenas um ano. Vale considerar que alguns alunos ainda estavam na 5ª série e concluíram três séries em apenas um ano. A defasagem na aprendizagem ficou visível, solucionando um problema e gerando outro maior ainda.

Sob o ponto vista historiográfico, o materialismo dialético fragmenta a sociedade em duas classes: a burguesia e a classe trabalhadora. O trabalho é entendido como princípio de cidadania, na forma que gera riquezas, e que se distingue da exploração do trabalho, presente na produção capitalista.

Complementado a concepção de Chomsky (2002), pode-se afirmar que o processo de reestruturação econômica representa o desejo transacional de regular as economias localizadas. Portanto, percebe-se o que as políticas

econômicas educacionais almejam, por concepções neoliberais e neoconservadoras, no que se refere à sua aplicabilidade.

Os modelos de política não são independentes da política cultural e dos valores. Suas relações são duplas. Primeiramente o modelo de política deve dar forma aos conceitos e aos valores mais gerais da ordem social. Segundo, deve estar em harmonia com as concepções dominantes do governo e com as formas de interação entre Estado e sociedade (AZEVEDO, 1997, p. 67).

Apesar da maior democratização no acesso ao sistema escolar, a adequação idade/série educacional, em Santa Catarina, ainda é um desafio, principalmente na faixa de 15 a 17 anos de idade, pois segundo a Síntese dos Indicadores Sociais 2010 (SIS 2010), só 50,9% dos estudantes estão na série/ano adequado (Ensino Médio). Essa contrapartida se reveste da situação real de que muitos alunos iniciam o Ensino Médio, e com oportunidades de emprego (mesmo que temporário), se evadem da escola para se destinar ao mundo do trabalho. A iniciativa de desistência do ensino médio, para ingresso no mercado de trabalho, resultará futuramente na necessidade de formação escolar (frequentar o Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA) para permanecer no emprego, o que acaba gerando o desemprego.

Não se pode dissociar o desenvolvimento e a qualidade de vida das pessoas de uma região sem desfrutar dos investimentos de recursos aplicados pelos governantes.

No início do ano letivo de 2013, muitos dos alunos ingressaram no Ensino Médio Regular, mas cerca de 30% desistiram por não conseguirem acompanhar o nível de aprendizagem dos demais. Esta justificativa foi apresentada às escolas pelos próprios alunos ao comunicar a desistência.

O Governo do Estado Santa Catarina implantou, no segundo semestre do ano de 2013, o programa para recuperar esses alunos e evitar o agravante da evasão e reprovação nas 1ª séries do Ensino Médio. Vale lembrar que os alunos, que frequentam esse programa, não pertencem às classes mais favorecidas.

A 26ª Gerência de Educação teve uma escola selecionada, a Escola de Educação Básica Almirante Barroso de Canoinhas, que inicialmente não apresentou satisfação pela seleção, mas com o decorrer dos trabalhos, os paradigmas foram se transformando. Em 2014, esta escola, assim como muitas

outras no estado de Santa Catarina, não abdicam desta proposta inovadora do Ensino Médio, tendo por base o desenvolvimento integral do aluno.

A partir de 2014, o Estado de Santa Catarina implantou o EMIEP em Tempo Integral, em alguns Centros de Educação Profissional (CEDUP), onde a base comum e as disciplinas específicas são desenvolvidas de forma integrada através da criação de matrizes específicas com base nos temas propostos no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.

Programas e projetos são implantados nas escolas públicas, visto que quando as oportunidades de trabalho não estão aumentando, a educação funciona como mecanismo para seleção e recrutamento desses indivíduos, provendo ainda as desigualdades sociais. A leitura econômica sobre o capital humano considera que o Programa de Ensino Médio Inovador é uma das melhores hipóteses de atendimento às necessidades sociais.

O maior programa já instituído no estado é o Pacto por Santa Catarina, que envolve 10 bilhões de reais, destinados às obras e aquisições das áreas de Educação, Saúde, Infraestrutura, Segurança Pública, Justiça e Cidadania, Defesa Civil, Agricultura e Proteção Social. No espaço educacional, além das construções, reformas e ampliação de escolas, foram destinados materiais didático-pedagógicos aos professores e alunos da educação básica.

No segundo semestre de 2014, os investimentos do Pacto envolvem o Ensino Médio, e segundo o MEC, o Pacto Para Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM) terá um custo de 1 bilhão de reais.

Para dar continuidade a esse processo, no mês de novembro do ano de 2013 retomam-se as análises das dimensões epistemológicas e pedagógicas da Proposta Curricular de Santa Catarina e, no ano de 2014, passa a integrar o planejamento do Pacto por Santa Catarina⁷.

2.3 PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR

Considerando que a educação passou por significativas mudanças nos anos posteriores a 1920, Anísio Teixeira, que teve sua concepção de educação respaldada na corrente pragmatista de Dewey, foi um precursor dessas

⁷ Trata-se de um programa de gestão de projetos já implantados ou em vias de implantação, e envolve R\$ 10 bilhões em investimentos em estruturas, saúde, educação, entre outros no Estado de Santa Catarina.

transformações, defendendo a escola pública e gratuita, voltada aos interesses e realidades social de cada aluno.

Para além da necessária ampliação do tempo diário de escola coloca-se o desafio da qualidade desse tempo, que, necessariamente deverá constituir-se como um tempo reinventado. Que compreendendo os ciclos, as linguagens, os desejos das infâncias e juventudes que acolha, modifique assimetrias e esterilidades que ainda são encontradas na prática pedagógica escolar (MOLL, 2012, p.43).

A formação integral do aluno era indispensável, mas deveria ser inspirada de forma inovadora, regada de espaços físicos adequados, com equipes pedagógicas apropriadas para desenvolver tais atividades. A condição de interesses e necessidades dos alunos estariam inseridas num tempo escolar ampliado, onde múltiplas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento se faziam presentes.

Foi adiado pelo menos duas vezes, com Anísio Teixeira e depois com Darci Ribeiro. Dadas as condições atuais, pouco investimento e a mentalidade de escola mínima, de um único turno que de enraizou na sociedade brasileira, torna-se necessária a 'desnaturalização' da 'escola de turno' entendida por muitos como única forma possível para o funcionamento da escola (MOLL, 2012, p. 42).

A escola passa a ser vista como um espaço além da aprendizagem, devendo focar também a vivência e a condição social dos educandos. A força dessa análise incorpora a responsabilidade pelos fracassos e êxitos incutidos pela educação brasileira.

Os altos índices de reprovação e evasão, apresentados no Censo de 2011, alertam para propostas emergentes voltadas ao Ensino Médio e Profissional.

Com os altos índices de evasão e reprovação no Ensino Médio no Brasil, o Ministério da Educação (MEC) propõe ações voltadas à melhoria quantitativa e qualitativa desta etapa da Educação Básica, entre elas, está o Programa de Ensino Médio Inovador.

O Programa Ensino Médio Inovador contempla as ações estabelecidas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como preocupação do Governo Federal em conduzir o redesenho dos currículos do Ensino Médio.

A relação destas ações vem sendo incorporada gradativamente ao currículo das escolas, através da ampliação do tempo escolar e a diferenciação das práticas pedagógicas, com ações propostas às necessidades e expectativas dos alunos do ensino médio.

Se considerados os desníveis avaliativos do alunado e o apagão do Ensino Médio, o Ministério da Educação (MEC) expressa preocupação com a qualidade da etapa final da Educação Básica, visto que o currículo até então aplicado não contempla a lógica das necessidades e interesses dos adolescentes.

Guará (2006) reforça esta concepção, quando afirma que:

Na perspectiva de compreensão do homem como ser multidimensional, a educação deve responder a uma multiplicidade de exigências do próprio indivíduo e do contexto em que vive. Assim, a educação integral deve ter objetivos que construam relações na direção do aperfeiçoamento humano. A educação, como constituinte do processo de humanização, que se expressa por meio de mediações, assume papel central na organização da convivência do humano em suas relações e interações, matéria-prima da constituição da vida pessoal e social (GUARÁ, 2006, p. 16).

O programa propõe mudanças no Ensino Médio Regular e Profissionalizante, incorporando componentes curriculares que fomentem a possibilidade e articulação interdisciplinar voltados ao conhecimento.

2.3.1 Marcos Legais do Programa de Ensino Médio Inovador

Em 1982, como vice-governador do Rio de Janeiro e coordenador do Programa Especial de Educação, Darcy Ribeiro criou os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs). Estes Centros eram escolas públicas, de período integral, onde as crianças cursavam disciplinas curriculares e recebiam alimentação de qualidade e acompanhamento médico-odontológico, além de praticarem atividades esportivas. A concepção de tempo integral era constituída da base comum de conhecimento, acompanhada de atividades desportivas, artísticas e de formação profissional.

A atenção para a proposta de implantação do tempo integral nas escolas foi defendida pelo então Senador Darcy Ribeiro, responsável pela inserção do assunto na redação final ao projeto de lei, que posteriormente foi sancionada e se transformou na LDB (Lei 9.394\96).

Para Gonçalves (2006, p. 02),

A educação integral entendida enquanto formação integral é a concepção mais comumente encontrada e empregada (...) tal

compreensão pressupõe que se considerem crianças e adolescentes como sujeitos inteiros que possuem uma singularidade própria.

No ano de 2007, através da Portaria Interministerial nº 17/2007, foi criado o Programa Mais Educação, que aumenta o tempo, o espaço e as oportunidades educativas nas escolas públicas, por meio de atividades alternativas que são agrupadas em macrocampos: meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educomunicação, educação científica e educação econômica.

O programa será implementado por meio do apoio à realização, em escolas e outros espaços socioculturais, de ações socioeducativas no contraturno escolar, incluindo os campos da educação, artes, cultura, esporte, lazer, mobilizando-os para a melhoria do desempenho educacional, ao cultivo de relações entre professores, alunos e suas comunidades, à garantia de proteção social da assistência social e à formação para a cidadania, incluindo perspectivas temáticas dos direitos humanos, consciência ambiental, novas tecnologias, comunicação social, saúde e consciência corporal, segurança alimentar e nutricional, convivência e democracia, compartilhamento comunitário e dinâmica de redes (BRASIL, 2007).

O Programa foi adotado há mais de três anos, tendo como prioridade melhorar os índices do Índice Brasileiro de Desenvolvimento (Ideb), por isso foi implantado em regiões de vulnerabilidade social.

Parte constitutiva do PDE, o programa Mais Educação (...) objetiva a implementação de educação integral a partir da reunião dos projetos sociais desenvolvidos pelos ministérios envolvidos – inicialmente para estudantes do ensino fundamental nas escolas de baixo Ideb (BRASIL, 2009, p. 13).

A proposta de melhoria na qualidade do tempo e espaço da aprendizagem do aluno estipulou uma nova investida no Ensino Médio em 2010, com a criação do Ensino Médio Inovador. Nesta perspectiva, o aluno passaria dois períodos a mais na escola, onde cada escola teria a autonomia de inserir na grade, a disciplina que caracteriza o curso (exemplo: robótica).

Com a análise das ações realizadas, em 2012 ocorreu a implantação do Ensino Médio em Tempo Integral (com carga horária total de 5.400 horas) e a matriz do novo Ensino Médio Inovador (com carga horária total de 4.442 horas).

Aprovado em 2007, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)

consolidação do Ensino Médio Integral em 95 escolas da rede pública estadual de ensino.

No ano de 2010, quando 18 escolas iniciaram as atividades do ProEMI, o número de alunos envolvidos era 2.246 matriculados, em 2014, 130 escolas catarinenses oferecem esta modalidade contando com 16.370 alunos.

2.3.2 Tempo Escolar Ampliado

O conceito de ampliação no tempo escolar do Ensino Médio vem tomando espaço nessa nova roupagem que vem sendo oferecida ao Ensino Médio. A concepção do termo Inovador está associada principalmente aos custos destes investimentos, onde um valor é repassado anualmente para estas escolas, cuja questão tece grandes críticas por parte das comunidades escolares. Os principais questionamentos são os espaços físicos, destinados aos horários de convivência (almoço) e aos laboratórios (Química, Física, Biologia, Matemática, Línguas e Informática).

Desde o início de 2012, cerca de 12 mil alunos do Ensino Médio Inovador passam 09 horas na escola, em pelo menos três dias na semana. Com a carga horária ampliada, os alunos tendem a expandir sua dimensão física, mental, emocional e espiritual, mas para manter o aluno nesse espaço de tempo na escola, é importante que esta ofereça condições necessárias.

Na contextualização dos três anos em que o aluno frequentará, no mínimo 3.200 horas, seu currículo será composto por atividades diferenciadas, isto é, se ele estuda no período matutino, normalmente, no contraturno, ele estará desenvolvendo atividades esportivas, cursos de línguas (Inglês ou Espanhol), participando de cursos de artesanato e assim sucessivamente. Esta é a proposta inovadora do Ensino Médio Inovador, e com 20% da carga horária diferenciada, ele desfrutará de todas essas atividades dentro do contexto escolar.

Segundo Cavalari (1999): “O verdadeiro ideal educativo é o que se propõe a educar o homem todo. E o homem todo é o conjunto do homem físico, do homem intelectual, do homem cívico e do homem espiritual” (p.46).

A proposta é que o aluno, após os três anos de frequência, saia do curso com capacidade de oralidade e leitura em Inglês, já que, no decorrer do

processo, ele tem aulas de conversão e teoria. Em síntese, o aluno de Ensino Médio passará mais tempo na escola com atividades voltadas à aprendizagem e desenvolvimento integral, participando de saídas de campo, aulas de conversação de inglês, aulas de cultura e esporte.

As condições de permanência e ampliação do tempo escolar, para alunos do Ensino Médio, traz a reflexão de que a escola de hoje é desafiada a reconhecer outros saberes além daqueles trabalhados nos seus currículos e com eles desenvolver diálogos capazes de promover uma constante e fértil transformação, tanto aos conteúdos escolares quanto na vida social. Seu papel é fundamental no processo de conhecimento.

Nesse sentido, Arroyo (1997, p. 25) afirma que:

Os setores populares submetidos à rotina da reprodução da sobrevivência, fechados por décadas nesse estreito círculo das necessidades mais prementes, submetidos a um estilo de política clientelística, esses setores vão crescendo como membros de grupos, se associam, reivindicam, discutem politicamente suas condições de vida e buscam canais de representação na condução dos serviços e espaços públicos. Vão redefinindo a política clientelística. Pressionam por uma política de cidadania.

A reorganização dessa jornada, dentro do Ensino Médio Inovador, exige que a formação de educadores esteja voltada aos conteúdos específicos de formulação e acompanhamento de ações ligadas à gestão intersetorial e comunitária.

2.3.3 Componentes Curriculares

O programa apresenta uma nova proposta educativa que, *a priori*, atende a uma expectativa de mudança e a uma nova organização do trabalho pedagógico, por meio da reorganização da atual estrutura curricular em quatro eixos: trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

A construção do planejamento coletivo interdisciplinar é voltada para a inserção social do aluno, buscando o desenvolvimento integral do mesmo. As aulas de cultura e esporte procuram promover as aptidões dos alunos. Estas atividades são organizadas simultaneamente pela Unidade Escolar, a qual faz opção de duas atividades (conforme sua realidade e necessidade) e cada aluno

fará opções a respeito do grupo que prefere, de acordo com suas habilidades. Isso significa 20% da carga horária oferecida às atividades optadas pela escola (Leitura, Esporte, Lazer, Convivência e Laboratórios).

A exigência na formação dos profissionais que atuarão neste programa constitui um emaranhado de concepções acerca de inovar em tempo ampliado. Nesse sentido, a proposta reveste-se como alternativa para os pais em condicionar seus filhos mais tempo na escola, com acompanhamento pedagógico e diferenciado, com profissionais capacitados e competentes.

A escola de Ensino Médio inovador atuará como uma comunidade de aprendizagem. Nela, os jovens desenvolverão uma cultura para o trabalho e demais práticas sociais, por meio do protagonismo em atividades transformadoras, a partir das interfaces entre a ciência, cultura, tecnologia e trabalho, tendo este último como princípio educativo.

Nesse sentido, foi instituído o componente curricular Empreendedorismo com a finalidade de incentivar as práticas empreendedoras no Ensino Médio Inovador, para que os jovens tenham a oportunidade de participar de ações de inserção social, possibilitando, dessa forma, o exercício da autonomia, bem como sua realização como pessoa humana.

Na nova organização curricular, foram implantadas aulas de Esporte e Cultura como disciplinas diversificadas da matriz curricular do ProEMI, com modalidades/disciplinas optativas: basquetebol, handebol, atletismo, futsal, voleibol, capoeira, xadrez, ioga, tênis de mesa, judô, dança, teatro, música, canto coral, artesanato, flauta, violão, piano, poesia e oratória, ginástica e natação.

A integralidade da pessoa humana abarca a intersecção dos aspectos biológico-corporais, do movimento humano, da sociabilidade, da cognição, do afeto, da moralidade, em um contexto tempo-espacial. Um processo educativo que se pretenda “integral” trabalharia com todos estes aspectos de modo integrado – ou seja – a educação visaria à formação e ao desenvolvimento humano global e não apenas ao acúmulo informacional (GUARÁ, 2006, p. 18).

As oportunidades são oferecidas aos jovens que frequentam as escolas públicas e que desejam desenvolver prioritariamente sua integralidade. A proposta é que este conclua a última etapa da Educação, com a base necessária para o exercício da cidadania, isto é, que tenha conhecimento da vida social, com direitos e deveres, estando ainda melhor preparado para o mundo do trabalho,

sabendo elaborar seu currículo e inseri-lo nas mídias. Pensando nisso, os alunos do programa também desfrutam de aula de Informática, onde um Professor Orientador de Informática desenvolverá aulas práticas e teóricas.

O programa oferece o componente curricular de Informática, com o objetivo de disseminar a cultura tecnológica junto aos alunos e professores das escolas de Ensino Médio Integral e Inovador, a fim de desenvolver o espírito criativo e inovador dos jovens, na busca de novos conhecimentos e ações transformadoras da realidade organizacional e social.

Nesse processo, os alunos, além das aulas de Informática, que são desenvolvidas no decorrer dos 3 anos (1ª, 2ª e 3ª), têm acesso aos diversos tipos de tecnologias de informação e comunicação, com a proposta de que, ao concluírem o Ensino Médio, estejam aptos a ingressar no mercado com conhecimentos adequados às suas necessidades.

Na teoria favorável ao tempo integral, o tempo assume grande importância para o planejamento semanal, pois se reportam ao compromisso com a aprendizagem do conjunto de conhecimentos que estruturam os saberes escolares. Para tanto, a escola de Ensino Médio Inovador, proposta pela Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina (SED), configura-se com carga horária diária de nove (09) horas/relógio, iniciando às 08 horas, com término das atividades escolares às 17 horas, perfazendo o total anual de 1.800 horas.

[...] haverá escolas nucleares e parques escolares, sendo obrigada a criança a frequentar regularmente as duas instalações. O sistema escolar para isso funcionará em dois turnos, para cada criança ensino propriamente dito; no segundo receberá, em um parque-escola aparelhado e desenvolvido, a sua educação propriamente social, a educação física, a educação musical, a educação sanitária, a assistência alimentar e o uso da leitura em bibliotecas infantis e juvenis (TEIXEIRA, 1997, p. 243).

Compreendendo a amplitude e importância dos espaços para a construção do conhecimento, o ensino em tempo integral traz como proposta a inserção dos alunos em espaços diferenciados que transcendem a sala de aula, por exemplo:

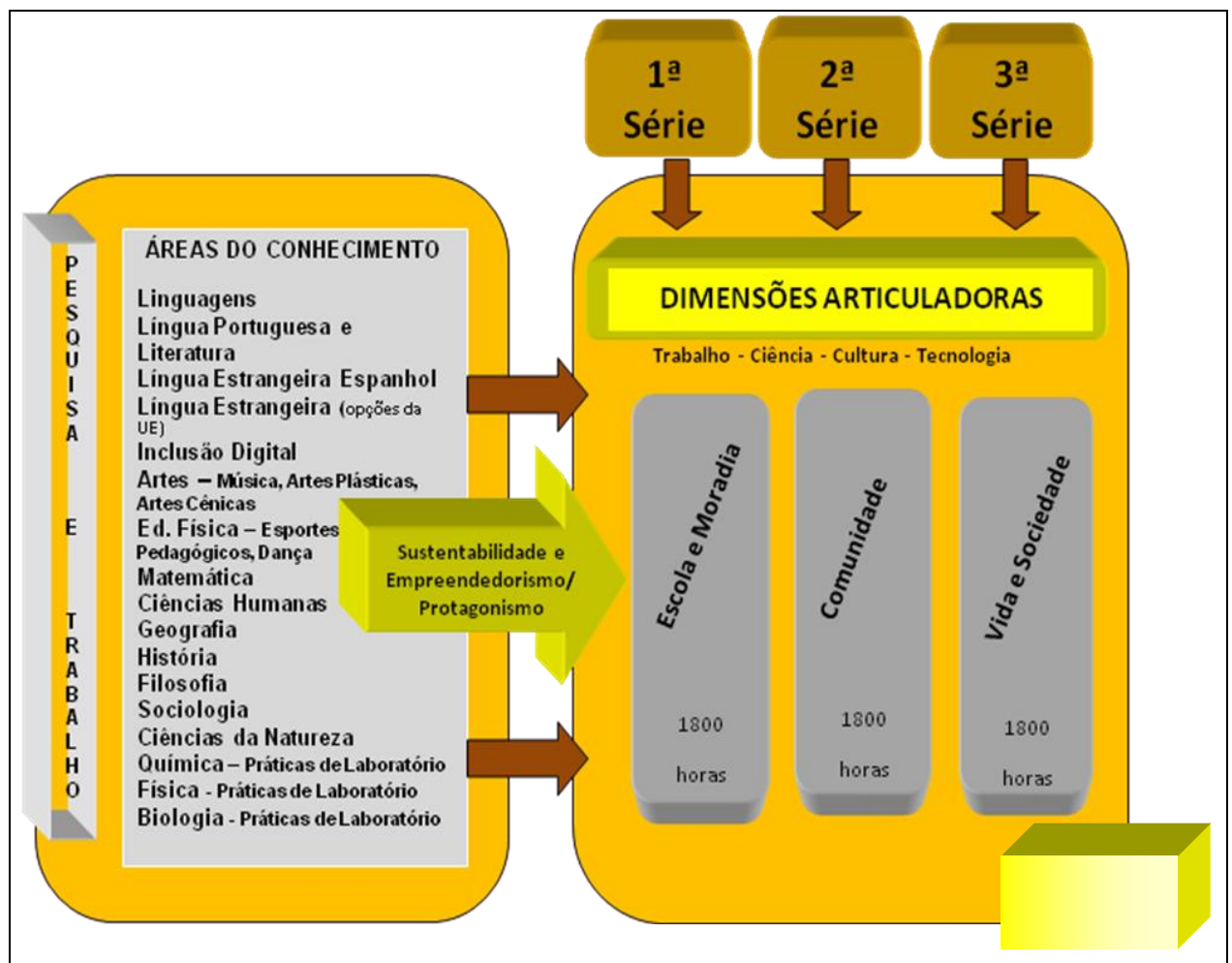
- saídas de campo, organizadas a partir do planejamento coletivo, pertinentes com conteúdos desenvolvidos e elaboração prévia de roteiro de observação, pesquisa, produção de textos, levantamento de dados, busca de imagens, entre outros;

- visitas á museus, parques, empresas e a outros espaços socioculturais;
- atividades nos diversos laboratórios (informática, química, matemática, física e biologia);
- atividades culturais e esportivas;
- atividades de inclusão virtual e língua estrangeira (inglês e espanhol).

O tempo e espaço são relevantes para que o planejamento interdisciplinar seja elaborado coletivamente.

Para que esse trabalho se concretize, é preciso vislumbrar os conhecimentos em 03 anos consecutivos, sendo assim, os eixos articuladores da produção de significados se distribuem da seguinte forma:

Figura 05 – Áreas de conhecimento do Ensino Médio Inovador:



Fonte: Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina (2010).

A proposta de inserção da questão socioambiental no currículo do ProEMI se faz presente na Lei Federal nº 13.558, de 17 de novembro de 2005, que

dispõe sobre a Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA), artigo 4º, inciso II: a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade.

Desta forma, tem como eixos norteadores a sustentabilidade e o empreendedorismo, concebendo um currículo que se desprende do modelo tradicional, contextualizando aulas práticas, onde o jovem passa a ser participativo e ativo nas ações desenvolvidas, sendo que, através da transversalidade, estão imbricadas metodologias centradas na aprendizagem na ação do estudante.

As disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Inglês e Espanhol devem apresentar-se como instrumentos para a elaboração e construção dos demais saberes, relacionando-os aos demais campos de conhecimento.

Percebe-se que o jovem que quiser chegar ao mundo privilegiado do conhecimento, da pesquisa e da especialização profissional, a formação nesse modelo de escola propõe a torná-lo autônomo, solidário e produtivo. Os princípios norteadores do trabalho pedagógico têm como base:

- Tempo: nesse processo de aprender, o tempo assume grande importância, pois a aprendizagem requer elaboração, requer realização de múltiplas experiências, requer poder errar no caminho das tentativas e buscas, enfim, requer considerar os diferentes tempos dos sujeitos da aprendizagem.

- Espaço: a escola de Ensino Médio Integral, por meio de planejamento interdisciplinar e projetos integrados, voltados à inserção social do aluno, deve proporcionar a construção de aprendizagem em outros espaços educativos, experiências fora de seu espaço formal, elaboradas, intencionalmente, pela comunidade escolar e sempre acompanhadas por profissionais em cada área de conhecimento.

- Estrutura e organização curricular: o currículo será organizado e integrado a partir de um núcleo responsável pelos objetivos de aprendizagem, relacionados com a preparação básica para o trabalho e demais práticas sociais: elaboração de planos e projetos, trabalho em equipe, ações de desenvolvimento cultural, social e econômico da comunidade/empreendedorismo e sustentabilidade, práticas e eventos esportivos, produções artísticas e outros.

- Momentos de convivência: grêmio estudantil, produção de jornal, rádio-escola, cineclube, produção de curtas e documentários, fotografia, torneios esportivos, gincanas, varais literários.

- Viagem de estudos: organizada a partir do planejamento coletivo, pertinente com conteúdos desenvolvidos com elaboração prévia de roteiro de observação, pesquisa, produção de textos, levantamento de dados, busca de imagens, entre outros.

2.3.4 Órgãos Financiadores do ProEMI

As políticas de organização e atendimento ao Ensino Médio Inovador, estão no molde e égide do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, dentro do que dispõe a Resolução CD/FNDE nº 4, de 17 de março de 2009, e do Programa de Ensino Médio Inovador que, através do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC), destina recursos específicos às escolas que oferecem ProEMI. Os recursos financeiros previstos e repassados anualmente às escolas de Ensino Médio Inovador têm por base o número de alunos referente ao ano anterior inseridos no Censo.

O sentido da concepção de financiamento também se faz presente, e os repasses de recursos financeiros pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), através do SIMEC, direto à escola - Projetos de Reestruturação Curricular (PRC) e Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) estimularam outras escolas de Santa Catarina a aderirem ao Programa. Os recursos são repassados anualmente, em duas etapas, em conformidade ao número total de alunos da cada escola (proporção é de 70%, em custeio e 30%, capital).

Essa amplitude de valores desperta ainda mais para a simpatia do programa, visto que, em 2013, das dezessete escolas da 26ª Gerência de Educação, mais nove escolas solicitaram a implantação do programa, mas por questões de disponibilidades físicas e pedagógicas, apenas mais três implantaram, a partir de 2014, o Programa de Ensino Médio Inovador.

Dos recursos destinados especificamente ao Ensino Médio Inovador, 70% do total correspondem ao custeio, e 30% ao capital. A avaliação e o

acompanhamento deste programa ficam por conta da Secretaria de Educação Básica/MEC.

O MEC afirma que o Ensino Médio Inovador e a reforma curricular são prioridades da atual gestão. A compreensão do termo Inovador está associada principalmente aos custos destes investimentos, onde um valor é repassado anualmente para estas escolas, cuja questão tece grandes críticas por parte das comunidades escolares.

Desta forma, as Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) tentam amenizar os problemas, investindo valores que não correspondem às reais necessidades para o bom andamento do projeto.

Até o ano de 2013, 95 escolas e o Instituto Estadual de Educação, atendiam cerca de 16 mil alunos, que passam três períodos a mais na escola, com atividades intercaladas, tendo como Eixos Articuladores na 1ª série: Escola e Moradia, 2ª série: Ação Comunitária, e 3ª série: Vida e Sociedade.

Portanto, as reflexões dos educadores devem convergir para a elaboração de atividades que foquem, como ponto de partida, o entorno da escola e da moradia dos educandos. O objetivo maior das ações deve ser o envolvimento dos jovens nas etapas de elaboração e execução de pesquisas que abordem os problemas locais, bem como a busca de soluções para os mesmos, possibilitando a experimentação e o exercício dos processos de investigação e de atividades individuais e coletivas de transformação, que exigirão o protagonismo destes jovens e de seus professores.

É possível observar que as propostas de inovações e melhorias do Ensino Médio estão associadas aos interesses das políticas. Quando se pensa em educação como instância socializadora e educativa, não há como ignorar a possibilidade de alterações voltadas a novos pensamentos, os quais dialogam com a necessidade social e a formação como princípio educativo.

Não se pode dissociar o desenvolvimento e a qualidade de vida das pessoas de uma região sem desfrutar dos investimentos de recursos aplicados pelos governantes.

As Políticas Econômicas Educacionais dos estados são pontos sensíveis por se apresentarem como dramáticos nos investimentos. A intencionalidade da educação remete investimentos articulados com a descentralização da autonomia administrativa.

As políticas transnacionais trazem consigo um arcabouço econômico, político, ideológico-cultural e educacional que faz com que as pessoas, nem pensem mais em alternativas diferentes das apresentadas pelos poderosos, para os quais isto é uma grande vitória da liberdade e da democracia (CHOMSKY, 2002, p.27).

Complementado a concepção de Chomsky (2000), pode-se afirmar que o processo de reestruturação econômica representa o desejo transacional de regular as economias localizadas. Portanto, percebe-se que as políticas econômicas educacionais almejam por concepções neoliberais e neoconservadoras, no que se refere à sua aplicabilidade.

Os investimentos se iniciam com a ampliação e readequação dos espaços educacionais, da capacitação dos professores, investimentos nos laboratórios (química, física, matemática, biologia, informática e de línguas), materiais (lousa digital, multimídia, materiais didáticos, livros didáticos e paradidáticos entre outros), implica também na contratação de mais profissionais (orientador de convivência, orientador de leitura, orientador do laboratório de informática, merendeiras, entre outros), e o plantão pedagógico, lembrando que estes alunos realizam três refeições diárias (lanche, almoço e lanche da tarde).

As contribuições financeiras são efetivadas pelo número de alunos da escola. Projetos de Redesenho Curricular apresentam ações em diferentes formatos (disciplinas, oficinas, projetos interdisciplinares, aquisição de materiais e tecnologias do Guia de Tecnologias atualizado, dentre outros) e poderão incluir formação específica para os profissionais da educação envolvidos na execução das atividades.

As ações do PRC deverão estar organizadas dentro de um ou mais dos Macrocampos que se constituem da seguinte forma:

- acompanhamento pedagógico;
- iniciação Científica e pesquisa;
- cultura corporal - as atividades propostas poderão compreender esportes de campo e de mesa, artes marciais ou outras atividades corporais (malabarismo, *yoga*, *tai chi chuam*, maculelê, capoeira, dentre outras);
- cultura e artes - pintura, dança, música, reciclagem e ecotécnicas, cinema, teatro e contação de história;

- comunicação e uso de mídias - fanzine, informática e tecnologia da informação, rádio escolar, jornal escolar, histórias em quadrinhos, fotografia, vídeos, dentre outros;

- cultura digital - *software* educacional/linux educacional; informática e tecnologia da informação (Proinfo e/ou laboratório de informática); ambiente de redes sociais;

- participação estudantil - constituir e/ou fortalecer a com-vida – comissão de meio ambiente e qualidade de vida na escola para ampliar a participação da comunidade escolar; construir a agenda 21 na escola, dentre outros;

- leitura e letramento.

Ao ser apresentado pelas instituições proponentes, o PRC deverá ser formatado a partir de procedimentos que reflitam a definição de metas compatíveis com os reais interesses do Sistema de Ensino, revelando aspectos que garantam a eficácia para o alcance dos objetivos propostos.

As escolas que têm seus PRCs aprovados receberam, em 2013, por meio de suas Unidades Executoras (UEX) próprias, recursos de custeio e capital, tomando como parâmetros os intervalos de classe de número de estudantes, a carga horária diária, seja na perspectiva de 5 horas/dia, oferta do Ensino Médio Noturno ou de tempo integral de 7 horas/dia já instituída, conforme os valores de referência citados no quadro 01.

Quadro 01: Repasse dos Recursos pelo PRC conforme número de alunos

Matriculados no Ensino Médio da Unidade Educacional	Valores de Repasse (R\$)		
	Custeio (70%)	Capital (30%)	Total
Até 100 alunos	19.600,00	8.400,00	28.000,00
100 a 300	29.400,00	12.600,00	42.000,00
301 a 500	39.200,00	16.800,00	56.000,00
501 a 700	49.000,00	21.000,00	70.000,00
701 a 900	58.800,00	25.200,00	84.000,00
901 a 1100	68.600,00	29.400,00	98.000,00
1101 a 1300	78.400,00	33.600,00	112.000,00
1301 a 1400	88.200,00	37.800,00	126.000,00
Mais de 1401	98.000,00	42.000,00	140.000,00

Fonte: Ministério da Educação e Cultura – MEC (2013).

Como proposição, recomenda-se que os Planos sejam construídos de forma participativa, com pleno envolvimento dos diferentes segmentos da comunidade escolar.

A proposta do PRC estará inserida no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Desta forma correlata, os investimentos financeiros na educação operacionalizam-se no alargamento das políticas públicas do poder central, onde a aplicação dos recursos resulta das respostas destes investimentos.

2.3.5 Concepções Contraditórias do ProEMI

A proposta do Ensino Médio Inovador surgiu com o intuito de incentivar as entidades públicas a oferecerem ações inovadoras no contexto do Ensino Médio, objetivando a reelaboração dos currículos integradoras a partir dos eixos trabalho, ciência, tecnologia e cultura, incutidos na melhoria da qualidade desta etapa da educação básica.

[...] todas as formas de ação humana para construir a existência, sejam elas materiais ou espirituais. Este eixo, a articular os conhecimentos, atitudes e comportamentos necessários ao domínio da cultura, à apropriação do conhecimento e à prática laboral, deverá vencer dois desafios: o da mera instrumentalização da ciência e da cultura a partir de uma área de trabalho, e o da mera formalização cientifista, tão comum à versão secundarista dominante ao longo da história do Ensino Médio, desarticulada do movimento de construção da realidade (KUENZER, 2000, p.13).

É certo afirmar que os jovens e adolescentes, que frequentam o Ensino Médio Inovador, necessitam de atividades diversificadas para permanecer nos espaços escolares no período de nove horas/dia, isso inclui material esportivo, pedagógico, sala informatizada com número de computadores compatíveis ao número de alunos, sala de leitura equipada com vasta diversidade em obras literárias, espaços físicos, metodologias alternativas e equipe de trabalho especializada em atender essa demanda. Se estas questões não se fizerem presentes no cotidiano dos espaços escolares do Ensino Médio Inovador, o trabalho pode ficar comprometido.

A segunda questão volta-se à opção do alunado em escolher 20% das disciplinas diversificadas (Cultura e Esporte). Primeiramente, a escola deve verificar se existe o profissional qualificado para atuar nessas áreas, o que indica que não é exatamente o que querem oferecer, mas sim, o que podem. Nas cinco escolas da 26ª Gerência de Educação, cada escola oferece duas opções de Cultura e duas de Esporte, das quais todos os alunos participam.

Às escolas, que tenham seus Projetos de Redesenho Curricular (PRC) aprovados, serão destinados, por meio de suas Unidades Executoras (UEX) próprias, recursos de custeio e de capital, tomando os intervalos de classe de número de alunos matriculados no ensino médio da unidade educacional, extraído do censo escolar do ano anterior ao do repasse, a carga horária escolar e os correspondentes valores de referência, conforme apresentado no quadro 01.

As parcelas são repassadas as escolas em duas parcelas anuais. Nesse contexto, as escolas devem respeitar a seguinte ordem em aplicar esses investimentos:

- Material de consumo destinado ao desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas;
- Locação de espaços físicos para utilização esporádica serviços e/ou contratação de serviços de infraestrutura, transporte, alimentação, hospedagem e demais despesas relacionadas à realização de eventos;
- Locação de equipamentos e/ou contratação de serviços de sonorização, mídia, fotografia, informática e outros relacionados à utilização esporádica de equipamentos específicos;
- Contratação de serviços de consultoria de Instituições de Ensino Superior para prestação de apoio técnico e gerencial;
- Aquisição de materiais didáticos e pedagógicos para o desenvolvimento das atividades de ensino e aperfeiçoamento profissional dos gestores e professores;
- Aquisição de equipamentos e mobiliários para o fortalecimento e apoio das atividades docentes e melhoria do ensino, como os destinados a laboratórios de ciências, informática, sistema de rádio-escola, cinema, mídia e outros relacionados à dinamização dos ambientes escolares;

- Aquisição de materiais e bens e/ou contratação de serviços relacionados às tecnologias disponíveis no Guia de Tecnologias⁸ atualizado;

- Aquisição de materiais e bens e/ou contratação de serviços destinados à adequação dos ambientes escolares relacionados às práticas pedagógicas indicadas nos respectivos projetos.

Apesar da boa aceitação financeira das escolas, estas não desfrutam de condições para investimentos de ampliação de espaços físicos, sendo este um dos maiores problemas nas escolas de Ensino Médio Inovador.

Outro aspecto que esbarra nos recursos são aqueles destinados às saídas de campo, onde a estimativa é realizada no número de alunos do ano anterior, e as saídas de campo são destinadas a todas as séries e a todos os alunos do Ensino Médio Inovador.

Por outro lado, a ideia de inovação do programa merece especial atenção. O trabalho metodológico pressupõe inovações nas práticas pedagógicas, mas isso não acontece necessariamente assim, principalmente quando o que é novo descarta questões ou experiências tradicionais, consolidadas e importantes.

A ideia de inovação tem alguns problemas em relação à sua aplicabilidade. As práticas realizadas em sala de aula ainda se apresentam bastante presentes.

⁸ Guia de tecnologias, acesso portal.mec.gov.br (SEB - Programas e Ações- Guia de Tecnologias).

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Ao se reportar à finalidade deste projeto, apresenta-se como pesquisa básica, pois, segundo Appolinário (2004), é uma pesquisa, cujo objetivo principal é o avanço do conhecimento científico, a qual busca a compreensão dos componentes de apresentação relacionada ao problema apresentado.

Em relação aos objetivos, a pesquisa considera-se exploratória, tendo como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito e facilitando na construção de hipóteses (GIL, 1987) e descritiva, visto que descreveu as características de uma população, registrou, analisou e interpretou os fenômenos atuais, objetivando conhecer seu funcionamento no presente (LAKATOS & MARCONI, 1992).

Quanto à metodologia, fez-se a opção pela pesquisa bibliográfica, pois segundo Lakatos e Marconi (1992, p.44):

A pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto à de campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica.

A pesquisa bibliográfica se deu através de uma triagem para estabelecer o plano de leitura do tema proposto, que ocorreu de forma analítica e sistemática servindo de fundamentação teórica para este estudo.

Quanto a natureza dos dados da pesquisa caracteriza-se como quantitativa e qualitativa. Uma das principais características da pesquisa foi a predominância da descrição de situações, de acontecimentos, de reações, inclusive transcrições de relatos expressos numericamente em que prevê a análise dos dados coletados a partir de métodos quantitativos como a estatística.

A pesquisa de campo objetivou o aprofundamento da realidade pesquisada. Para a aplicação do instrumento de coleta de dados quantitativos, elaborou-se um questionário estruturado dirigido aos participantes. Tal instrumento considerou as seguintes categorias de análise: dados pessoais e profissionais dos informantes e a percepção pedagógica, física e financeira que os envolvidos na pesquisa apresentam em relação ao ProEMI.

Um roteiro estruturado de questões serviu de base para alunos e profissionais, que responderam aos questionários, atendendo as expectativas pedagógicas, físicas e financeiras.

A busca de dados deu-se também pela técnica da pesquisa bibliográfica, a qual oportuniza a definição e resolução da problemática apresentada, assim como explora novas áreas e permite o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações. É fundamental identificar as fontes primárias e secundárias utilizadas neste estudo.

Fontes primárias se referem à documentos elaborados pelos governos federal e estadual, voltados às orientações das propostas pedagógicas e administrativas das escolas que fomentam o Programa Ensino Médio Inovador.

As fontes secundárias se reportam a estudos incluindo generalizações, análises, sínteses, interpretações, ou avaliações da informação original, aprofundados em relação ao tema aqui proposto.

O acervo bibliográfico para a realização do estudo realizado tem como base a literatura especializada de autores como Cavalari (1999), Kuenzer (2000), Saviani (2004) entre outros. Tais informações serviram de embasamento teórico para proporcionar maior compreensão referente ao Ensino Médio Inovador e sua relação com a pesquisa, bem como ampliar a compreensão dessas instituições e sua influência no referido programa nas escolas públicas da 26ª Gerência de educação.

Este estudo utilizou-se de pesquisa documental, que buscou analisar os documentos institucionais das escolas E.E.B. Almirante Barroso e E.E.B. Santa Cruz, ambas localizadas no município de Canoinhas, com o objetivo de conhecer sua realidade e desafios com a implementação do Ensino Médio Inovador, os impasses financeiros e metodológicos na execução do referido programa.

Os questionários foram aplicados *in loco* e na presença dos alunos pesquisados, e utilizou-se do questionário estruturado, porém, por questões quantitativas, foram consideradas colocações complementares às questões formuladas.

Os dados quantitativos foram classificados, agrupados e tratados estatisticamente, e, posteriormente, representados por meio de tabelas. Posteriormente, foram transcritos, de forma que conversem com os objetivos, buscando responder à problemática levantada.

A análise dos dados qualitativos, obtidos pela pesquisa documental caracterizou importante fase para elaboração deste estudo.

O primeiro momento da pesquisa consistiu em fazer um levantamento e organização dos materiais disponíveis na biblioteca da Universidade do Contestado, onde foi possível encontrar um acervo significativo de fontes documentais relacionadas à educação, mais especificamente ao Ensino Médio. Sendo assim, expõem-se algumas vantagens expressas nos textos estudados e que se expressam no decorrer do estudo aqui proposto. De posse dos questionários aplicados, foram realizadas as tabulações dos dados, então desenvolvidos, utilizando a normatização da Universidade do Contestado (UnC).

Todos os envolvidos na pesquisa foram devidamente esclarecidos quanto aos objetivos, recebendo esclarecimentos de participação ou recusa a qualquer momento, sem prejuízo de qualquer natureza. Após os esclarecimentos, pesquisadora, profissionais (Apêndice A) e alunos (Apêndice B) assinaram o termo de esclarecimento elaborado em duas vias.

A população envolvida se reporta aos Professores que atuam há pelo menos um ano na categoria do Inovador, Coordenador do Ensino Médio Inovador, Professores de Laboratórios, Orientador de Convivência, Gestores e alunos de 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio Inovador da E.E.B. Almirante Barroso e da E.E.B. Santa Cruz de Canoinhas-SC, onde os alunos selecionados responderam a um questionário (Apêndice C) com questões semi abertas, assim como os profissionais citados (Apêndice D).

A população envolvida contempla um universo de 736 (setecentos e trinta e seis) alunos. Destes, 513 (quinhentos e treze) são da E.E.B. Almirante Barroso e 223 (duzentos e vinte e três) da E.E.B. Santa Cruz.

Foi observado, na definição da amostragem dos estudantes, o estabelecimento de ensino e a série matriculada. Utilizou-se da amostragem aleatória simples.

Para definição do cálculo amostral adotou-se a seguinte fórmula disponibilizada no sítio <http://www.vsai.pt/amostragem.php>

Figura 06: Fórmula de amostragem:

Calculadora de Amostragem

Que margem de erro pode aceitar?
(5 é uma escolha comum)

 %

A margem de erro é o valor de erro que pode tolerar. Se 90% das respostas for "sim", enquanto 10% responder "não", será possível tolerar uma maior margem de erro do que quando a separação dos inquiridos for 50-50 ou 45-55. Menor margem de erro necessita de uma amostragem maior.

Que nível de confiança necessita?
Escolhas comuns são 90%, 95%, ou 99%

 %

O nível de confiança é o nível de incerteza que pode tolerar. Suponha que tem 20 "sim-não" perguntas no seu inquérito. Com um nível de confiança de 95%, deverá esperar que, para uma das perguntas (1 em 20), a percentagem de pessoas que respondem "sim" será maior que a margem de erro que se distancie da verdadeira resposta. A verdadeira resposta seria a percentagem que obteria se entrevistasse exaustivamente todas as pessoas. Maior nível de confiança requer um maior valor de amostragem.

Qual o tamanho da população?
Se não souber, use 20000

Quantas pessoas existem para basear a amostragem?
Note que a amostragem não varia muito para populações superiores a 20,000.

Qual será a distribuição da resposta?
A escolha mais comum será 50%

 %

Para cada questão, que resultados espera obter?
Se a amostragem for tendencial para um limite, a população provavelmente também o estará.
Se não souber, use 50%. Este valor retornará o maior valor de amostragem.

A dimensão recomendada da sua amostragem é

36

Este é o tamanho mínimo recomendado para a sua amostragem. Se tirar uma amostra de uma maior quantidade de pessoas e tiver respostas de todos, será mais provável obter uma resposta correta do que teria, caso apenas obtivesse uma pequena percentagem de respostas numa amostragem grande.

Cenários Alternativos

Com uma amostragem de

Com um nível de confiança de

A sua margem de erro seria 9.78% 6.89% 5.62% A sua amostragem deveria ser de 267 377 643

Em termos dos números que selecionou acima, o tamanho da amostra e a margem de erro E dados definidos por:

$$x = \frac{Z(c/100) \cdot 2r(100-r)}{N}$$

$$n = \frac{N \cdot x}{((N-1)E^2 + x)}$$

$$E = \sqrt{\frac{(N-n)x}{n(N-1)}}$$

Onde N é o tamanho da população, r é a fração de respostas em que está interessado, e $Z(c/100)$ é o **valor crítico** para o nível de confiança c .

Se desejar ver com efetuamos o cálculo, por favor consulte o código HTML desta página. Este cálculo é baseado na **Distribuição da Normal**, e assume que você tem mais do que 30 amostras.

Fonte: <http://www.vsai.pt/amostragem.php>.

Na definição da amostra, foi considerado erro amostral de 5% e nível de confiança de 95%. A aplicação do questionário deu-se pela amostra probabilística aleatória simples, sendo realizada de forma aleatória entre os alunos que se fizeram presentes na data da aplicação.

Quadro 02 – Total de alunos escola/série e amostragem

E.E.B. Almirante Barroso			E.E.B. Santa Cruz	
Série	Total	Amostra	Total	Amostra
1 ^a séries	193	87	116	57
2 ^a séries	143	55	57	41
3 ^a séries	177	61	50	21
TOTAL	513	198	223	119

Fonte: Da Pesquisadora (2014).

Alunos das 1ª, 2ª e 3ª séries do ProEMI são partícipes da pesquisa, sendo um universo de 317 alunos; 144 (45,4%) são estudantes da 1ª série, 91 (28,7%) da 2ª série, e 82 (25,9%) pesquisados são da 3ª série.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA 26ª GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

A Gerência da Educação GERED de Canoinhas é uma das gerências que compõem a estrutura organizacional da SDR – de Canoinhas e possui como um dos objetivos: orientar e implementar o processo de políticas públicas educacionais na região.

Figura 07 - 26ª Gerência de Educação de Canoinhas



Fonte: Da Pesquisadora (2011).

A organização administrativa e pedagógica é composta por 22 pessoas, das quais 13 ocupam função gratificada⁹. Para atendimento pedagógico das escolas, o Setor de Educação Básica e Profissional conta com uma Supervisora de Educação, uma Integradora de Ensino Fundamental, uma Integradora de Educação Especial e Diversidades, e uma Integradora de Ensino Médio e Profissional.

⁹ É o conjunto de atribuições específicas de chefia e assessoramento com gratificação fixada em lei, desempenhado por servidor público efetivo mediante designação do Governador em exercício.

A GERED de Canoinhas coordena 6 municípios da região do Planalto Norte. Atende 24 escolas com Ensino Fundamental e Médio, incluindo o Centro de Educação Profissional (CEDUP) – Vidal Ramos, Escola Indígena de Ensino Fundamental Rio dos Pardos, o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) e 5 escolas de educação especial (APAEs). Todos esses segmentos envolvem mais de quinze mil alunos e aproximadamente dois mil professores efetivos e ACTs.

Quadro 03 - Formação dos profissionais das escolas da 26ª Gerência de Educação – Ensino Fundamental e Médio.

PROFESSORES EFETIVOS:	Nº	PROFESSORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACTs:	Nº
Licenciados	27,6%	Licenciados	58,1%
Especialização	65,9%	Especialização	25,7%
Mestrado	2,1%	Mestrado	0,3%
Não Habilitados	0%	Não Habilitados	6,4%
Cursando Especialização	4,4%	Cursando Especialização	9,5%

Fonte: Da Pesquisadora (2014).

Das 24 escolas de educação básica, com dependência administrativa da rede pública estadual, quatro são específicas na modalidade de ensino médio e profissional.

Quadro 04 - Relação das escolas da 26ª Gerência de Educação – demonstrativo da educação básica:

Escolas	Município	Número total de alunos	Alunos de Ensino Médio
E.E.B. Santa Cruz	Canoinhas	817	817
E.E.B. Almirante Barroso	Canoinhas	1002	1002
E.E.B. Irmã Maria Felícitas	Canoinhas	680	344
E.E.B. Julia Baleoli Zaniolo	Canoinhas	679	316
E.E.B. Manoel da Silva Quadros	Canoinhas	341	144

E.E.B. Rodolfo Ziperer	Canoinhas	393	147
Cedup Vidal Ramos	Canoinhas	303	303
E.E.B. Balduino Cardoso	Porto União	605	479
E.E.B. Estanislau Schumann	Bela Vista do Toldo	328	323
E.E.B. Luiz Davet	Major Vieira	659	344
E.E.B. Frei Menandro Kamps	Três Barras	792	353
E.E.B. General Osório	Três Barras	336	108
E.E.B. Colombo Machado Salles	Três Barras	600	377
E.E.B. Prof Germano Wagenfuhr	Porto União	796	205
E.E.B. Prof Clementino Britto	Santa Cruz do Timbó	329	90
E.E.B. Nilo Peçanha	Porto União	876	208
E.E.B. Cel Cid Gonzaga	Porto União	1209	493
E.E.B. Horácio Nunes	Irineópolis	881	480
E.E.B. Antônio Gonzaga	Porto União	528	148
E.E.B. Gertrudes Muller	Canoinhas	172	-
E.E.B. João José de Souza Cabral	Canoinhas	780	-
E.E.B. Sagrado Coração de Jesus	Canoinhas	1009	-
E.I.E.F. Rio dos Pardos	Canoinhas	04	-
CEJA	Canoinhas	764	682
TOTAL		14.883	7.363

Fonte: Da Pesquisadora (2014).

No ano de 2010, das 19 escolas da 26ª Gerência de Educação (GERED) de Canoinhas que ofereciam Ensino Médio, apenas a E.E.B. Almirante Barroso aderiu ao Programa Ensino Médio Inovador.

Em 2011, a E.E.B. Santa Cruz implantou o ensino médio em tempo integral, com a proposta de que os alunos frequentassem 8 horas diárias, o que acabou gerando certo desconforto à escola e aos alunos. Segundo informações da escola, repassadas à 26ª Gerência de Educação, o índice de desistência foi elevado, pela fadiga dos alunos, a falta de recursos e as condições físicas, que descartaram as possibilidades do curso ter sequência. Por alternativa apresentada pela Secretaria de Estado da Educação e sugestão da 26ª Gerência de Educação, em 2012, a escola passou a oferecer o Ensino Médio Inovador oferecido em três períodos além da carga horária normal. Os alunos que haviam

participado do 1º ano em tempo integral, passaram automaticamente a fazer parte do ensino inovador, sem consequências no currículo.

Os índices de matrículas no ensino médio nas escolas públicas estaduais da região de Canoinhas, vem aumentando ano a ano. No ano de 2005, o total de matrículas correspondia a 2.319 alunos. Conforme dados do Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina (SIGESC - 2014), no ano de 2014, conta com 6.639 alunos devidamente matriculados no ensino médio, tendo um aumento de 34,92% em 9 anos.

Apesar do aumento do alunado, algumas escolas deixaram de oferecer matrículas em certos períodos, como é o caso da E.E.B. Júlia Zaniolo (Canoinhas), E.E.B. Rodolfo Ziperer (Canoinhas) e da E.E.B. General Osório (Três Barras), que, devido à baixa procura de matrículas, encerraram suas atividades no período noturno. No município de Porto União, a E.E.B. Balduino Cardoso deixou de realizar suas atividades no período vespertino por falta de clientela.

Grande parte da decadência de alunos no ensino médio noturno está voltada às orientações da Secretaria Estadual de Educação de que alunos menores de 16 deverão estudar preferencialmente no período diurno, favorecendo seu rendimento escolar, respeitando o fato de que o menor se mantenha na escola e conclua seus estudos.

No ano de 2013, as GEREDs, juntamente com a Secretaria de Estado de Educação, abriram oportunidades para as escolas que desejassem implantar, no ano seguinte, o Programa Ensino Médio Inovador. Na GERED de Canoinhas, sete escolas se inscreveram, mas apenas três foram contempladas, sendo elas: E.E.B. Horácio Nunes - Irineópolis, E.E.B. Estanislau Schumann – Bela Vista do Toldo, e E.E.B. Luiz Davet – Major Vieira. Os requisitos para implantação têm como base: espaço físico adequado, laboratórios (informática, química, física e biologia), profissionais efetivos, entre outros.

Vale destacar que estas três unidades de ensino, visto que são as únicas escolas de ensino médio do município, e as duas últimas, a partir do ano de 2014, oferecem somente o Ensino Médio Inovador.

4.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A E.E.B. Almirante Barroso está situada à Rua Curitibaanos, 655, no Centro do município de Canoinhas; este educandário, iniciou suas atividades no ano de 1935 com o nome de “Grupo Escolar Professora Ana Cidade”.

Em 1938, por decreto, passou a denominar-se Grupo Escolar Almirante Barroso e, em 1947, começou a funcionar, em anexo, o curso Normal regional Professor Sílvio Pélico de Freitas Noronha, transformando-se em Ginásio Normal Regional em 1964.

No ano de 1971, houve a fusão de dois cursos que passaram a compor a Escola Básica Almirante Barroso; no ano de 1979, foi reconhecida como estabelecimento de ensino de 1º Grau e no ano de 1988, foi criado o curso de educação pré-primária.

Figura 08 – Fachada da E.E.B. Almirante Barroso.



Fonte: SDR – Canoinhas (2011)

Com a implantação do curso de Educação Geral, em 02 de março de 1990, passou a dominar-se Colégio Estadual Almirante Barroso. Com a promulgação da LDB 9.394/96, assim como os demais Colégios Estaduais, passou a ser denominada Escola de Educação Básica Almirante Barroso.

No ano de 2010, foi selecionada pela Secretaria Estadual de Educação para compor um grupo de 18 escolas de Santa Catarina para implantar o Programa Ensino Médio Inovador, o qual completa, no ano de 2014, 5 anos de trabalhos voltados ao programa.

Sendo uma escola apenas de Ensino Médio, conta com uma equipe de: 01 diretor, 02 assessores de direção, 04 assistentes técnicos pedagógicos, 01 supervisora educacional, 02 orientadoras educacionais, 01 analista técnico em gestão educacional, 01 professora readaptada que atende a biblioteca da escola, e um grupo de sessenta e dois professores, dos quais 30 são Admitidos em Caráter Temporário (ACT) e 32 são efetivos por concurso.

O grupo de profissionais atende 1.002 alunos dos quais 482 estão devidamente matriculados no Programa Ensino Médio Inovador, e 520 no Ensino Médio Regular e estão assim distribuídos: 205 alunos no período diurno, 121 no período noturno, e 194 alunos são atendidos na Escola Básica Municipal Maria Izabel na localidade de Rio de Areia do Meio, que funciona como extensão da E.E.B. Almirante Barroso.

A Escola de Educação Básica Santa Cruz está localizada à rua Bernardo Olsen, 400 – Centro de Canoinhas. Sua história tem início no século XX, quando o município de Canoinhas estava desprovido de um curso ginásial para meninos.

No ano de 1948, em salas emprestadas junto ao instituto Sagrado Coração de Jesus, iniciaram as aulas do estabelecimento de ensino masculino que passou a ser denominado: Ginásio Santa Cruz.

Tendo como entidade mantenedora a União Catarinense de Educação, era propriedade da Congregação dos Irmãos Maristas, que tinha personalidade jurídica de direito privado. Iria manter regimes de externato e de internato, a critério da diretoria, e as aulas seriam desenvolvidas em dois turnos: matutino e vespertino.

Figura 09 – Fachada da E.E.B. Santa Cruz de Canoinhas.



Fonte: E.E.B. Santa Cruz de Canoinhas (2012).

No dia 30 de agosto de 1952, foi encaminhado à Inspeção Seccional o Relatório de verificação prévia do Ginásio "Santa Cruz", para fins de funcionamento condicional, aceito sem restrições. No ano de 1959, ocorreu a inauguração definitiva do prédio. Depois de 23 anos servindo a comunidade canoinhense, os irmãos Maristas decidiram se afastar definitivamente da cidade. Em 07 de julho de 1970, o Ginásio Santa Cruz passa a ser propriedade do Governo do Estado de Santa Catarina, com a denominação de Colégio Estadual Santa Cruz.

Conhecida como "Escola da Colina", a E.E.B. Santa Cruz de Canoinhas atende 817 alunos, distribuídos nos turnos matutino, vespertino e noturno. Os cursos oferecidos são de nível médio sendo: 169 alunos do curso do Ensino Médio Inovador, 117 do Curso de Magistério – Habilitação Educação Infantil e Séries Iniciais, 192 do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP) – Administração, e 339 de Ensino Médio Regular, somando um total de 817 alunos.

A equipe pedagógica e administrativa constitui-se de 01 diretor, 02 assessores de direção, 03 orientadoras educacionais, 01 supervisora, 01 administradora, 02 analistas técnicos em gestão educacional, 01 professor readaptado, 02 assistentes técnico-pedagógicas e um grupo de 62 professores, dos quais 43 são Admitidos em Caráter Temporário e 19 são efetivos por concurso.

4.2.1 Caracterização dos Profissionais Pesquisados

Dos professores pesquisados, 16 (44,4%) são efetivos, 10 (27,6%) são habilitados mas Admitidos em Caráter Temporário (ACT), isto é, realizaram inscrição para a prova no ano anterior (2013), seguidos da composição da prova de títulos, o que resultou na classificação para escolha no ano seguinte (2014). As características desses procedimentos legais estão dispostas na Lei Estadual Complementar nº 456, de 11 de agosto de 2009.

Conforme os dados, os Coordenadores 02 (5,6%) são efetivos, sendo este um requisito exigido para ocupação da vaga, devendo, preferencialmente, ser um Assistente Técnico Pedagógico (ATP) ou Especialista em Assuntos Educacionais (EAE).

Dos professores dos laboratórios, ambas as escolas pesquisadas contam com 02 (5,6%) efetivos e 02 (5,6%) ACTs, sendo que estes últimos se referem ao laboratório de informática.

Os 02 (5,6%) Orientadores de Convivência são Admitidos em Caráter Temporário, tendo como requisito habilitação em Pedagogia ou Educação Física, e têm a função de monitorar os alunos nos intervalos e almoço.

Ambos os gestores (5,6%) são efetivos na E.E.B. Santa Cruz, sendo um deles (ATP), que ocupa a função de Diretor na E.E.B. Almirante Barroso, e o outro Gestor, professor na própria escola, eleito Diretor por pais, professores e alunos, em julho de 2014.

Através do quadro de profissionais apresentado, onde 61,2% pertencem ao quadro efetivo e 38,8% ao quadro dos ACTs, vale ressaltar que esta junção deve implicar no equilíbrio do trabalho coletivo em prol da aprendizagem do aluno, caso contrário, todo o processo poderá ficar comprometido.

Em relação ao gênero dos 36 profissionais do Programa Ensino Médio Inovador que participaram desta pesquisa, 20 (55,6%) são do sexo feminino, enquanto que os do sexo masculino somam 16 (44,4%).

Assim, desde o século XIX, pouco a pouco os homens vão abandonando as salas de aula nos cursos primários, e as escolas normais vão formando mais e mais mulheres. Essa característica mantém-se por todo o século XX, estimulada, sobretudo, pelas intensas transformações econômicas, demográficas, sociais, culturais e políticas por que passa o país e que acabam por determinar uma grande participação feminina no mercado de trabalho em geral (VIANNA, 2002, p. 85)

Quanto ao tempo de serviço na área educacional, identifica-se uma tendência de profissionais com até 5 anos de serviço (33,3%) atuando no magistério. Na trajetória de educação, 04 (11,1%) dos pesquisados atuam de 6 a 10 anos na referida área, seguidos de 07 (19,5%) profissionais que atuam entre 11 a 15 anos; 08 (22,2%) com 16 a 20 anos de serviço no magistério.

Do total de 36 (100%) profissionais, apenas 03 (8,4%) possuem mais de 20 anos de experiência no magistério, e 02 (5,5%) estão em final de carreira.

Quanto ao grau de formação dos profissionais participantes, há uma predominância significativa desses profissionais, 19 (52,8%) com especialização concluída e outros 02 (5,5%) cursando.

Para Veiga (2007, p. 36):

O professor estrutura, ao longo do processo de construção de seu percurso profissional, o espaço pedagógico que expressa o saber do seu ofício, criado no contexto de sua trajetória e que resulta de uma pluralidade de saberes: os saberes relativos às ciências da educação e das ideias pedagógicas, os saberes curriculares, relativos à seleção dos conhecimentos acadêmicos ligados ao ensino e os saberes da experiência, oriundos da sua prática profissional, construídos individualmente ou na socialização do seu trabalho.

Da equipe entrevistada que atua no ProEMI das escolas pesquisadas, 06 (16,7%) possuem licenciatura concluída e 02 (5,5%) ainda estão cursando; 01 (2,8%) com bacharelado concluído e 02 (5,5%) estão cursando. Do total de 36 profissionais, 03 (8,4%) possuem mestrado concluído e 01 (2,8%) está cursando.

Embora a proposta de trabalho apresentada ao ProEMI intencione que a carga horária do professor seja de 40 horas semanais e com dedicação exclusiva, a dinâmica de trabalho se apresenta diferenciada em alguns aspectos, e 21 (58,3%) profissionais caracterizam estas especificidades.

Carvalho e Schmitz (1990, p.19-20) apontam que:

Os professores são agentes ativos na construção de sua própria prática (sem esquecer que estão em interação com os demais e imersos nas limitações da escola) e que adquirem e utilizam um corpo de conhecimento, as vezes chamado profissional ou destreza, em suas atividades docentes.

A complexidade que norteia esta situação está vinculada à carga horária fragmentada entre ensino médio e ProEMI, e tem respaldo na Instrução Normativa/SED/SC nº 002/2009, que orienta sobre os procedimentos na admissão de pessoal em caráter temporário, distribuição de aulas e alteração de carga horária do professor efetivo, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação/SED.

A dedicação exclusiva está distante da realidade do ProEMI. A necessidade financeira incide numa rotatividade que impossibilita o professor a criar vínculos de dedicação exclusiva, ou por vezes, não possibilita ao profissional o tempo necessário para planejamento e estudos voltados ao trabalho diferenciado em sala de aula.

A equipe de profissionais que atua diretamente com o Ensino Médio Inovador não está totalmente habilitada para atuar. Alguns professores complementam a carga horária com outras disciplinas, para as quais não possuem habilitação. Em outros casos, profissionais sem formação específica se dispõem a trabalhar por falta de profissionais habilitados.

O propósito implícito da aprendizagem adotado ao sistema educacional, é de buscar a mudança na realidade aplicada na prática pedagógica, visando à melhoria do padrão de qualidade de ensino. O rol dessas propostas é defendido por Nóvoa (1992, p. 23), quando destaca que “O aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como agente, e a escola como lugar de crescimento profissional permanente”. Considerando que 04 (11,1%) desses profissionais estão cursando bacharelado ou licenciatura, resta 01 (2,8%) profissional que atua em alguma disciplina fora de sua área de formação. Porém, 31 (86,1%) desenvolvem suas atividades educacionais no ProEMI, nas disciplinas em que são habilitados.

Ao averiguar o tempo de atuação dos profissionais pesquisados no ProEMI, constata-se que há predominância de profissionais com experiência, dos

quais 02 (5,6%) atuam há 12 meses. Entre 13 meses a 24 meses são 14 (38,9%) profissionais ficando nesse mesmo percentual o número de profissionais entre 25 meses a 36 meses, e 06 (16,6%) atuam 37 meses ou mais no Ensino Médio Inovador. De acordo com Brito (2006, p. 51), “O pensamento do professor constrói-se, pois, com base em suas experiências individuais e nas trocas e interações com seus pares”.

Ao serem questionados sobre estarem ou não preparados para trabalharem no Programa, 23 (63,9%) confirmam que estão aptos para atuarem; 12 (33,3%) profissionais se consideram parcialmente preparados, e 01 (2,8%) não se identificou com a resposta.

Em se tratando da prática em sala de aula, no ProEMI, esta necessita de constantes análises. A proposta inovadora denomina alternativas metodológicas diárias, na prática pedagógica, compatíveis com a realidade aplicada.

4.2.2 Caracterização dos Alunos Pesquisados

Das duas escolas públicas estaduais envolvidas, soma-se um total de 736 alunos matriculado no ProEMI; desse total, participaram da pesquisa 362 alunos selecionados de forma aleatória por turma/série, dos quais 317 entregaram os questionários devidamente respondidos.

Iniciou-se a pesquisa em ambas escolas, apresentando o objetivo da pesquisa. Em seguida, foram especificadas as formas de preenchimento dos questionários; dos 317 alunos das 1^a, 2^a e 3^a séries do ProEMI, que responderam ao questionário, 144 (45,4%) são estudantes da 1^a série, 91 (28,7%) da 2^a série, e 82 (25,9%) pesquisados são da 3^a série.

Quanto ao gênero, 134 (42,3%) pertencem ao gênero masculino, e 183 (57,7%) pertencem ao feminino.

A idade dos alunos pesquisados oscila entre 14 e 19 anos, 69 (21,8%) estão com 14 anos, 97 (30,6%) com 15 anos, 93 (29,3%) com 16 anos, 52 (16,4%) com 17 anos, 05 (1,6%) com 18 anos, e 01 (0,3%) dos alunos pesquisados tem a idade de 19 anos.

Tabela 01 - Materiais e recursos disponibilizados para a prática do ProEMI - Profissionais

Item	Ótimo		Bom		Razoável		Ruim		Péssimo		Não responderam	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Disponibilidade de material didático-pedagógico para realizar atividades diferenciadas	02	5,5%	13	36,1%	17	47,3%	03	8,3%	-	-	01	2,8%
Qualidade do Material didático-pedagógico para realizar atividades diferenciadas	04	11,1%	10	27,8%	20	55,6%	02	5,5%	-	-	-	-
Disponibilidade de livros didáticos	09	25%	17	47,2%	06	16,7%	-	-	01	2,8%	03	8,3%
Qualidade dos livros didáticos utilizados	06	16,7%	16	44,5%	06	16,7%	05	13,8%	01	2,8%	02	5,5%
Disponibilidade de equipamentos – multimídia (datashow, TV, etc).	16	44,5%	12	33,3%	06	16,7%	-	-	-	-	02	5,5%
Qualidade de equipamentos – multimídia (datashow, TV, etc).	16	44,4%	18	50%	01	2,8%	-	-	-	-	01	2,8%
Disponibilidade de revistas, jornais, periódicos, etc., nas aulas	07	19,5%	16	44,4%	09	25%	03	8,3%	-	-	01	2,8%
Qualidade de revistas, jornais, periódicos, etc., nas aulas	06	16,7%	19	52,8%	08	22,2%	03	8,3%	-	-	-	-
Disponibilidade de Recursos (PDE, PDDE) para as viagens de campo	08	22,3%	14	38,8%	07	19,5%	03	8,3%	-	-	04	11,1%
Quantidade de investimento recebido pela Unidade Escolar para implementação do programa	05	13,9%	08	22,2%	09	25%	11	30,6%	01	2,8%	02	5,5%
Qualidade do laboratório Informática	02	5,6%	11	30,5%	06	16,7%	06	16,7%	11	30,5%	-	-

Qualidade do laboratório de Química,	01	2,8%	10	27,8%	10	27,8%	15	41,6%	-	-	-	-
Qualidade do laboratório de leitura	01	2,8%	02	5,5%	14	38,9%	10	27,8%	06	16,7%	03	8,3%

Fonte: Dados da Pesquisa

Tabela 02 - Materiais e recursos disponibilizados para a prática do ProEMI - Alunos

Item	Ótimo		Bom		Razoável		Ruim		Péssimo		Não responderam	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Disponibilidade de Material didático-pedagógico para realizar atividades diferenciadas	40	12,7%	125	39,5%	95	29,9%	37	11,7%	18	5,6%	02	0,6%
Qualidade do Material didático-pedagógico para realizar atividades diferenciadas	39	12,3%	124	39,1%	112	35,3%	26	8,2%	13	4,2%	03	0,9%
Disponibilidade de livros didáticos	79	24,9%	144	45,4%	62	19,6%	14	4,4%	11	3,5%	07	2,2%
Qualidade dos livros didáticos utilizados	45	14,1%	143	45,2%	93	29,4%	23	7,3%	05	1,5%	08	2,5%
Disponibilidade de equipamentos – multimídia (datashow, TV, etc).	100	31,6%	133	41,9%	52	16,5%	24	7,6%	04	1,2%	04	1,2%
Qualidade de equipamentos – multimídia (datashow, TV, etc).	84	26,4%	123	38,8%	87	27,4%	14	4,4%	06	1,8%	03	0,9%
Disponibilidade de revistas, jornais, periódicos, etc., nas aulas	34	10,7%	107	33,8%	120	37,9%	37	11,7%	14	4,4%	05	1,5%
Qualidade de revistas, jornais,	23	7,2%	96	30,3%	126	39,8%	51	16,1%	14	4,4%	07	2,2%

periódicos, etc., nas aulas												
Disponibilidade de Recursos (PDE, PDDE) para as viagens de campo	30	9,5%	83	26,2%	79	24,9%	66	20,9%	48	15,1%	11	3,4%
Quantidade de investimento recebido pela Unidade Escolar para implementação do programa	18	5,7%	90	28,4%	106	33,4%	42	13,2%	45	14,2%	16	5,1%
Qualidade do laboratório Informática	58	18,3%	107	33,8%	84	26,5%	40	12,7%	23	7,2%	05	1,5%
Qualidade do laboratório de Química,	62	19,5%	119	37,5%	72	22,7%	35	11,1%	17	5,4%	12	3,8%
Qualidade do laboratório de leitura	74	23,3%	106	33,4%	61	19,2%	25	7,9%	29	9,2%	22	7%

Fonte: Dados da Pesquisa

Com o intuito de conhecer a disponibilidade dos materiais para as práticas realizadas no ProEMI, percebe-se que houve predominância nas respostas entre bom e razoável; 17 (47,3%) profissionais responderam que está razoável e 13 (36,1%) afirmam que está bom, enquanto que 125 (39,5%) alunos consideram boa a referida disponibilização. Diante desses percentuais, pode-se afirmar que os materiais disponíveis complementam as práticas discursivas durante as aulas, mas ainda não são suficientes porque: “Possuímos somente um laboratório para Biologia e Química” (Professora R).

As práticas alternativas propiciam leitura diferenciada dos conteúdos propostos, podendo resultar no interesse dos alunos em pesquisar e discutir as questões levantadas. Nessa concepção, Krasilchik (1996, p. 101) ressalta que: “Qualquer curso deve incluir uma diversidade de modalidades didáticas, pois cada situação exige uma solução própria: além de quê, a variação das atividades pode atrair e interessar os alunos, atendendo às diferenças individuais”

Quanto ao item que se refere à qualidade do material didático-pedagógico para realizar atividades diferenciadas, percebe-se que 20 (55,6%) profissionais relacionam este fator como razoável, enquanto que os alunos apresentam

opiniões diferenciadas; 124 (39,1%) destes definem como boa a qualidade dos materiais e 112 (35,3%) são indiferentes à questão. Para Fiscarelli (2008, p. 01):

Fazer uso de um material em sala de aula, de forma a tornar o processo de ensino aprendizagem mais concreto, menos verbalístico, mais eficaz e eficiente, é uma preocupação que tem acompanhado a educação brasileira ao longo de sua história. Historicamente, o uso de materiais diversificados nas salas de aula, alicerçado por um discurso de reforma educacional, passou a ser sinônimo de renovação pedagógica, progresso e mudança, criando uma expectativa quanto à prática docente, já que os professores ganharam o papel de efetivadores da utilização desses materiais, de maneira a conseguir bons resultados na aprendizagem de seus alunos.

A qualidade dos materiais é importante para a realização do ensino de qualidade constituído no ideário pedagógico. Alguns alunos apresentaram-se indiferentes sobre a questão, deixando evidente que a qualidade dos materiais utilizados em sala de aula não apresentam proposições avaliativas. Por essa razão destaca-se a qualidade dos materiais compreendidos como recursos para ampliação das capacidades de aprendizagem, das potencialidades e dos sentidos humanos.

Quando a questão é avaliar a qualidade e disponibilidade dos livros didáticos, os percentuais de satisfação se destacam. O número de alunos corresponde ao número de livros disponibilizados pelo MEC, que corresponde ao Censo do ano anterior, o que acaba por defasar a quantidade de livros didáticos utilizados como recursos pedagógicos em sala de aula. O livro didático se apresenta como uma alternativa pedagógica para os trabalhos em sala de aula, não devendo ser o único material de pesquisa.

Para Brasil (2011), a falta de livros didáticos interfere diretamente para o desenvolvimento das atividades realizadas.

O livro didático representa apoio ao professor, por vezes, o apoio mais acessível, o que implica a demanda da escola por livros que, de fato, priorizem a ampliação das competências dos alunos na produção e recepção das diferentes práticas das diversas linguagens (BRASIL, 2011, p. 89).

A escolha do livro didático foi inserida a partir do ano 1985, através do Decreto Federal nº 91.542, de 19 de agosto de 1985. Com a implementação da Resolução nº 38, do FNDE, no ano de 2004, os alunos do Ensino Médio passam a ter a garantia da universalização do livro didático - Programa Nacional do Livro

Didático para o Ensino Médio (PNLEM). Há cada três anos, os professores realizam a escola do livro didático, dispondo de livre escolha, embora os livros, apresentados pelas editoras, estejam em conformidade com as diretrizes pedagógicas de Santa Catarina, isto é, com sustentação nos pressupostos da concepção sociointeracionista.

A disponibilidade e a qualidade dos equipamentos de multimídia utilizados pelos professores em sala de aula remetem certa satisfação entre os pesquisados. As aproximações entre escola e tecnologia propõem novos saberes voltados às novas aprendizagens. Um dos princípios organizacionais desta relação é conseguir negociar informações e conhecimentos, respeitando a sociabilidade e experiências que os alunos apresentam.

Quanto aos investimentos recebidos pela Unidade Escolar para implementação do programa, é avaliada como razoável para 106 (33,4%) alunos e ruim para 11 (30,6%) profissionais. Com os recursos financeiros específicos repassados às escolas do ProEMI, ambas as escolas pesquisadas adquiriram vários equipamentos de multimídia de uso pedagógico, os quais devem estar disponíveis para a prática dos professores em sala de aula.

Para analisar a integração das respostas de profissionais e alunos do ProEMI, vale ressaltar que, anualmente, as escolas que oferecem o ProEMI, recebem recursos (conforme o número total de alunos na escola); a proporção é de 70% em custeio e 30% em capital a serem investidos e definidos conforme necessidades da escola.

Na questão sobre a percepção dos alunos com relação à disponibilidade dos recursos financeiros destinados as viagens de campo, 83 (26,2%) alunos afirmam ser boa, e 79 (24,9%) responderam que os valores disponíveis são razoáveis. São organizadas a partir do planejamento coletivo, pertinente com conteúdos desenvolvidos com elaboração prévia de roteiro de observação, pesquisa, produção de textos, levantamento de dados, busca de imagens, etc.

As viagens de campo são requisitos definidos no PRC das escolas, as quais determinam coletivamente o destino das viagens, conforme recursos repassados.

Além das propostas pedagógicas inovadoras, o programa prevê melhorias nos espaços físicos, contratação de pessoal de apoio, entre outros fatores que resultam em grandes investimentos financeiros pelos órgãos públicos:

É custoso e caro porque são custosos e caros os objetivos a que visa. Não se pode fazer educação barata – como não se pode fazer guerra barata. Se é a nossa defesa que estamos construindo, o seu preço nunca será demasiado caro, pois não há preço para a sobrevivência (TEIXEIRA, 1994, p, 175).

O ProEMI implantado nas escolas pesquisadas, surgiu com a proposta de melhorias nos espaços físicos, através de investimentos específicos. Os espaços físicos disponíveis se apresentam inadequados ao número de turmas/alunos, assim como para a implantação de novos laboratórios, ampliação de bibliotecas entre outros.

Em relação aos espaços educacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais destacam que:

É muito importante que as atividades não se limitem a nomeações e manipulações de vidrarias e reagentes, fora do contexto experimental. É fundamental que as atividades práticas tenham garantido o espaço de reflexão, desenvolvimento e construção de ideias, ao lado de conhecimentos de procedimentos e atitudes. Como nos demais modos de busca de informações, sua interpretação e proposição são dependentes do referencial teórico previamente conhecido pelo professor e que está em processo de construção pelo aluno. Portanto, também durante a experimentação, a problematização é essencial para que os estudantes sejam guiados em suas observações (BRASIL, 1998, p. 122).

Os laboratórios caracterizam atividades teórico-práticas e para tanto, deveriam dispor de equipamentos adequados aos estudos propostos. É oportuno, neste momento, destacar a competência do trabalho docente, associada à categoria do processo de aprendizagem.

O estímulo às atividades práticas do ProEMI é apoiado pelos laboratórios de ciências, matemática, biologia, física, informática e leitura, sendo estes dois últimos utilizados pelos alunos nos horários de convivência (almoço) como espaços para diferentes áreas do conhecimento. Os laboratórios de informática das escolas pesquisadas apresentam número de computadores inferiores ao número de alunos, assim como a internet disponível não corresponde às expectativas necessárias para o bom andamento dos trabalhos realizados.

O laboratório de leitura (sala de leitura) deve dispor de materiais diferenciados ao das bibliotecas, oferecendo alternativas de leituras aos alunos. As diversidades literárias devem estar relacionadas com as demais áreas do

currículo. A proposta desse laboratório é que os estudantes desenvolvam habilidades de leitura, interpretação e produção de textos em diversos gêneros. O professor, contratado por 40 horas semanais, deve ser habilitado em letras, para que crie estratégias para o desenvolvimento da leitura, escrita e interpretação nas formas mais complexas, dando destaque a obras e autores locais, nacionais e internacionais.

Tabela 03 - Frequência com que os professores utilizam os recursos didáticos - Profissionais

Item	Ótimo		Bom		Razoável		Ruim		Péssimo		Não responderam	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Quadro de giz	11	30,6%	22	61,1%	02	5,5%	-	-	-	-	01	2,8%
Livros didáticos	06	16,7%	19	52,8%	09	25%	-	-	-	-	02	5,5%
Trabalhos em grupos	09	25%	24	66,7%	02	5,5%	-	-	-	-	01	2,8%
Atividades pesquisa	04	11,1%	24	66,7%	05	13,9%	-	-	-	-	3	8,3%
Laboratório de Química – pelo menos uma vez por semana	02	5,5%	05	13,9%	14	38,9%	02	5,5%	01	2,8%	12	33,4%

Fonte: Dados da Pesquisa

Tabela 04 - Frequência com que os professores utilizam os recursos didáticos - Alunos

Item	Ótimo		Bom		Razoável		Ruim		Péssimo		Não responderam	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Quadro de giz	119	37,5%	128	40,4%	53	16,7%	10	3,2%	04	1,3%	03	0,9%
Livros didáticos	66	20,8%	154	48,6%	76	24%	13	4,1%	03	0,9%	05	1,6%
Trabalhos em grupos	83	26,1%	125	39,4%	90	28,4%	11	3,5%	04	1,3%	04	1,3%
Atividades pesquisa	63	19,9%	111	35%	89	28%	30	9,6%	10	3,1%	14	4,4%
Laboratório de Química – pelo menos uma vez por semana	14	4,4%	22	7%	61	19,2%	74	23,3%	109	34,4%	37	11,7%

Fonte: Dados da Pesquisa

As tabelas 03 e 04 apresentam a frequência com que os professores utilizam os recursos didático-pedagógicos com alunos, predominando ótimo ou razoável nas respostas dos pesquisados. Os recursos didáticos são componentes presentes no ambiente de aprendizagem e que estimulam o aluno.

As alternativas de materiais didáticos contribuem para que as aulas não se tornem cansativas. Alguns materiais disponibilizados para as escolas públicas têm como prioridade (distribuição em maior número) as escolas de ProEMI, como é o caso das lousas digitais, coleções de aulas preparadas (coleção *discovery*) equipamentos de multimídias, livros entre outros. Em contato direto com as escolas, contatou-se que muitos desses materiais estão desvinculados das práticas educacionais, principalmente pela falta de integração entre materiais didáticos e atividades realizadas.

Aprender e ensinar consiste em reelaborar e reorganizar situações presenciais na interação do sujeito com o meio. O conhecimento só terá sentido, se estiver co-relacionado à realidade do aluno, visto que não se aprende pela imposição ou memorização, mas pela crítica que é feita ao conhecimento proposto, gerando novas hipóteses e questões reflexivas, afloradas em oportunidades de aprendizagem.

Os docentes, que estão trabalhando por projetos de aprendizagem, atentos aos seus colegas resistentes na tradição, podem, aos poucos, sensibilizá-los, assim como à equipe administrativa. Comunicar apenas as experiências inovadoras não é suficiente. Será preciso convidá-los para acompanhar e participar das avaliações, reafirmando a importância da parceria. O processo é lento, mas é como uma teia que vai se formando conforme os fios vão sendo tecidos e tramados (FAGUNDES, 1999, p. 25).

Fagundes (1999) acredita que esse tipo de aprendizagem é colaborativa, onde os alunos participaram das atividades e constroem seus conhecimentos através dos recursos utilizados. Dentro de um contexto social, o novo paradigma educacional de inovações curriculares e pedagógicas diz que a escola almeja por mudanças, mas ela não tem clareza do que é realmente educar ou qual sua verdadeira função diante das mudanças sociais, apenas sabe que há uma vinculação entre sociedade e escola.

Através de atividades em grupos, busca-se desmistificar a visão reducionista dos conteúdos curriculares. Objetivando reverter esta visão, é

importante levar em consideração que, através de trabalhos em grupos, é possível seguir além de um tema proposto. Para Nogueira (2004, p.76), “é, a princípio, uma irrealdade que vai se tornando real, conforme começa a ganhar corpo a partir da realização de ações e, conseqüentemente, as articulações destas”.

As aulas de laboratórios devem ocorrer ao menos uma vez por semana, objetivando relacionar teoria e prática. É conveniente destacar que o professor de laboratório não participa do planejamento coletivo semanal realizado com professores do ProEMI, desconhecendo as dimensões do trabalho das outras disciplinas.

A complexidade do processo educacional exige a aplicabilidade de estratégias diversificadas, oportunizando aos alunos, que permanecem mais tempo na escola, diferentes formas de aprendizado.

Tabela 05 - Contribuições do Programa Ensino Médio Inovador na aprendizagem do aluno - Profissionais

Item	CT		CP		I		DP		DT		Não responderam	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Apresenta metodologia inovadora na prática docente, o que favorece a aprendizagem.	13	36,1%	17	47,3%	04	11,1%	-	-	-	-	02	5,5%
Associa teoria e prática, dando ênfase a leitura em todas as áreas do conhecimento.	15	41,6%	17	47,3%	01	2,8%	02	5,5%	-	-	01	2,8%
Valoriza as experiências dos alunos o que contribui para sua formação cultural.	19	52,7%	14	38,9%	01	2,8%	01	2,8%	-	-	01	2,8%
Pressupõe uma perspectiva interdisciplinar voltada para o desenvolvimento de conhecimentos,	20	55,5%	14	38,9%	-	-	01	2,8%	-	-	01	2,8%

saberes, competências do aluno.												
---------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

CT – Concordo totalmente; **CP** - Concordo parcialmente; **I** – Indiferente; **DP** - Discordo Parcialmente; **DT** - Discordo totalmente.

Fonte: Dados da Pesquisa

Tabela 06 - Contribuições do Programa Ensino Médio Inovador na aprendizagem do aluno - Alunos

Item	CT		CP		I		DP		DT		Não responderam	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Apresenta metodologia inovadora na prática docente, o que favorece a aprendizagem.	89	28%	126	39,7%	40	12,7%	26	8,2%	22	7%	14	4,4%
Associa teoria e prática, dando ênfase a leitura em todas as áreas do conhecimento.	76	24%	113	35,7%	55	17,3%	34	10,6%	17	5,4%	22	7%
Valoriza as experiências dos alunos o que contribui para sua formação cultural.	97	30,6%	101	31,9%	62	19,5%	23	7,3%	14	4,4%	20	6,3%
Pressupõe uma perspectiva interdisciplinar voltada para o desenvolvimento de conhecimentos, saberes, competências do aluno.	88	27,7%	120	37,7%	54	17%	24	7,8%	12	3,8%	19	6%

CT – Concordo totalmente; **CP** - Concordo parcialmente; **I** – Indiferente; **DP** - Discordo Parcialmente; **DT** - Discordo Totalmente.

Fonte: Dados da Pesquisa

Observa-se a percepção dos profissionais e alunos em relação às contribuições do Programa Ensino Médio Inovador na aprendizagem. No primeiro item apresentado, uma das contribuições é porque apresenta metodologia inovadora na prática docente, o que favorece a aprendizagem, tanto profissionais (47,3%) quanto alunos (39,7%), em sua maioria, concordam parcialmente com

esta afirmação. As diferentes propostas metodológicas, envolvendo interdisciplinaridade, contextualização e transversalidade, estão imbricadas com metodologias centradas na aprendizagem do estudante.

Nessa concepção, Ramos (2008, p. 19) define que:

A interdisciplinaridade, como método, é reconstituição da totalidade pela relação entre os conceitos originados a partir de distintos recortes da realidade; isto é, dos diversos campos da ciência representados em disciplinas. Isto tem como objetivo possibilitar a compreensão do significado dos conceitos, das razões e dos métodos pelos quais se pode conhecer o real e apropriá-lo em seu potencial humano.

A prática metodológica inovadora reside no bojo de ensinar diferente do que vem sendo realizado, associando teoria e prática. A alteração sutil da metodologia aplicada exige aprofundamento e aligeiramento na prática educativa. Como política educacional, o tempo escolar ampliado deve propor redesenho curricular focado numa proposta dinâmica, que valorize as experiências dos alunos. Diante das respostas dos envolvidos pesquisados, a intenção desta proposta vem se concretizando. De acordo com Freire (1998, p.25):

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua produção ou a sua construção... Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que as conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém.

A nova organização curricular sugere a articulação interdisciplinar, objetivando o desenvolvimento de conhecimentos, saberes, competências, valores e práticas. Considera ainda a mobilidade no avanço da qualidade do ensino médio, fundamentada no compromisso e competência dos professores, sendo que pode-se perguntar como colocar esse princípio em prática. A elaboração curricular deve compor princípios que orientem a seleção e ordenação dos conteúdos, nesse sentido, é necessário problematizar a existência humana e social e as possibilidades de conhecimentos na sua forma mais elaboradas.

O exercício da formação integral nas proposições curriculares preconiza atividades teórico-pedagógicas apoiadas na leitura enquanto elemento basilar em todas as disciplinas.

Quanto à valorização das experiências dos alunos no processo de aprendizagem, a satisfação dos pesquisados revela que, de certa forma, está

ocorrendo o estímulo às capacidades de aprender, considerando as experiências que o aluno possui através dos diferentes ambientes de aprendizagem.

Busca-se hoje a educação baseada na interlocução dos sujeitos, para a construção do conhecimento que expressa a realidade cotidiana, pessoal e coletiva, em interação com saberes prévios. Professores e alunos trocam, depoimentos sobre suas atividades e experiências, com o intuito de fornecer novos significados aos saberes. Ouvir e falar, dizer-se mutuamente, os alunos entre si e aos professores e estes entre si e os alunos. A construção do saber pedagógico deve-se dar pela troca de experiências de vida, constituindo ações em parceria e formando professores-pesquisadores da prática, que busquem dar unidade aos saberes fragmentados e fundar uma comunidade científica (MARQUES, 1999, p.15).

Outro item avaliado que trata da contribuição do ProEMI para a aprendizagem do aluno é o trabalho interdisciplinar. Quando há predominância dos sujeitos pesquisados, remete-se a concordância parcial ao questionamento.

Ora, a fragmentação deixa estanques saberes e práticas, isola segmentos, disciplinas, áreas e atribuem às ciências, ditas exatas, o papel preponderante na carga horária e na avaliação do aluno nas práticas pedagógicas interdisciplinares.

”Penso que a grade curricular do EMI deve ser mais atraente para o aluno, oferecendo aulas de dança, música, fotografia, teatro e outras linguagens artísticas que despertem o interesse do aluno” (Professora C).

Diante do depoimento da professora C, o programa remete iniciativas importantes para desencadear a fragmentação do ensino médio, porém, aponta questão relevante e ousada é a propositiva do profundo refletir sobre como este processo vem se desenvolvendo.

Tabela 07 - Questões relevantes no trabalho com alunos do Programa Ensino Médio Inovador- Profissionais

Item	CT		CP		I		DP		DT		Não responderam	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Considera a diversidade do público quanto ao gênero, etnia, escolaridade, idade.	27	75%	08	22,2%	-	-	-	-	-	-	01	2,8%
Viabiliza a construção participativa e coletiva do	20	55,5%	15	41,7%	-	-	-	-	-	-	01	2,8%

conhecimento												
Articula experiências e conhecimentos científicos	21	58,4%	12	33,3%	02	5,5%	-	-	-	-	01	2,8%
Articula trabalho, ciência, tecnologia e cultura.	22	61,1%	13	36,1%	-	-	-	-	-	-	01	2,8%
Os alunos contam com aulas de cultura e esporte, as quais contribuem para o desenvolvimento integral dos mesmos.	24	66,6%	09	25%	01	2,8%	01	2,8%	-	-	01	2,8%
Alunos contam com momentos de convivência que contribuem para o desenvolvimento integral dos mesmos.	25	69,4%	07	19,4%	01	2,8%	01	2,8%	01	2,8%	01	2,8%

CT – Concordo totalmente; **CP** - Concordo parcialmente; **I** – Indiferente; **DP** - Discordo Parcialmente; **DT** - Discordo totalmente.

Fonte: Dados da Pesquisa

Na tabela 07, são apresentadas as questões relevantes no trabalho com alunos do ProEMI. O respeito às diversidade (gênero, etnia, escolaridade e idade) é um dos elementos avaliados e neste item, as respostas citadas concordam totalmente com essa afirmação.

Para Gomes (2007, p. 17), diversidade é:

A construção histórica, cultural e social das diferenças. Uma construção que ultrapassa as características biológicas, observáveis a olho nu. Nesse sentido, as diferenças são também construídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico e cultural, nos processos de adaptação dos seres humanos ao meio social e no contexto das relações de poder. Dessa forma, mesmo os aspectos tipicamente observáveis, que aprendemos a ver como diferentes desde o nosso nascimento, só passaram a ser percebidos dessa maneira, porque nós seres humanos e sujeitos sociais, no contexto da cultura, assim os nomeamos e identificamos.

Trabalhar pedagogicamente respeitando as diversidades, implica discutir e analisar a história e a trajetória de vida, o trabalho, a condição social, racial, geracional e de gênero dos alunos, visto que proposições às Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio relacionam dimensões na formação humana: a ciência, a cultura, o trabalho e a tecnologia.

Para Pinto (1979, p. 83):

A ciência é a forma de resposta adaptativa de que somente o homem se revela capaz por ser o animal que vence as resistências do meio ambiente mediante o conhecimento dos fenômenos, ou seja, mediante a produção da sua existência, a individual e a da espécie.

O autor destaca que a ciência institui o conhecimento sistematizado na forma de conceitos representativos das relações determinadas e apreendidas, a serem aplicadas à realidade considerada.

Por sua vez, a cultura faz a interrelação entre trabalho, ciência e tecnologia, auxiliando no entendimento estrutural das diferentes formas sociais, envolvendo valores, hábitos, entre outros.

O trabalho, reconhecido como princípio educativo, não se reporta à formação profissional, mas traz sentido amplo de conhecimentos voltados ao mundo do trabalho, servindo como instrumento de intervenção para transformação da realidade.

Observando ainda a tabela 07, uma das relevâncias destacadas pelos profissionais pesquisados (55,5%) é a condição que o ProEMI viabiliza na construção participativa e coletiva do conhecimento, a qual exige compromissos e desafios. Marques (1999, p.15) acrescenta que:

Busca se hoje a educação baseada na interlocução dos sujeitos, para a construção do conhecimento que expressa a realidade cotidiana, pessoal e coletiva, em interação com saberes prévios. Professores e alunos trocam, depoimentos sobre suas atividades e experiências, com o intuito de fornecer novos significados aos saberes. Ouvir e falar, dizer-se mutuamente, os alunos entre si e aos professores e estes entre si e os alunos... A construção do saber pedagógico deve-se dar pela troca de experiências de vida, constituindo ações em parceria e formando professores-pesquisadores da prática, que busquem dar unidade aos saberes fragmentados e fundar uma comunidade científica.

Conforme citado anteriormente, os ambientes de aprendizagem, distribuídos nas três séries do ProEMI, envolvem Escola e Moradia (1ª série), Comunidade (2ª série), e Vida e Sociedade (3ª série), tendo como ponto de partida a experimentação e atividades individuais e coletivas de transformação, exigindo o protagonismo dos jovens e dos professores na construção e no desenvolvimento da aprendizagem. Sendo assim, a construção participativa e

coletiva do conhecimento deve estar inserida automaticamente no processo, envolvendo também as experiências e conhecimentos científicos.

As atividades de cultura e esporte, conceituadas como elemento diferenciador por 66,6% dos profissionais entrevistados, propõem ações pedagógicas destinadas ao desenvolvimento, resultando no entendimento entre o corpo e as emoções do indivíduo, e este com o mundo. Este campo trabalha também a importância de atitudes saudáveis e sustentáveis, como formas do sujeito compreender a si mesmo e seu lugar no mundo.

Diante da diversidade de arranjos, que contribuem na aprendizagem do aluno, o trabalho docente implica em duas ações imediatas: o conhecimento e a fundamentação do trabalho interdisciplinar.

Tabela 08 - Importância do tempo semanal destinado ao planejamento individual e coletivo - Profissionais

Item	CT		CP		I		DP		DT		Não responderam	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Propicia condições para avaliação das ações realizadas em sala de aula.	22	61,1%	12	33,3%	01	2,8%	-	-	-	-	01	2,8%
O planejamento é flexível, estabelecendo conteúdos e metodologias diferenciados e contando com maior tempo disponível para professores e estudantes realizarem suas práticas pedagógicas.	24	66,7%	08	22,2%	01	2,8%	02	5,5%	-	-	01	2,8%
O planejamento individual oportuniza o professor planejar suas aulas semanais, com base no que foi discutido no planejamento coletivo.	23	63,9%	11	30,5%	01	2,8%	-	-	-	-	01	2,8%
Oferece disponibilidade para os professores	27	75%	08	22,2%	-	-	-	-	-	-	01	2,8%

discutirem os avanços e dificuldades dos alunos, buscando alternativas para melhoria da aprendizagem desses alunos.												
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

CT – Concordo totalmente; **CP** - Concordo parcialmente; **I** – Indiferente; **DP** - Discordo Parcialmente; **DT** - Discordo totalmente.

Fonte: Dados da Pesquisa

O planejamento individual e coletivo constituem a carga horária do professor, e deve ser o tempo destinado à preparação de aulas diferenciadas e bem planejadas; 22 (61,1%) dos profissionais concordam totalmente que este tempo propicia condições para avaliação das ações realizadas em sala de aula, e 12 (33,3%) concordam parcialmente com esta afirmação.

O planejamento coletivo é mediado pelo Coordenador do Curso, envolve todos os professores (exceto os de laboratórios, cultura e esporte), os quais elencam conteúdos e propostas de atividades de todas as disciplinas. O período destinado semanalmente é de 2h30min.

Ao serem questionados sobre o planejamento individual e coletivo, 24 (66,7%) concordam totalmente que o planejamento é flexível, estabelecendo conteúdos e metodologias diferenciados e contando com maior tempo disponível para professores e estudantes realizarem suas práticas pedagógicas.

De acordo com Padilha (2001, p. 30), “O ato de planejar é sempre processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação”.

O planejamento individual é um tempo necessário para que o professor organize suas propostas pedagógicas a serem aplicadas em sala de aula. 23 (63,9%) dos profissionais concordam totalmente que o planejamento individual oportuniza o professor a planejar suas aulas semanais.

O tempo destinado aos planejamentos dos professores oferece disponibilidade para os professores discutirem os avanços e dificuldades dos alunos, buscando alternativas para melhoria da aprendizagem desses alunos; 27 (75%) dos pesquisados concordam totalmente com essa afirmação.

Tabela 09 - Carga horária do Programa Ensino Médio Inovador destinada à aprendizagem do aluno - Profissionais

Item	CT		CP		I		DP		DT		Não responderam	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Nos momentos extra classe, é oferecido ao aluno, condições de recuperar o conteúdo que não absorveu em sala de aula.	21	58,3%	13	36,1%	-	-	01	2,8%	-	-	01	2,8%
Os professores dispõem de tempo (planejamento coletivo) para analisar o que e como vem trabalhando os conteúdos dentro e fora da sala de aula.	28	77,8%	06	16,7%	-	-	-	-	-	-	02	5,5%
A carga horária ampliada dos professores permite atendimento dos pais de alunos com dificuldades e/ou problemas	23	63,9%	10	27,8%	01	2,8%	-	-	-	-	02	5,5%
O tempo escolar ampliado contribui para a melhor aprendizagem do aluno.	24	66,7%	10	27,8%	-	-	-	-	-	-	02	5,5%
O tempo escolar ampliado contribui para redução dos índices de reprovação.	14	38,9%	16	44,5%	01	2,8%	02	5,5%	01	2,8%	02	5,5%
O tempo escolar ampliado contribui para redução dos índices de evasão.	10	27,8%	21	58,3%	01	2,8%	-	-	03	8,3%	01	2,8%

CT – Concordo totalmente; **CP** - Concordo parcialmente; **I** – Indiferente; **DP** - Discordo Parcialmente; **DT** - Discordo totalmente.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Tabela 10 - Carga horária do Programa Ensino Médio Inovador destinada à aprendizagem do aluno - Alunos

Item	CT		CP		I		DP		DT		Não responderam	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Nos momentos extra classe, o aluno pode recuperar o conteúdo que não absorveu em sala de aula.	126	39,9%	83	26,2%	19	6%	32	10%	45	14,1%	12	3,8%
A carga horária ampliada dos professores, permite o atendimento aos pais dos alunos com dificuldades e/ou problemas fora da sala de aula.	74	23,3%	103	32,5%	66	20,8%	35	11%	22	7%	17	5,4%
Contribui para a aprendizagem do aluno.	132	41,6%	103	32,5%	36	11,3%	17	5,4%	16	5,1%	13	4,1%
Contribui para redução dos índices de reprovação	86	27,1%	88	27,8%	61	19,2%	29	9,1%	37	11,7%	16	5,1%
Contribui para redução dos índices de evasão.	58	18,3%	85	26,8%	86	27,1%	29	9,1%	38	12%	21	6,7%

CT – Concordo totalmente; **CP** - Concordo parcialmente; **I** – Indiferente; **DP** - Discordo Parcialmente; **DT** - Discordo totalmente.

Fonte: Dados da Pesquisa.

O tempo escolar ampliado deve gerar bons resultados nas proporções de aprendizagem do aluno, pois uma parcela significativa de pesquisados, 126 (39,9%) alunos e 21 (58,3%) profissionais concordam totalmente com esta alternativa.

Os dados contidos, na satisfação dos alunos e profissionais pesquisados, se remetem aos índices de reprovação de ambas as escolas. A E.E.B. Almirante Barroso tem os seguintes índices: 2011 – 2,7%, 2012 – 1,4% e 2013 – 1,5%,

enquanto a E.E.B. Santa Cruz apresentou em 2011 – 5,7%, 2012 – 2,9% e 2013 – 3,6%.

Com carga horária mínima de três mil horas, o tempo escolar ampliado deve resultar proporções consideráveis na aprendizagem, e o trabalho diferenciado aos alunos do ProEMI, com horários destinados à recuperação de estudos, o que consiste na garantia de oferta de oportunidades de novas aprendizagens em horários extraclasse. Desta mesma forma, os pais são atendidos pelos professores, para esclarecer e informar sobre o desenvolvimento dos filhos, tornando a escola participativa e democrática. O ponto contraditório desse trabalho caracteriza que alguns alunos não frequentam os momentos extraclasse para recuperar os conteúdos não aprendidos em sala de aula muitos pais não se fazem presentes quando solicitados e alguns professores não consideram relevante esse trabalho acerca de pequenas dificuldades.

Não se trata de aprovação ou reprovação, mas a intencionalidade em reduzir os índices de reprovação trilha pelo caminho pedagógico da qualidade da aprendizagem, isto é, deve-se oferecer ao aluno todas as oportunidades possíveis para recuperação dos conhecimentos não assimilados, até esgotar todas as possibilidades, só então pode ocorrer a reprovação.

Diante dessa concepção, Freire (2002, p. 47) coloca que "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção".

Nas escolas da 26ª GERED, os índices de evasão do ensino inovador para o ensino médio são relativamente baixos, e as principais causas são os cursos oferecidos através do Pronatec, bolsas de estudos oferecidas pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), problemas familiares, transporte e indisponibilidade de frequentar a escola em tempo ampliado.

O diálogo estabelecido entre sociedade e educação expressa, lenta e desfiguradamente, a objetividade desta relação. Programas e projetos inseridos ao Ensino Médio brasileiro, como propostas inovadoras ao combate de reprovação e evasão, indagam sobre qual o papel da prática da educação básica dominante na cultura.

Tabela 11 - Contribuições do Programa Ensino Médio Inovador para o desenvolvimento da região - Profissionais

Item	CT		CP		I		DP		DT		Não responderam	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Formação de jovens conscientes para o exercício da cidadania	23	63,9%	10	27,8%	01	2,8%	-	-	-	-	02	5,5%
Melhores perspectivas de inclusão dos jovens no mercado de trabalho	17	47,3%	15	41,7%	02	5,5%	-	-	-	-	02	5,5%
Melhores perspectivas para ingresso dos jovens no Ensino Superior	20	55,6%	13	36,1%	01	2,8%	-	-	-	-	02	5,5%
Melhoria no desempenho do ENEM	18	50%	16	44,4%	01	2,8%	-	-	-	-	01	2,8%
Formar jovens com intenções futuras em interagir e contribuir para o desenvolvimento regional.	19	52,8%	12	33,4%	03	8,3%	-	-	-	-	02	5,5%
Estimular o empreendedorismo por parte do aluno	15	41,7%	15	41,7%	03	8,3%	-	-	-	-	03	8,3%

CT – Concordo totalmente; CP - Concordo parcialmente; I – Indiferente; DP - Discordo Parcialmente; DT - Discordo totalmente.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Tabela 12 - Contribuições do Programa Ensino Médio Inovador para o desenvolvimento da região - Alunos

Item	CT		CP		I		DP		DT		Não responderam	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Formação de jovens conscientes para o exercício da cidadania	104	32,8%	114	36%	42	13,2%	16	5%	20	6,3%	21	6,7%
Melhores perspectivas de inclusão dos jovens no mercado de trabalho	121	38,2%	118	37,2%	34	10,7%	12	3,8%	15	4,7%	17	5,4%
Melhores perspectivas para ingresso no	130	41%	112	35,3%	34	10,7%	13	4,1%	06	1,9%	22	7%

Ensino Superior												
Melhoria no desempenho do ENEM	149	47%	96	30,3%	29	9,1%	17	5,4%	10	3,2%	16	5%
Jovens com intenções futuras em interagir e contribuir para o desenvolvimento regional.	98	30,9%	113	35,6%	59	18,7%	14	4,4%	13	4,1%	20	6,3%
Estimula o empreendedorismo por parte do aluno	91	28,7%	101	31,9%	64	20,1%	20	6,3%	22	7%	19	6%

CT – Concordo totalmente; **CP** - Concordo parcialmente; **I** – Indiferente; **DP** - Discordo Parcialmente; **DT** - Discordo Totalmente.

Fonte: Dados da Pesquisa

O desenvolvimento de uma região está também vinculado ao processo educacional, desta forma, há a predominância de concordância com esta afirmação. A sociedade contemporânea está baseada no conhecimento e suas variações, onde a concepção de educação deve estar voltada para o desenvolvimento local. É nessa perspectiva que cabe indagar se a educação está formando pessoas que atendam as necessidades da territorialidade.

O sentido de educação inovadora voltada ao desenvolvimento regional, reporta-se aos estudos educativos da comunidade e região, onde as vivências baseadas no cotidiano, resultam em questionamentos e estudos desses espaços em sala de aula. Através das viagens de estudos oferecidas aos alunos que frequentam o ProEMI, é possível estimular o educando a desenvolver sua autonomia, espírito crítico e curiosidade na construção do conhecimento de sua região.

Para Miranda (2010, p. 623), “a geração de significados e sentidos que conformam identidades e pressupõem aprendizagens, a partir de experiências com o espaço urbano, assumem papel fundamental.” Assim, para modificar o espaço onde vive, é necessário conhecê-lo, o que propõe Dietzsch (2006, p. 734), quando afirma que:

Se pensarmos a cidade menos como cidadela, e mais como fonte e núcleo de irradiação cidadã, como tarefa pedagógica de todos e de cada um, talvez possamos avançar um pouco mais. Por enquanto seria precipitado concluir que a educação vem enfrentando, a contento, o desacordo cidadão. Porque não basta ensinar na cidade; é preciso ensinar a cidade.

Para Dietzsch (2006), é preciso conhecer o território onde vive para poder participar, interagir e ajudar a transformar. Nesse sentido, propõe-se discutir de forma propositiva a função da educação na promoção do desenvolvimento, problematizando a educação na égide do desenvolvimento da região.

Espera-se que a escola cumpra com seu papel social para a formação da cidadania de qualidade. O percurso formativo envolve perspectivas dos jovens na dimensão histórica e social, nas quais o fazer pedagógico precisa estar em consonância com os sujeitos.

Conforme a Lei de Diretrizes e Base 9394/96, o Ensino Médio possui algumas incumbências importantes, dentre elas, preparar o educando para o trabalho e para o exercício da cidadania, bem como para a continuidade dos estudos até os níveis mais elevados de ensino e pesquisa. Logo, preparar para a faculdade e para o vestibular fazem parte do papel do Ensino Médio, seja ele público ou privado.

A análise das notas obtidas pelos alunos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM),¹⁰ mostra que quanto maiores são as rendas familiares dos alunos, melhores são seus rendimentos escolares e que este fator pesa mais que a origem do aluno (escola pública ou particular).

A diferença entre as notas é maior entre alunos ricos e pobres do que entre os alunos que estudaram em escolas públicas e os que estudaram em escolas privadas.

Para melhor compreender os problemas que afetam a escolha profissional em relação a um curso superior ou técnico por parte dos alunos, principalmente do Ensino Médio, é preciso uma boa fundamentação a respeito das opções de formação continuada e da atual conjuntura educacional brasileira, e mesmo do local onde vivem estes alunos.

O efeito simbólico dos títulos que a escola confere traz sérios problemas de adaptação social do educando que, se por um lado busca se tornar um cidadão crítico e transformador social, por outro, se vê perdido com as mais variadas informações e orientações ideológicas.

Já Canivez (1991, p. 62) faz a seguinte afirmação sobre o diploma escolar:

¹⁰ Prova que é realizada anualmente pelo MEC com os formandos do ensino médio provenientes tanto de escolas públicas quanto de escolas particulares. O Enem é composto por quatro provas de múltipla escolha, com 45 questões cada, e uma redação.

O título escolar (e a cultura que supostamente ele garante) é tacitamente considerado - por seus detentores tanto quanto pelos outros – como título legítimo para exercer a autoridade. Em consequência, a instrução funciona como princípio de seleção, já que confere “certificados de legitimidade”. Ela fundamenta e legitima a desigual participação na democracia eleitoral e, tendencialmente, toda a divisão do trabalho.

O próprio autor (p. 63), complementando, afirma que o jovem, na busca de realização de seus ideais de vida, incluindo a carreira profissional, se vê num mundo onde a concorrência profissional é acirrada e vence quem melhor se adaptar ao mercado de trabalho.

Verifica-se, assim, que a escolha do curso superior pelos concluintes do ensino médio não é uma tarefa fácil.

Tozzi (2004, p.64) resume bem essa questão ao afirmar que,

Em tempos de inscrições para o vestibular, é fácil constatar uma dúvida que persegue boa parte dos candidatos: que profissão escolher? Em geral, trata-se de uma escolha quando ainda o estudante não tem domínio das questões básicas em relação à futura profissão. Com 17 ou 18 anos de idade, em média, esta é certamente a decisão mais difícil que irá tomar na vida. Recém saída da adolescência, a maioria carece de segurança emocional e vivência profissional.

A escolha da profissão definirá, sem dúvida, uma escolha do tipo de vida profissional, pessoal e familiar que se vai estabelecer, mesmo sabendo que tal decisão poderá ser alterada no decurso da vida, por isso tem que ser muito bem analisada.

Nos vários estudos referentes aos alunos que ingressam no Ensino Superior constata-se que, de fato, muitos concluem o Ensino Médio com muitas dificuldades na educação básica.

Como exemplo, a área de Ciências Exatas, onde, segundo Malacarne (2007, p.07), observa-se que:

O mercado de trabalho está cada vez mais amplo, com vagas nas empresas e no ensino. Destaca-se como exemplo nesta área, o curso de Engenharia Civil, que é responsável por todas as atividades relacionadas ao processo de construção, desde o projeto, em associação com o arquiteto, ao acabamento final, cuidando da mão de obra, do material e ainda das normas regulamentadas. Pode, ainda, desempenhar funções tanto no setor público como no privado, trabalhando normalmente como prestador de serviços, entre outros.

Cabe aqui lembrar que a defasagem é grande em todas as áreas de formação, sendo o curso citado apenas um exemplo. Um dos desafios dos educadores, além de usar metodologias estimulantes, é trabalhar com os alunos do Ensino Médio todo o contexto sociopolítico que os faça compreender e questionar o porquê de até hoje a escola pública estar tão distante de uma educação crítica.

Quem está diariamente no convívio com esses alunos percebe a sede de conhecimentos que a maioria deles possui e muitas vezes não consegue atingir devido à má estruturação curricular ou mesmo a falta de fundamentação para lidar com estas questões.

Tabela 13 - Opção pelo Programa Ensino Médio Inovador - Alunos

Item	CT		CP		I		DP		DT		Não responderam	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Vontade própria	159	50,2%	75	23,7%	28	8,8%	17	5,4%	24	7,5%	14	4,4%
Indicação dos pais	113	35,6%	76	24%	51	16%	12	3,9%	35	11%	30	9,5%
Sugestão dos colegas	41	13%	62	20%	65	20%	26	8%	86	27%	37	12%
Sugestão de professores da escola origem	46	14,4%	49	15,5%	65	20,5%	22	7%	109	34,4%	26	8,2%
Maior disponibilidade de tempo para realizar atividades na escola	77	24,2%	72	22,7%	50	15,8%	25	7,9%	50	15,8%	43	13,6%
A permanência de maior tempo na escola favorece o aprendizado	118	37,3%	79	25%	32	10%	16	5%	33	10,4%	39	12,3%

CT – Concordo totalmente; **CP** - Concordo parcialmente; **I** – Indiferente; **DP** - Discordo Parcialmente; **DT** - Discordo totalmente.

Fonte: Dados da Pesquisa

Ao serem questionados sobre a opção pelo ProEMI, 159 (50,2%) dos alunos concordam totalmente que foi por opção própria.

O ProEMI surgiu com proposta de induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio, ampliando o tempo na escola e a diversificação de práticas pedagógicas, atendendo às necessidades e expectativas dos estudantes do

ensino médio. Fomentando metodologias diversificadas, a formação integrada sugeria a formação completa do jovem para leitura crítica e participação social do sujeito. Atividades diversificadas (cultura e esporte), viagens de estudo organizadas a partir do planejamento coletivo e metodologias inovadoras foram os principais chamamentos para o curso.

Outra opção apresentada pela escolha do curso é a indicação dos pais, sobre a qual 113 (35,6%) concordam totalmente com a proposta. A proposta do curso também pode ter aflorado por sugestão dos colegas, onde 86 (27%) alunos discordam totalmente do motivo.

Neste caso, a opção deixa de ser um processo isolado, e a realidade social incorpora-se como concepção diretiva, voltada aos interesses que motivam o indivíduo e a sociedade. Em sua maioria, os jovens que frequentam o ensino buscam crescimento intelectual tanto no que se refere à continuidade dos estudos como na compreensão e participação do espaço em que convive, sem deixar de almejar o acesso ao mundo do trabalho.

As escolas pesquisadas oferecem apenas a modalidade de Ensino Médio, e os alunos são oriundos de outras unidades escolares, portanto, quando questionados se a opção pelo ProEMI foi sugestão de professores da escola de origem, 109 (34,4%) discordaram parcialmente de que a escola onde cursaram o ensino fundamental tenha motivado a ingressar no referido curso.

As propostas de formação do aluno integral investem em ofertas de oportunidades igualitárias de cursos técnicos e profissionalizantes. O tempo escolar ampliado contribui para que esses jovens permaneçam mais tempo na escola, com atendimento pedagógico, o qual contribuirá para ampliação de seus conhecimentos e sua desenvoltura enquanto ser social.

Os pilares da educação tendem especializar, desde cedo, os estudantes do ensino médio, numa pretensa tendência de qualificação pautada nas necessidades de mão de obra específicas. As intenções educativas oscilam entre a finalidade do ingresso à formação acadêmica e o caráter técnico, visando à preparação para o mundo do trabalho. No escopo dessa trajetória distinta, é possível verificar que a estrutura curricular do ensino médio fragmenta-se através de conhecimentos dissociados da realidade e experiências vividas dos jovens que fazem parte desse processo. Vale lembrar que as escolhas dos cursos devem ser

estimuladas para os sentidos, a criatividade, a invenção e a capacidade de buscar alternativas adequadas à realidade na qual o sujeito está inserido.

As questões culturais e socioeconômicas estão diretamente ligadas à construção de novas perspectivas dos alunos de ensino médio. Para muitos, o trabalho é tomado como princípio econômico, sob o modelo da produção capitalista, que aliena o homem à sua própria produção.

Não se pode conceber educação como base formadora de mão de obra, pois educação e trabalho devem estar enraizados numa concepção sadia, onde ambos são conquistados e devem ter e fazer sentido na dimensão civilizatória do ser humano.

A exclusão de alunos do ensino médio nas universidades está alocada às questões financeiras, onde uma das causas da elitização universitária está na necessidade do jovem partir para o mercado de trabalho precocemente, deixando seus estudos em segundo plano.

As informações que antes eram sonegadas agora vêm numa enxurrada. Uma questão, entretanto, não está resolvida: como utilizar o que vem nesta enxurrada em proveito da liberdade, da justiça, da consciência crítica dos seres humanos (KONDER, 2003).

Os desafios das escolas públicas, em inserir os alunos no ensino superior, estão interiorizados às críticas frequentes às escolas públicas, onde o equívoco do uso de materiais pedagógicos e metodologias podem não ser apropriados às expectativas dos alunos de ensino médio.

Quando questionados se a opção resultou da sugestão de professores onde cursaram o ensino fundamental, 109 (34,4%) pesquisados afirmam que esta não foi a causa da opção pelo curso.

A opção pelo curso é porque este disponibiliza tempo ampliado para realizar atividades na escola, as respostas foram dispersas; 77 (24,2%) dos alunos concordam totalmente com esta alternativa; 72 (22,7%) concordam parcialmente; 50 (15,8%) alunos são indiferentes à questão e 50 (15,8%) discordam totalmente que mais tempo na escola resulta em maior disponibilidade de realização das atividades propostas.

A educação tem seu significado na existência humana, através das relações sociais na escola e na sociedade. Esse alargamento de conceito de

educação deve estar relacionado ao seu papel social em amenizar as desigualdades sociais e gerar a pluralidade de perspectivas sociais e culturais.

O espaço educacional passa a ser percebido em sua totalidade, como espaço de formação integral do ser humano. É fundamental rever as possibilidades da formação humana, para a superação das contradições sociais. A compreensão dessas contradições pode levar a pensar nas formas de efetivar o ser humano enquanto ser social.

Nesse sentido, contribuir para a formação do indivíduo provém da necessidade de rever os conceitos já existentes nesses aspectos. Não há como ignorar as diferenças sociais, pois essa exerce grande pressão nos determinantes sociais e econômicos.

Assim, a educação acaba por constituir oportunidades educacionais (embora obrigatória pela legislação vigente), que possibilitam a inserção da população de jovens de diferentes níveis sociais e econômicos nos bancos escolares, mas se reservam ao descaso; problema esse conduzido pela própria sociedade, reproduzindo uma percepção crítica nas ofertas dessas novas oportunidades.

E, finalmente, as propostas educacionais emergem por uma nova geração, centrada na perspectiva da cultura e do conhecimento, perpassando as desigualdades e as dificuldades que as classes menos favorecidas apresentam.

Tabela 14 - Socialização do aluno no horário de convivência - Alunos

Item	CT		CP		I		DP		DT		Não responderam	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
A maior permanência na escola favorece a interação entre os estudantes	104	32,9%	112	35,3%	39	12,3%	17	5,3%	37	11,7%	08	2,5%
A maior permanência na escola favorece a participação no Grêmio Estudantil.	31	9,8%	65	20,5%	95	30%	42	13,2%	67	21,1%	17	5,4%

Fonte: Dados da Pesquisa

Ao serem questionados sobre a socialização nos momentos de convivência, 104 (32,9%) dos alunos, concordam totalmente com o tempo escolar ampliado.

Todas as ações e operações desenvolvidas pressupõem a apropriação dos conceitos científicos, atingindo-se, desta forma, a finalidade da atividade pelos alunos, tendo o professor como mediador.

Os momentos de socialização envolvem alunos e professores, os quais apresentam, através de seminários, fóruns entre outros, os resultados de pesquisas realizadas e viagens de campo. Com o tempo escolar ampliado, a socialização dos conhecimentos deve ocorrer com frequência.

A proposta de socialização envolve a participação constante dos grêmios estudantis nas organizações de eventos como gincanas, seminários, atividades esportivas entre outros.

A socialização do conhecimento na perspectiva do universal implica em não se prender a conhecimentos localizados, nem à abordagem localizada do conhecimento. Isto, no entanto, não significa uma postura de desprezo para com a realidade proximal dos alunos, apenas na necessidade de ir para além dela, oportunizando ao aluno o entendimento de que o conhecimento tem características universais. Explicitando melhor: trabalhar com o conhecimento numa perspectiva universal significa saber lidar com a realidade proximal dos alunos, provocando o diálogo dessa realidade com conhecimentos que a expliquem, mas expliquem ao mesmo tempo o mundo (SANTA CATARINA, 1998, p. 10).

Os momentos de socialização compõem a base da interrelação entre os diferentes conhecimentos, compartilhando o sentido dos conhecimentos construídos a partir de pesquisas, viagens e outras formas de aprendizagem.

Ao serem questionados sobre a participação dos grêmios nas atividades com alunos do ProEMI, a predominância é de que 65 (20,5%) discordam parcialmente desta condição, 95 (30%) dos alunos pesquisados são indiferentes ao questionamento e 67 (21,1%) dos pesquisados discordam totalmente.

Nos momentos de convivência, o ProEMI sugere que o grêmio estudantil organize atividades desenvolvidas através de projetos, tais como: produção de jornal, rádio na escola, cineclube, produção de curtas e documentários, fotografia, torneios esportivos, gincanas, varais literários. Com base no exposto, as possibilidades podem ser constituídas através de parcerias.

Segundo a Assistente Técnica (2009), responsável pelos Grêmios Estudantis das escolas públicas da 26ª GERED

A escola de EEB Santa Cruz mantém o projeto Rádio Escola, um projeto pioneiro na região, hoje já tem o reconhecimento de toda a comunidade escolar pela sua importância dentro do contexto educacional. É um instrumento imprescindível na construção do conhecimento. Visa como objetivo proposto estimular a comunicação, estreitar relações, entreter e acima de tudo a disseminar informação entre os alunos.

A rádio também contribui para ações pedagógicas e culturais junto à comunidade:

Periodicamente a emissora promove entrevistas com os professores e quando possível com pais que frequentam o educandário. Nessa ocasião os locutores exercitam o português e a comunicação social aperfeiçoando a dicção e a fluência verbal. A emissora também atua na prestação de serviços, por exemplo, achados e perdidos, recados de utilidade pública, possibilidades de emprego, estágios, dedicatórias musicais e informações sobre eventos culturais que acontecem no município (2009).

Ainda em relação ao Grêmio Estudantil da referida escola, a Assistente Técnica (2009) explica que:

Integrante do organograma da estrutura da escola, o Grêmio Estudantil Duque de Caxias tem como objetivo representar os alunos no contexto estrutural do educandário. É uma agremiação legitimada por lei federal com a responsabilidade de promover eventos culturais, esportivos e sociais no âmbito escolar. Tem se destacado pela sua participação nos projetos desenvolvidos pela E.E.B. Santa Cruz, (...). Articula palestras e seminários com o corpo docente da unidade escolar. Com ampla atuação no desporto estudantil representa o educandário em eventos desta natureza. Auxilia a Direção da Escola nas ocasiões cívicas. Viabiliza parceria com a Fundação Municipal de Esportes e Liga Esportiva Canoinhense.

Implantado através da Lei Federal 7.389, de 04/11/1985, que dispõe sobre a organização de entidades representativas de estudantes de 1º e 2º graus, amparado pela Lei Federal 8.069, de 13/07/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 53, inciso IV – garante o direito dos estudantes de se organizar e participar de entidades estudantis e, pela Lei Estadual 1.949, de 08/01/1992, que assegura a livre organização dos estudantes, os Grêmios Estudantis são entidades que representam os estudantes da escola em que estão devidamente matriculados.

Através de atividades organizadas pelo professor Orientador de Convivência, os momentos de convivência exigem atenção ao atendimento dos alunos que permanecem na escola no horário de almoço. No período de uma hora, os alunos ficam ociosos, por isso a sugestão da participação dos grêmios nas atividades.

Tabela 15 - Considerações sobre o trabalho dos professores em sala de aula-
Alunos

Item	CT		CP		I		DP		DT		Não responderam	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Professores estão bem preparados para trabalhar no ProEMI.	88	27,8%	122	38,4%	22	7%	42	13,2%	30	9,5%	13	4,1%
Os professores trabalham os conteúdos necessários a vida dos alunos.	53	16,7%	129	40,7%	46	14,5%	52	16,4%	25	7,9%	12	3,8%
As aulas são diferentes, com trabalhos coletivos, seminários, discussões e pesquisas.	57	18%	100	31,5%	42	13,2%	65	20,6%	39	12,3%	14	4,4%
Os professores estão motivados para ensinar.	84	26,5%	102	32,2%	44	13,9%	39	12,3%	38	12%	10	3,1%

CT – Concordo totalmente; **CP** - Concordo parcialmente; **I** – Indiferente; **DP** - Discordo Parcialmente; **DT** - Discordo Totalmente.

Fonte: Dados da Pesquisa

Das considerações dos alunos em relação aos trabalhos que os professores vêm desenvolvendo em sala de aula, uma parcela relevante de 122 (38,4%) concordam parcialmente com esta alternativa.

Toda nova proposta educacional implica em novos saberes para a realização da prática. Esses saberes podem ser configurados através de formação inicial ou continuada. Nóvoa (1992, p. 25) afirma que:

A formação não se constrói por acumulação de cursos, conhecimentos ou técnicas, mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica

sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir na pessoa e dar um estatuto de saber a experiência.

A formação continuada propõe atualizações de novas metodologias de ensino que se fazem necessárias para a melhoria da ação pedagógica. As escolas de ProEMI recebem recursos para elaborar, conforme suas necessidades, capacitações para professores.

Quando o aluno coloca que: “Só passam tema no quadro, nunca fazemos aula diferente” (Aluna F), ou “Eles só passam o que acham que tem que passar, nem se preocupam se isso interessa para o aluno” (Aluno L), revigora as ações imediatas ao programa.

Para Libâneo (1994, p. 152), “[...] não há método único de ensino, mas uma variedade de métodos cuja escolha depende dos conteúdos da disciplina, das situações didáticas específicas e das características socioculturais e de desenvolvimento mental dos alunos”.

Em meio a um emaranhado de recomendações a respeito da inovação, fica sinalizada a tentativa de inovação metodológica. Diante da diversidade de materiais e recursos pedagógicos, a realidade engrena no tradicionalismo expressado nos novos recursos pedagógicos, disparando a insatisfação dos alunos.

Na questão em que os professores do ProEMI trabalham os conteúdos necessários para vida dos alunos, as respostas ficaram direcionadas em 129 (40,7%) dos pesquisados que concordam parcialmente que os conteúdos trabalhados são importantes para a vida.

A compreensão de aproximação entre conteúdos curriculares e realidade do aluno ainda é uma incógnita no ProEMI. O programa foi implantado com base num currículo universalizado e reestruturado, o que ainda não se concretizou, por essa razão, há necessidade de formação continuada para os professores.

O trabalho com alunos, em tempo escolar ampliado, exige grande diversidade de metodologias nas práticas aplicadas em sala de aula, sendo assim, 100 (31,5%) concordam parcialmente que as aulas são diferentes, com trabalhos coletivos, seminários, discussões e pesquisas.

Ao serem questionados sobre a motivação dos professores em sala de aula, 102 (32,2%) pesquisados concordam parcialmente que os professores se

apresentam motivados nas aulas. Alguns alunos pesquisados citaram que poucos professores vêm motivados para a sala de aula.

Segundo Tapia e Fita (2003, p 88):

[...] o professor não está motivado se não exerce de forma satisfatória sua profissão, é muito difícil que seja de comunicar seus a seus alunos entusiasmo, interesse pelas tarefas escolares; é definitivamente, muito difícil que seja capaz de motivá-los.

A motivação é a chave propulsora para alunos em tempo escolar ampliado. Alunos que passam nove horas na escola precisam ser estimulados a permanecerem, caso contrário, o trabalho poderá ficar comprometido, tendo em vista que fatores intrínsecos e extrínsecos interferem diretamente na aprendizagem do aluno.

Tabela 16 - Melhorias necessárias no Programa Ensino Médio Inovador- Alunos

Item	CT		CP		I		DP		DT		Não responderam	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Mais investimentos na melhoria/ampliação dos espaços físicos	215	67,8%	50	15,8%	14	4,4%	12	3,8%	15	4,7%	11	3,5%
Mudanças na maneira como o professor desenvolve sua prática educativa (explicação dos conteúdos, materiais utilizados, metodologias de trabalho com os alunos, entre outros) em sala de aula.	149	47%	81	25,6%	46	14,5%	13	4,1%	12	3,8%	16	5%
Conscientização dos profissionais, pais e alunos da importância	104	32,8%	113	35,6%	47	14,8%	17	5,4%	23	7,2%	13	4,2%

do tempo escolar ampliado.												
Mais investimentos em materiais pedagógicos	195	61,5%	60	19%	29	9,2%	08	2,5%	14	4,4%	11	3,4%

CT – Concordo totalmente; **CP** - Concordo parcialmente; **I** – Indiferente; **DP** - Discordo Parcialmente; **DT** - Discordo Totalmente.

Fonte: Dados da Pesquisa

Na Tabela 16, percebe-se nitidamente a predominância, pois de 215 (67,8%) alunos pesquisados concordam totalmente que uma das melhorias para o programa seria mais investimentos na melhoria/ampliação dos espaços físicos.

O ambiente, com ou sem o conhecimento do educador, envia mensagens e os que aprendem, respondem a elas. A influência do meio através da interação possibilitada por seus elementos é contínua e penetrante. As crianças e ou usuários dos espaços são verdadeiros protagonistas da sua aprendizagem, na vivência ativa com outras pessoas e objetos que possibilita descobertas pessoais num espaço onde será realizado um trabalho individualmente ou em grupos (OLIVEIRA, 2000, p. 158).

A ampliação de espaços físicos das escolas de ProEMI é uma condição indispensável para atender as propostas educacionais. Permanecendo mais tempo na escola, a prática docente, em muitos casos, contempla atividades diferenciadas que transcendem os limites da sala de aula.

Na avaliação realizada pelos profissionais da E.E.B. Almirante Barroso, em 10 de julho de 2013:

Os profissionais da escola estão empenhados desde 2010 quando iniciou o EMI, porém algumas dificuldades não foram sanadas, como ampliação do prédio que dificulta a implantação de alguns projetos dos professores. As aulas de Robótica também fazem diferença no currículo dos alunos. Apesar da falta de espaço físico o nível de aprendizagem é muito bom devido a dedicação e o comprometimento dos profissionais da escola. Uma dificuldade encontrada é a falta de Professor habilitado para determinadas disciplinas (PROFISSIONAIS - E.E.B. ALMIRANTE BARROSO).

Tanto a E.E.B. Santa Cruz quanto a E.E.B. Almirante Barroso vêm adequando seus espaços para atendimento à clientela que ali frequenta. Em ambas as escolas, espaços que eram destinados à sala de vídeo, laboratórios ou salão nobre acabaram por servir de sala de aula.

Diante das melhorias pendentes no ProEMI, 149 (47%) alunos concordam totalmente que é preciso que o professor modifique sua prática educativa (explanção dos conteúdos, materiais utilizados, metodologias de trabalho com os alunos, entre outros) em sala de aula.

As divergências no trabalho pedagógico exprimem o desejo de mudança na forma de ensinar. Nessa percepção, Libâneo (1985, p. 26) ressalta que o trabalho desenvolvido na forma tradicional “[...] eleva a autoridade docente e considera que o professor transmite o conteúdo na forma de verdade a ser absorvida, em consequência, a disciplina é o meio mais eficaz para assegurar a atenção e o silêncio”.

Outra questão trata das melhorias para o bom andamento do programa, quanto à conscientização dos profissionais, pais e alunos sobre a importância do tempo escolar ampliado, o que ficou evidente em dois itens: 104 (32,8%) pesquisados concordam totalmente com esta percepção e 113 (35,6%) concordam parcialmente sobre a da conscientização da comunidade escolar.

Saviani (2003) destaca que a função da escola é de promover o homem e, nessa perspectiva, destaca a necessidade de melhorias significativas na formação do professor e na forma como vai desenvolver seu trabalho didático-pedagógico em sala de aula. Em relação às melhorias necessárias no ProEMI, 195 (61,5%) alunos concordam totalmente que é preciso investir mais em materiais pedagógicos. Os alunos demonstram suas angústias com a falta de materiais no processo de sistematização dos conhecimentos.

Os investimentos definidos coletivamente pelas escolas que oferecem o programa incorporam, como princípio educativo, a compra de materiais pedagógicos, e cabe analisar dentro dos espaços educacionais, como vêm sendo configurados esses investimentos.

Tabela 17 - Expectativas em relação aos estudos (ou trabalho) após concluir o Programa Ensino Médio Inovador - Alunos

Item	CT		CP		I		DP		DT		Não responderam	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Inserir-se no mercado de trabalho local	105	33,1%	80	25,2%	55	17,4%	34	10,7%	31	9,8%	12	3,8%
Inserir-se no	157	49,5%	91	28,7%	33	10,5%	14	4,4%	08	2,5%	14	4,4%

mercado de trabalho e frequentar o ensino superior.												
Apenas frequentar o ensino superior.	64	20,2%	72	22,8%	89	28%	25	7,9%	38	12%	29	9,1%
Não possui expectativas definidas	33	10,4%	43	13,6%	75	23,7%	22	6,9%	112	35,3%	32	10,1%
Tornar-se um empreendedor individual	45	14,2%	78	24,6%	76	24%	29	9,1%	60	19%	29	9,1%
Deslocar-se para outras cidades em busca de melhores oportunidades de emprego.	147	46,4%	65	20,5%	34	10,7%	18	5,7%	29	9,1%	24	7,6%

CT – Concordo totalmente; **CP** - Concordo parcialmente; **I** – Indiferente; **DP** - Discordo Parcialmente; **DT** - Discordo Totalmente.

Fonte: Dados da Pesquisa

A Tabela 17 reporta-se às expectativas que os alunos do ProEMI apresentam em relação aos estudos (ou trabalho) após concluir o Ensino Médio, e a predominância das respostas institui que 105 (33,1%) concordam totalmente que irão inserir-se no mercado de trabalho local após a conclusão do ensino médio.

As respostas expressam certas inquietudes engrenadas na vida social que pretendem seguir. A sequência dos estudos não se configura na vida futura de muitos alunos. O ato de julgar a relação de trabalho com a educação inclui atividades materiais produtivas e culturais, bem como a complexidade dessas relações sociais com base nas ações incutidas pelas mesmas.

O homem transcende suas limitações como substância necessária para atuar na realidade progressiva e constante. Nesse sentido, a educação formal se encontra escamoteada pelas próprias condições sociais, num dualismo alimentado pelos interesses governamentais.

O pensamento acumulado pelo trabalho e educação constrói uma história de interesses em encontrar, no Ensino Médio, a sua própria concepção radical do processo educativo, satisfazendo as necessidades sociais. As controvérsias bifurcadas em interesses governamentais exigem da educação a melhoria de

desempenho na aprendizagem, as quais são instituídas pelas avaliações institucionais realizadas e/ou promovidas pelas políticas públicas, cujos resultados implicam na inserção de programas que desmistifiquem o trabalho educativo. São princípios educativos baseados em índices que estimulam a intenção de comportamentos inovadores ao Ensino Médio.

Outra alternativa apresentada em relação às expectativas após a conclusão do ProEMI é que apenas frequentem o curso superior, e 89 (28%) se apresentaram indiferentes a esta questão. Já 72 (22,8%) concordam parcialmente com esta possibilidade.

Percebe-se que grande parte dos pesquisados já possui expectativas definidas após a conclusão do ProEMI, visto que 112 (35,3%) discordam totalmente quando questionados se não possuem expectativas definidas. Mas quando questionados sobre a possibilidade de serem empreendedores após a conclusão ProEMI, 76 (24%) se apresentaram indiferentes a esta questão, e 60 (19%) alunos discordam totalmente da possibilidade de serem empreendedores após o ensino médio.

Grande parte dos pesquisados, 147 (46,4%), têm intenções claras que, após a conclusão do ProEMI, irão deslocar-se para outras cidades em busca de melhores oportunidades de emprego. A falta de oportunidade resulta na migração para outras cidades. Se por um lado o jovem conclui o ensino médio sem formação integral, isto é, sem o preparo adequado para atuar no mercado de trabalho ou para se inserir no curso superior, por outro, o desenvolvimento brasileiro foca poucos profissionais especializados e muita mão de obra não qualificada, o que resulta em ganho para alguns e perda para outros.

A necessidade de formar cidadãos capazes de interagir em seu entorno promove iniciativas de origens variadas e complexas, das quais a educação é o trampolim necessário para essa transformação.

Nessa direção, o desafio de mesclar a educação na história do desenvolvimento de uma região torna-se cada vez mais difícil e necessário. A educação para o desenvolvimento é um processo dinâmico e participativo, que envolve a triangulação de escola, sociedade e governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de reorganização curricular no ensino médio propõe o chamado pela definição de bases curriculares inerentes ao contexto do aluno. As delimitações destas atribuições compilam uma nova estrutura organizacional da última etapa da educação básica, implantando programas de tempo escolar ampliado, com propostas inovadoras nos aspectos financeiros, administrativos e pedagógicos, perpassando um cenário de produtividade e experiências.

Os índices de evasão e reprovação, e resultados das avaliações externas aplicadas ao ensino médio, desencadeiam uma série de ações imediatas voltadas à última etapa da educação básica.

O ensino médio, tratado como propedêutico ou profissionalizante, sempre esteve imerso nos interesses econômicos e políticos. Desenvolvido em condições precárias nos setores financeiros, pedagógicos e administrativos, sua conjuntura foi e continua relegada aos interesses educacionais, gerando conflitos de interesses.

A proposta do MEC é tentar amenizar os índices de evasão e reprovação no ensino médio através do ProEMI, que objetiva a equalização das oportunidades educacionais com vistas a cumprir com sua função de alternativas educacionais diferenciadas. Utilizando dimensões articuladoras, que envolvem cultura, ciência, tecnologia e trabalho, busca a identidade metodológica na construção do conhecimento, através de um percurso formativo coerente com a concreticidade dos sujeitos que frequentam o ensino médio.

A motivação para este estudo foi uma tentativa de encontrar a resposta para a questão: Como ocorre a operacionalização do Programa Ensino Médio Inovador nas escolas públicas de Educação Básica da 26ª Gerência de Educação de Canoinhas? As respostas tiveram respaldo na temática educacional de Santa Catarina, originando a formulação de hipótese sobre as perspectivas dos profissionais e alunos ao tema proposto.

A investigação desses questionamentos ocasionaram indicações que colaboraram para o alcance dos objetivos propostos no início deste estudo. A amostragem de alunos é fator considerável, visto que esta fornece informações específicas em suas respostas.

Pela interpretação dos resultados, percebe-se que o ProEMI vem se desenvolvendo lentamente, aguardando melhorias físicas, financeiras e pedagógicas. Observando os dados apresentados, verifica-se a necessidade em estabelecer políticas consistentes para a garantia de qualidade do ensino inovador, inseridos no redesenho imediato dos currículos, consoantes à consolidação desta etapa da educação, e mesmo diante dessa percepção, apesar da oferta de acesso no ensino médio, ainda existe a preocupação com a permanência e a qualidade do trabalho realizado.

A explicitação dos condicionantes históricos, com uma investigação pautada nos aspectos de organização do sistema educacional brasileiro, remete às contradições e contribuições que o Programa Ensino Médio Inovador vem apresentado ao longo de sua implantação nas escolas públicas estaduais de Santa Catarina.

Com efeitos à crise educacional, implantam-se novas propostas de melhorias, dentre as quais o tempo escolar ampliado, que tem início no ensino fundamental com o Programa Mais Educação, que a princípio era apenas para escolas, em localidades de risco, mas que está sendo implantado em todas as unidades escolares objetivando atendimento aos alunos e também repasse de recursos, e que se estende até o ensino médio, através do Programa Ensino Médio Inovador.

Cabe destacar que ampliar o tempo escolar não garante um ensino de qualidade, mas, se conciliados, os resultados podem ser significativos. Passar mais tempo na escola significa apropriar-se ainda mais dos conhecimentos (científicos ou não).

A concepção de inovador evidencia articulações intencionais e imediatas nos aspectos pedagógicos, culturais, econômicos, sociais e políticos. As condições para o desenvolvimento das atividades devem ser explícitas, bem resolvidas e condizentes com as reais necessidades; os exemplos dissonantes são os espaços, que não comportam o número de alunos das escolas do ProEMI e os laboratórios que precisam ter seus materiais renovados com frequência.

As escolas do ProEMI devem oferecer aos alunos o espaço dos laboratórios de Química, Física, Biologia, Matemática e sala de leitura, dispendo de um professor habilitado, contratado por 40 horas semanais, para atendimento exclusivo dos alunos. Utilizados como alternativa de pesquisa para os

professores de sala de aula juntamente com o professor de laboratório, é o espaço de trabalho onde aluno tem aulas teóricas e práticas, contidas na matriz do ProEMI.

O laboratório de leitura é um espaço destinado aos alunos e professores em momentos de convivência (intervalo do almoço) e em outras situações em que os alunos não estejam em sala de aula. A proposta dos horários semanais dispõe de aulas semanais nos laboratórios, preferencialmente nos dias em que os alunos passam 9 horas na escola.

O aluno, com o tempo escolar ampliado, configura uma educação para dedicar-se a outros ambientes de formação, o que acaba gerando a evasão do ProEMI, visto que estes precisam frequentar dois ou três períodos, além do período comum.

Os investimentos recebidos pelas escolas, se bem aplicados, podem amenizar muitos dos problemas apresentados pelos sujeitos aqui pesquisados. Como citado anteriormente, os recursos são repassados em conformidade ao número total dos alunos, através de ações planejadas coletivamente no Projeto de Redesenho Curricular (PRC). Este documento, organizado no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC), deve apresentar ações relacionadas ao aluno e professor, envolvendo atividades interdisciplinares e que, para a sua concretização, poderão definir a aquisição de materiais e tecnologias educativas e incluir formação específica para os profissionais da educação envolvidos na execução das práticas.

Em pleno século XXI, não é mais possível se pensar na formação integral do ser humano sem que se pense em educação, e a escola é a principal parceira nesse processo.

Pensar em tempo escolar ampliado pressupõe um conjunto de fatores para além da sala de aula, os quais envolvem os espaços de convivência (laboratório de informática, leitura e espaço de lazer). A infraestrutura se faz necessária para que os educandos possam circular em ambientes que propiciem sua aprendizagem e o desenvolvimento das atividades propostas.

Este processo enfatiza as potencialidades de cada indivíduo, destacando a necessidade de se estar atento, desenvolvendo não só a dimensão física e mental, como também a emocional e espiritual, procurando não separar nem hierarquizar essas dimensões humanas. O indivíduo tende a compreender a

importância e a necessidade de apropriar-se dos conhecimentos sistematizados. Porém, isto só poderá acontecer de forma mais dinâmica e contextualizada à realidade local e global.

Novos estudos, a partir desta pesquisa, poderão proporcionar maiores esclarecimentos sobre as constatações por ela reveladas. Também, há que se pensar nos possíveis aspectos de melhorias do tempo escolar ampliado. Sugere-se, ainda, que as formas de operacionalização do programa sejam revistos com base em outros estudos, facultando o tempo escolar ampliado de forma gradativa, por meio de políticas que colaborem, mais efetivamente, para que a qualidade na educação possa atingir um efeito desejado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mariza. **Organização da educação nacional na Constituição e na LDB**. Ijuí: Unijuí, 1999.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004.

ARROYO, Miguel Gonzáles. O aprendizado do direito à cidade: Belo Horizonte a construção da cultura pública. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 1, jul. 1997.

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura brasileira** – introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. Campinas SP. Autores Associados, 1997.

BIRKNER, Walter Marcos Knaesel. Intervenções governamentais nos processos decisórios para a promoção do desenvolvimento regional: um estudo de caso das Secretarias de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina – SDR. **Revista Redes**, v. 10 n. 2, p. 181-195, maio/ago. 2005. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2006.

BRITO, Antonia Edna. Formar professores: discutindo o trabalho e os saberes docentes. In: MENDES SOBRINHO, J. A. de C.; CARVALHO, M. A. de (Org.). **Formação de professores e práticas docentes**: olhares contemporâneos. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BRASIL. Decreto Federal nº 3.914, de 26 de janeiro de 1901. Aprova o Regulamento para o Ginásio Nacional. Diário Oficial da União [da República Federativa do Brasil], Brasília, Diário Oficial da União. - Seção 1 - 6/2/1901, Página 687 (Publicação Original)

_____. Decreto-Lei nº 4.244 de 09 de abril de 1942. Estabelece a Lei Orgânica do Ensino Secundário. Diário Oficial da União [da República Federativa do Brasil], Brasília, Diário Oficial da União. Seção 1. 10/04/1942. p. 5798.

_____. Lei nº 4024/61 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Coleção das Leis: atos do poder legislativo: leis de outubro a dezembro de 1961. [Brasília, Distrito Federal], v. 7. p. 51-66. Publicado no Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil de 27 de dezembro de 1961 de dezembro de 1961. Retificada no D.O. DE 28 de dezembro de 1961.

_____. Lei nº 5.540/68, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial da União, n. 231 de 29/11/1968. Brasília, DF, 1968.

_____. Lei nº 9394/96 de 20/12/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: Diário da União. Ano CXXXIV, n.248. 23/12/1996, p.27833-27841. 1996.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5692, de 11 de agosto de 1971. Estabelece Diretrizes e Bases para a educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 agosto. 1971.

_____. Divisão Regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, 1990.

_____. Ministério da Educação. Lei Nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providencias. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2001.

_____. Ministério da Educação (MEC). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Ministério do Esporte (ME). Ministério da Cultura (MC). Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. Diário Oficial da União, Brasília, 26 abr. 2007.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Do parecer no tocante ao Programa do Ensino Médio Inovador. Parecer CNE/CP nº 11/2009. Relator: Francisco Aparecido Cordão. Brasília, 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa: Ensino Médio Inovador – Documento Orientador. Brasília, set. 2009.

_____. Resolução nº 4, de 17 de Março de 2009. Dispõe sobre os processos de adesão e habilitação e as formas de execução e prestação de contas referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e dá outras providências. Brasília: MEC, 2009.

_____. Emenda constitucional nº 59 de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de novembro de 2009.

_____. Portaria nº 971, de 09 de outubro de 2009. Institui o Programa Ensino Médio Inovador. **Diário Oficial da União**. Brasília, 13 out. 2009.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Institucionaliza o Programa Mais Educação. Brasília, DF, 2010. Diário Oficial da União - Seção 1 - Edição Extra - 27/1/2010, Página 2 (Publicação Original).

_____. Presidência da República. Casa Civil. Projeto de Lei 1209/2011 e Lei nº 12.513/2011, do dia 26 de outubro. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC. Que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior; e dá outras providências. 2011.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Sinopse estatística da educação básica, 2010. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>>. Acesso em: 25 de junho de 2014.

_____. Ministério da Educação. Parecer CNE/CES n. 05/2011, de 04 de maio de 2011. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 jan. 2012, Seção 1, p. 10.

_____. Resolução CNE/CEB 02/2012, de 30 de janeiro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 30 jan. 2012b, Seção 1, p. 20.

_____. PNE – Plano Nacional de Educação (2011-2020). Disponível em: <http://www.prolei.inep.gov.br/prolei/pesquisar.doc>. - Acesso em 21 de junho de 2014.

_____. Divisão Regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, 1990.

_____. Secretaria de Educação Básica - Ministério da Educação (SEB/MEC) Guia do Livro Didático 2007 – Apresentação. Brasília: SEB/MEC, 2006.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Guia de livros didáticos: PNLD 2012: Língua Portuguesa**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm. Acesso em 24 jan. 2014.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Censo Escolar de 2011. Brasília, 2012.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 05/10/1988. Atualizada até a emenda Constitucional n.38, de 12/06/2002, acompanhada de novas notas remissivas e dos textos integrais das ementas constitucionais e da revisão. 30 ed. atual. ampl. São Paulo: Saraiva. 2002.

CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão?** São Paulo: Papyrus, 1991.

CARVALHO, Ruy de Quadros; SCHMITZ, Hubert. **O fordismo está vivo no Brasil.** Novos estudos. Cebrap, São Paulo, nº 27, 1990.

CAVALARI, Rosa Feiteiro. **Integralismo.** Ideologia e organização de um partido de massa no Brasil. Bauru: Edusc, 1999.

CHOMSKY, Noan. **O Lucro ou as pessoas.** Petrópolis: Vozes, 2002.

CUNHA, Luis Antonio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **A avaliação escolar:** um processo de reflexão da prática docente e da formação do professor no trabalho. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 1998.

DIETZSCH, Mary Julia Martins. Leituras da Cidade e Educação. **Caderno de Pesquisas.** São Paulo, v.26, n.129, p.5-14, set./dez. 2006.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA SANTA CRUZ. Projeto Político Pedagógico - Canoinhas, junho de 2012.

FAGUNDES, Léia. **Aprendizes do futuro:** as inovações começaram. Coleção Informática. Ministério da Educação; Secretaria de Educação à Distância/programa Nacional de Informática na Educação. Brasília: PROINFO/MEC, 1999.

FISCARELLI, Bárbara Perez. **Material didático:** discurso e saberes. Araraquara. SP: Junqueira & Marin, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GHIRALDELLI, Junior. **O que você precisa saber em didática e teorias educacionais.** Rio de Janeiro: DPA, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1987.

GONÇALVES, Antonio Sérgio. **Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral**. In: Cadernos Cenpec, São Paulo, Ano 1, n. 2, 2006;

GOMES, Ângela de Castro Gomes. Cultura Política e cultura histórica no Estado Novo. IN: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel; e GONTIJO, Rebeca. **Cultura, Política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Faperj, 2007.

GUARÁ, Isa Maria Ferreira da Rosa. **É imprescindível educar integralmente**. Cadernos Cenpec: Educação Integral, n.2, São Paulo: Cenpec, 2006.

KONDER, Leandro. Informação e conhecimento. **Jornal do Brasil**. Caderno Ideias. 17 maio 2003.

KRASILCHIK, Myrian. **Prática de Ensino de Biologia**. São Paulo: Haubio, 1996.

KUENZER, Acácia Zencida. (Org.) **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

LAKATOS, Maria Eva.; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4 ed. São Paulo. Revista e Ampliada. Atlas, 1992.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Democratização da Escola Pública**: A pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

MALACARNE, Vilmar. *et al.* **A escolha profissional e Ensino Superior**: uma experiência a partir da educação de jovens e adultos. In. Anais da XIX Semana de Educação. Cascavel, 2007.

MARQUES, Mário Osório. **A escola no computador**: Linguagens rearticuladas, educação outra. Ijuí: Unijui, 1999.

MIRANDA, Sonia Regina. Olhares sobre a cidade, atravessados pelo tempo: o urbano em seus subterrâneos educativos. In: SANTOS, L. L. C. P. *et al.* (Org.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, (Coleção Didática e Prática de Ensino), 2010.

MOLL, Jaqueline. *et al.* **Caminhos da educação integral no Brasil**: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1974.

_____. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Pedagogia dos Projetos**: Uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das Múltiplas Inteligências. 5. ed. São Paulo: Érica, 2004.

NÓVOA, Antonio. (Org). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1992.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo, Cortez, 2001.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. *Software* disponível em <http://www.pnud.org.br>. 2013.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e existência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

QUEIROZ, Lucileide Domingos. Um estudo sobre evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar, em reunião anual da ANPED. XXV outubro de 2002, em Caxambu (MG). **Anais da XXV Reunião Anual da ANPED**. Disponível em www.anped.org.br/reunião. Acesso em 07/08/2014.

RAMOS, Marise. Concepção do Ensino Médio Integrado. In: SEED. **Concepção de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional**. Curitiba, 2008.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **História da educação no Brasil**. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Proposta Curricular: uma contribuição para a escola pública do pré-escolar, 1º grau, 2º grau e educação de adultos. Florianópolis: IOESC, 1991.

_____. Lei Complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003. Florianópolis, 2003.

_____. Decreto - lei nº 13.558, de 17 de novembro de 2005. Lex: Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA). Florianópolis, 2005.

_____. Lei Complementar n. 456 de 11 de agosto de 2009. Disponível em: <http://200.192.66.20/alesc/docs/2009/456_2009_lei_complementar.doc>. Acesso: 15 de junho de 2014.

_____, Secretaria de Estado de Educação e Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio: (Disciplinas Curriculares). Florianópolis: COGEN, 1998.

_____. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Dispõe sobre admissão de pessoal para o atendimento pedagógico domiciliar e Classe

Hospitalar. Instrução Normativa/SED N° 002/2009. Florianópolis SC, 12 de dezembro de 2009.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Diretoria de Educação Básica e Profissional. Gerência de Ensino Médio. Florianópolis, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política.** 36 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

_____. *et al.* **O legado educacional do século XX no Brasil.** Campinas, Autores Associados, 2004.

_____. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, M.I.M, SANDANO, W., LOMBARDI, J.C. e SAVIANI, D. (Orgs.), **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica.** Campinas, Autores Associados, 2007.

SDR. Secretaria de Desenvolvimento Regional. Disponível em: <http://www.sdrs.sc.gov.br/sdr/instituiçoes/>? Acesso em 28 de maio de 2014.

_____. Disponível em <http://www.sc.gov.br/sdr/instituiçoes/>. Acesso em 12 de julho de 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de história da educação brasileira.** 17 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

SCHULTZ, Theodore William. **O capital humano: Investimentos em educação e pesquisa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

_____. **O valor econômico da educação.** Rio de Janeiro. Editora: Zahar, 1973.

OLIVEIRA, Vera Barros de. **O brincar e a criança do nascimento aos seis anos.** Petrópolis: Vozes, 2000.

TAPIA, Jesús Alonso, & FITA, Enrique Caturla. **A motivação em sala de aula: o que é, como se faz.** 5. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

TEIXEIRA, Anísio. Uma experiência de educação primária integral no Brasil. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, Brasília, n. 87, v. 38, 1962.

_____. **Educação não é privilégio.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. (Original publicado em 1957), 1994.

_____. **Educação para a democracia.** Rio de Janeiro: UFRJ. (Original publicado em 1936), 1997.

TOZZI, Mario. Escolha da Profissão. **Revista Engenharia e Construção**, nº. 88, janeiro de 2004.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Coord.). **Docentes universitários aposentados: ativos ou inativos?** Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2007.

VIANNA, Claudia Pereira. **O sexo e o gênero da docência.** Cad. Pagu [*online*]. 2002, n.17-18, pp. 81-103. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a03.pdf>> Acesso em: 19 de agosto de 2014.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisadora: Janete Paiter de Souza

Participante: _____

Senhor Gestor/Gestor/Diretor

Gostaria de convidá-lo a participar como voluntário da pesquisa que estou desenvolvendo para a elaboração da minha dissertação de mestrado, intitulada: 'Um olhar sobre a implantação do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) em duas escolas públicas da 26ª Gerência de Educação: uma análise'.

Sua forma de participação consiste em responder ao questionário que se encontra nas próximas páginas.

Este questionário tem como objetivo coletar dados sobre as percepções dos Gestores/Diretores, a respeito do Programa Ensino Médio Inovador, na área da educação básica nas escolas da rede pública estadual do município de Canoinhas.

As informações oferecidas por você serão utilizadas para a elaboração da dissertação, mas seu nome não será revelado em qualquer fase da pesquisa, o que garante seu anonimato.

Em caso de dúvidas e outros esclarecimentos sobre esta pesquisa você poderá entrar em contato comigo (Janete Paiter de Souza) por e-mail janetepaiter@hotmail.com, ou pelo telefone 3623-0345 ou 88378093.

Li e compreendi este termo de consentimento, e concordo em participar como voluntário desta pesquisa.

Canoinhas, ____ de _____ de 2014.

Participante

Pesquisadora

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisadora: Janete Paiter de Souza

Participante: _____

Amigo Educando:

Gostaria de convidá-lo a participar como voluntário da pesquisa que estou desenvolvendo para a elaboração da minha dissertação de mestrado, intitulada: “Um olhar sobre a implantação do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) em duas escolas públicas da 26ª Gerência de Educação: uma análise’.

Sua forma de participação consiste em responder ao questionário que se encontra nas próximas páginas.

Este questionário tem como objetivo coletar dados sobre as percepções dos Alunos, a respeito do Programa Ensino Médio Inovador, na área da educação básica nas escolas da rede pública estadual do município de Canoinhas.

As informações oferecidas por você serão utilizadas para a elaboração da dissertação, mas seu nome não será revelado em qualquer fase da pesquisa, o que garante seu anonimato.

Em caso de dúvidas e outros esclarecimentos sobre esta pesquisa você poderá entrar em contato comigo (Janete Paiter de Souza) por e-mail janetepaiter@hotmail.com, ou pelo telefone 3623-0345 ou 88378093.

Li e compreendi este termo de consentimento, e concordo em participar como voluntário desta pesquisa.

Canoinhas, ____ de _____ de 2014.

Participante

Pesquisadora

APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO ENSINO MÉDIO INOVADOR - ALUNOS

A proposta deste questionário é saber os principais conceitos que os educando, que frequentam o Programa Ensino Médio Inovador, apresentam em relação às experiências no referido programa.

Este questionário acontece através de dois momentos: o primeiro está voltado à identificação da clientela pesquisada, e o segundo investigará os fatores internos e externos do Programa Ensino Médio Inovador.

Abaixo, algumas orientações:

- Fique à vontade para responder o questionário, seja o mais verdadeiro possível.

- A participação na pesquisa é voluntária, contudo, a sua participação é importante.

- Considerando a importância do sigilo, você não deve registrar seu nome no questionário.

- Leia com atenção as perguntas e **marque um X para cada resposta.**

A) Identificação:

Série que estuda:

1ª série

2ª série

3ª série

Sexo:

Masculino

Feminino

Idade:

Menos que 14 anos

14 anos

15 anos

16 anos

17 anos

18 anos

19 anos

Mais que 19 anos

B) Questionamentos:

1 - Opção pelo Programa Ensino Médio Inovador					
Item	CT	CP	I	DP	DT
1. Vontade própria					
2. Indicação dos pais					
3. Sugestão dos colegas					
4. Sugestão dos profissionais da escola					
5. Porque no Ensino Médio Inovador o aluno tem mais tempo para estudar os conteúdos das disciplinas					
6. Passando mais tempo na escola o aluno aprende mais.					

CT – Concordo totalmente; **CP** - Concordo parcialmente; **I** – Indiferente; **DP** - Discordo Parcialmente; **DT** - Discordo totalmente.

Registre seus comentários sobre aspectos não abordados por esta dimensão e que julgue relevante: _____

2 - Frequência com que os professores utilizam práticas em sala de aula					
Item	Ótimo	Bom	Razoável	Ruim	Péssimo
1. Cópia dos conteúdos descritos no quadro					
3. Livros didáticos					
4. Laboratórios equipados para aplicação da prática					
5. Utilização de mais materiais (data show, mídia impressa, recursos tecnológicos) para trabalhar os conteúdos em sala de aula					
6. Trabalhos em grupos					
7. Atividades em que envolvem pesquisas dos alunos					

Registre seus comentários sobre aspectos não abordados por esta dimensão e que julgue relevante: _____

3 - Contribuição do Programa Ensino Médio Inovador para o aluno					
Item	CT	CP	I	DP	DT
1. Apresenta formas diferenciadas e inovadoras para trabalhar os conteúdos em					

sala de aula, o que favorece a aprendizagem.					
2. O aluno é trabalhado em sua integralidade envolvendo a socialização, convivência o que resulta no melhor relacionamento entre alunos e professores.					
3. Os alunos conseguem relacionar o que aprendem na escola com a sua vida em casa e na sociedade.					
4. Valoriza a vivência dos alunos, o que contribui para a melhoria da aprendizagem.					

CT – Concordo totalmente; **CP** - Concordo parcialmente; **I** – Indiferente; **DP** - Discordo Parcialmente; **DT** - Discordo totalmente

Registre seus comentários sobre aspectos não abordados por esta dimensão e que julgue relevante: _____

4 - Socialização do aluno no horário de convivência					
Item	CT	CP	I	DP	DT
1. Os alunos interagem com os colegas.					
2. O Grêmio Estudantil organiza torneios esportivos e gincanas.					
3. Momento de socialização das atividades desenvolvidas em sala de aula.					
4. Momento de convivência entre alunos e professores.					

CT – Concordo totalmente; **CP** - Concordo parcialmente; **I** – Indiferente; **DP** - Discordo Parcialmente; **DT** - Discordo totalmente.

Registre seus comentários sobre aspectos não abordados por esta dimensão e que julgue relevante: _____

5 - Tempo escolar ampliado destinado a aprendizagem do aluno					
Item	CT	CP	I	DP	DT
1. Nos momentos extra classe, o aluno pode recuperar o conteúdo que não absorveu em sala de aula.					
2. Os alunos contam com o horário de convivência, onde os alunos podem interagir livremente com seus colegas.					

3. A carga horária ampliada dos professores, permite o atendimento aos pais dos alunos com dificuldades/problemas					
4. O tempo escolar ampliado contribui para a aprendizagem e desenvolvimento do aluno.					
5. Com tempo destinado ao atendimento aos alunos com dificuldades, o professor pode auxiliar o aluno em sua aprendizagem, e com isso, reduzir o índice de reprovação.					
6. A avaliação é realizada de forma mais cautelosa devido ao tempo do planejamento individual do professor.					

CT – Concordo totalmente; **CP** - Concordo parcialmente; **I** – Indiferente; **DP** - Discordo Parcialmente; **DT** - Discordo totalmente.

Registre seus comentários sobre aspectos não abordados por esta dimensão e que julgue relevante: _____

6 - Ambientes frequentados durante o horário de aula no ProEMI					
Item	CT	CP	I	DP	DT
1. Laboratório de Química – pelo menos uma vez por semana					
2. Laboratório de Física – pelo menos uma vez por semana					
3. Laboratório de Matemática – pelo menos uma vez por semana					
4. Laboratório de Biologia – pelo menos uma vez por semana					
5. Laboratório de Informática – pelo menos uma vez por semana					
6. Sala de Leitura – pelo menos uma vez por semana					

CT – Concordo totalmente; **CP** - Concordo parcialmente; **I** – Indiferente; **DP** - Discordo Parcialmente; **DT** - Discordo totalmente.

Registre seus comentários sobre aspectos não abordados por esta dimensão e que julgue relevante: _____

7 - Importância do Programa Ensino Médio Inovador para nossa região					
Item	CT	CP	I	DP	DT
1. Jovens mais críticos e conscientes para o exercício da cidadania					
2. Jovens com melhores perspectivas no mercado de trabalho					
3. Jovens com melhores perspectivas para ingresso no Ensino Superior					
4. Desempenho regional no ENEM					
5. Jovens com intenções futuras em interagir e contribuir para o desenvolvimento regional.					

CT – Concordo totalmente; **CP** - Concordo parcialmente; **I** – Indiferente; **DP** - Discordo Parcialmente; **DT** - Discordo totalmente.

Registre seus comentários sobre aspectos não abordados por esta dimensão e que julgue relevante: _____

8 - Considerações sobre o trabalho dos professores em sala de aula					
Item	Ótimo	Bom	Razoável	Ruim	Péssimo
1. Professores estão preparados para trabalhar no ProEMI.					
2. Os professores trabalham os conteúdos necessários a vida dos alunos.					
3. As aulas são diferentes, com trabalhos coletivos, seminários, discussões e pesquisas.					
4. Conteúdos trabalhados são coerentes com a necessidade do que o aluno saber para sua vida depois que concluir o Ensino Médio.					
5. Os professores estão motivados para trabalhar em sala de aula.					
6. O tempo trabalhado em sala de aula é suficiente para trabalhar as atividades propostas nas aulas do Programa Ensino Médio Inovador.					

Registre seus comentários sobre aspectos não abordados por esta dimensão e que julgue relevante: _____

9 - Melhorias necessárias no Programa Ensino Médio Inovador					
Item	CT	CP	I	DP	DT
1. Espaços físicos					
2. Mudanças na maneira como o professor desenvolve sua prática educativa (explanação dos conteúdos, materiais utilizados, metodologias de trabalho com os alunos, entre outros) em sala de aula.					
3. Conscientização dos profissionais, pais e alunos da importância do trabalho.					
4. Mais investimentos em materiais pedagógicos e ampliação dos espaços físicos.					
5. Novas formas de trabalho em sala de aula, que sejam adequadas ao aluno do ProEMI.					

CT – Concordo totalmente; **CP** - Concordo parcialmente; **I** – Indiferente; **DP** - Discordo Parcialmente; **DT** - Discordo totalmente.

Registre seus comentários sobre aspectos não abordados por esta dimensão e que julgue relevante: _____

10 - Expectativas em relação aos estudos (ou trabalho) após concluir o Programa Ensino Médio Inovador					
Item	CT	CP	I	DP	DT
1. Inserir-se no mercado de trabalho					
2. Inserir-se no mercado de trabalho e frequentar o ensino superior.					
3. Apenas frequentar o ensino superior					
4. Não possui expectativas definidas					
5. Deslocar-se para outra cidade para frequentar o ensino superior					
6. Tornar-se um empreendedor individual.					

CT - Concordo totalmente; **CP** - Concordo parcialmente; **I** – Indiferente; **DP** - Discordo Parcialmente; **DT** - Discordo totalmente.

Registre seus comentários sobre aspectos não abordados por esta dimensão e que julgue relevante: _____

AGRADECEMOS SUA COLABORAÇÃO

Você se considera preparado/capacitado para trabalhar Programa Ensino Médio Inovador?

- () Sim
() Não
() Parcialmente

Para responder as dimensões abaixo assinale apenas uma alternativa, observando a seguinte escala.

B) Questionário

1 – Materiais e recursos ofertados para a prática do ProEMI					
Item	Ótimo	Bom	Razoável	Ruim	Péssimo
1. Material didático-pedagógico para realizar atividades diferenciadas					
2. Qualidade dos livros didáticos utilizados					
3. Uso de equipamentos – multimídia (datashow, TV, etc).					
4. Uso de revistas, jornais, periódicos, etc., nas aulas					
5. Recursos (PDE, PDDE) para as viagens de campo					

Registre seus comentários sobre aspectos não abordados por esta dimensão e que julgue relevante: _____

2 - Atividades pedagógicas realizadas no trabalho em sala de aula					
Item	Ótimo	Bom	Razoável	Ruim	Péssimo
1. Capacitação para professores					
2. Muitos alunos não são cobrados em sua casa a estudar os conteúdos vistos em sala de aula. Os pais, na maioria, não acompanham seus filhos na escola.					
3. Materiais pedagógicos para tornar as aulas mais inovadoras, visto que este é um dos requisitos apresentados para o ProEMI.					
4. Frequência no laboratório (Informática)					
5. Frequência no laboratório (Química, Física, Biologia, Matemática)					
6. Atividades diferenciadas em prol da aprendizagem (pesquisas, seminários, palestras, etc).					

Registre seus comentários sobre aspectos não abordados por esta dimensão e que julgue relevante: _____

3 – Contribuições do Programa Ensino Médio Inovador na aprendizagem do aluno					
Item	CT	CP	I	DP	DT
1. Apresenta metodologia inovadora na prática docente, o que favorece a aprendizagem.					
2. Associa teoria e prática, dando ênfase a leitura em todas as áreas do conhecimento.					
3. Valoriza as experiências dos alunos o que contribui para sua formação cultural.					
4. Pressupõe uma perspectiva interdisciplinar voltada para o desenvolvimento de conhecimentos, saberes e competências do aluno.					

CT – Concordo totalmente; **CP** - Concordo parcialmente; **I** – Indiferente; **DP** - Discordo Parcialmente; **DT** - Discordo totalmente.

Registre seus comentários sobre aspectos não abordados por esta dimensão e que julgue relevante: _____

4 - Questões relevantes no trabalho com alunos do Programa Ensino Médio Inovador					
Item	CT	CP	I	DP	DT
1. Considera a diversidade do público quanto ao gênero, etnia, escolaridade, idade.					
2. Viabiliza a construção participativa e coletiva do conhecimento					
3. Articula experiências e conhecimentos científicos					
4. Articula trabalho, ciência, tecnologia e cultura.					
5. O Programa recebe maiores investimentos.					
6. Os alunos contam com aulas de cultura e esporte, as quais contribuem para o desenvolvimento integral.					
7. Alunos contam com momentos de convivência que contribuem para seu desenvolvimento integral.					

CT – Concordo totalmente; **CP** - Concordo parcialmente; **I** – Indiferente; **DP** - Discordo Parcialmente; **DT** - Discordo totalmente.

Registre seus comentários sobre aspectos não abordados por esta dimensão e que julgue relevante: _____

5 - Melhorias necessárias no Programa Ensino Médio Inovador					
Item	CT	CP	I	DP	DT
1. Ampliação dos espaços físicos					
2. Mudanças na maneira como o professor desenvolve sua prática educativa (explanção dos conteúdos, materiais utilizados, metodologias de trabalho com os alunos, entre outros) em sala de aula.					
3. Conscientização dos profissionais, pais e alunos da importância do trabalho.					
4. Investimentos em materiais pedagógicos e tecnologia.					
5. Buscar a identidade metodológica adequada ao aluno do ProEMI.					

CT – Concordo totalmente; **CP** - Concordo parcialmente; **I** – Indiferente; **DP** - Discordo Parcialmente; **DT** - Discordo totalmente.

Registre seus comentários sobre aspectos não abordados por esta dimensão e que julgue relevante: _____

6 - Contribuições do Programa Ensino Médio Inovador para desenvolvimento da região					
Item	CT	CP	I	DP	DT
1. Jovens mais críticos e conscientes para o exercício da cidadania					
2. Jovens com melhores perspectivas no mercado de trabalho					
3. Jovens com melhores perspectivas para ingresso no Ensino Superior					
4. Melhoria de desempenho regional no ENEM					

CT – Concordo totalmente; **CP** - Concordo parcialmente; **I** – Indiferente; **DP** - Discordo Parcialmente; **DT** - Discordo totalmente.

Registre seus comentários sobre aspectos não abordados por esta dimensão e que julgue relevante: _____

7 - Importância do tempo semanal destinado ao planejamento individual e coletivo					
Item	CT	CP	I	DP	DT
1. Propicia condições para avaliação das ações realizadas em sala de aula.					
2. O planejamento é flexível, estabelecendo conteúdos e metodologias diferenciados e contando com maior tempo disponível para professores e estudantes realizarem suas práticas pedagógicas.					
3. O planejamento individual oportuniza o professor planejar suas aulas semanais, com base no que foi discutido no planejamento coletivo.					
4. Oferece disponibilidade para os professores discutirem os avanços e dificuldades dos alunos, buscando alternativas para melhoria da aprendizagem desses alunos.					

CT – Concordo totalmente; **CP** - Concordo parcialmente; **I** – Indiferente; **DP** - Discordo Parcialmente; **DT** - Discordo totalmente.

Registre seus comentários sobre aspectos não abordados por esta dimensão e que julgue relevante: _____

8 - Carga horária destinada ao Programa Ensino Médio Inovador destinada a aprendizagem do aluno					
Item	CT	CP	I	DP	DT
1. Nos momentos extra classe, é oferecido ao aluno, condições de recuperar o conteúdo que não absorveu em sala de aula.					
2. Os professores dispõem de tempo (planejamento coletivo) para analisar o que e como vem trabalhando os conteúdos dentro e fora da sala de aula.					
3. A carga horária ampliada dos professores, com dedicação integral á escola, destinada ao planejamento, permite o atendimento aos pais dos alunos com dificuldades/problemas.					
4. O tempo escolar ampliado contribui para a aprendizagem e desenvolvimento do aluno.					
5. Com tempo destinado ao atendimento aos alunos com dificuldades na aprendizagem, o professor pode auxiliá-lo, reduzindo os índices de evasão e reprovação.					

CT – Concordo totalmente; **CP** - Concordo parcialmente; **I** – Indiferente; **DP** - Discordo Parcialmente; **DT** - Discordo totalmente.

Registre seus comentários sobre aspectos não abordados por esta dimensão e que julgue relevante: _____

AGRADECEMOS SUA COLABORAÇÃO